



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
DOUTORADO

A URBANIZAÇÃO DE PARAUAPEBAS/PA: a cidade produzida pela mineração.



Autora/Pesquisadora: **MICHELE KELY MORAES SANTOS SOUZA**

Orientador: Profº Drº Rafael Faleiros de Pádua

João Pessoa, 2024

MICHELE KELY MORAES SANTOS SOUZA

**A URBANIZAÇÃO DE PARAUAPEBAS/PA: a cidade produzida
pela mineração.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na área de concentração “Cidade e Campo”, como requisito complementar para a obtenção do grau de Doutora.

Orientador: Profº Drº Rafael Faleiros de Pádua

João Pessoa, 2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729u Souza, Michele Kely Moraes Santos.

A urbanização de Parauapebas/PA : a cidade produzida
pela mineração / Michele Kely Moraes Santos Souza. -
João Pessoa, 2024.
159 f. : il.

Orientação: Rafael Faleiros de Pádua.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Mineração. 2. Urbanização. 3. Parauapebas/PA. I.
Pádua, Rafael Faleiros de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 622+711.4 (811.5) (043)

"A Urbanização de Parauapebas-PA: a cidade produzida pela mineração."

por

Michele Kely Moraes Santos Souza

Tese de Doutorado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL FALEIROS DE PADUA**
Data: 26/08/2024 21:48:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Faleiros de Padua
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **DORALICE SATYRO MAIA**
Data: 01/09/2024 09:54:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Doralice Sátyro Maia
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 **MARIA FRANCO GARCIA**
Data: 02/09/2024 16:58:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a María Franco García
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 **PAULA DIEB MARTINS**
Data: 31/08/2024 10:45:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Paula Dieb Martins
Examinadora externa

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO FABIO DANTAS DA COSTA**
Data: 27/08/2024 03:30:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Examinador externo

Ao meu avô Nequinho, *in memoriam*,
que buscando seu descanso,
sabiamente, disse-me “não desista
de estudar seu curso”.

AGRADECIMENTO

Muitas foram as pessoas envolvidas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Agradeço ao meu esposo Alexandre e aos meus filhos pela paciência nos momentos em que estive ausente para escrever a tese. Foram longos anos, intensos e por vezes dolorosos na caminhada em conciliar a vida pessoal, trabalho e estudo.

Em especial, ao meu esposo, este doutorado não é apenas uma conquista minha, mas também sua, pois você caminhou ao meu lado em cada passo.

À minha mãe, Telga, agradeço com pelas ligações de apoio.

Meu sincero agradecimento aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal da Paraíba, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua.

Com muito carinho, agradeço à Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues por todo o apoio e contribuições teóricas. Sinto-me honrada em ter sido sua aluna do Doutorado.

Agradeço ao Prof. Dr. Fábio por mais uma vez tê-lo como avaliador. Agradeço aos demais membros da banca pela disponibilidade e contribuições.

Com o coração cheio de gratidão, agradeço aos amigos eternos: Regina Celly, Érica Mariano, Belarmino Mariano, Leandro Paiva, Letícia e Abdallah. Sem vocês, eu jamais teria começado esse doutorado, obrigada por acreditarem em mim!

Agradeço a querida Paula. Apoiamo-nos por diversas vezes na caminhada do doutorado. Obrigada pelas palavras de incentivo!

Aos amigos incríveis, Lucas Pereira e Gabriel Miranda, agradeço carinhosamente pelo companheirismo em não me deixarem desistir. Agradeço por todas as conversas!

Agradeço carinhosamente a minha amiga Márcia pelos livros emprestados sobre a Amazônia.

Sou grata a psicóloga Thatyanna Brito por todo o cuidado e acolhimento necessário à minha família durante a caminhada.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram a diferença nesse momento tão importante! Obrigada!

“Tente (tente)
E não diga que a vitória está perdida
Se é de batalhas que se vive a vida
Tente outra vez”

(Música de Raul Seixas. Tente outra vez. 1975)

RESUMO

O processo de urbanização de Parauapebas se encontra, essencialmente, relacionado à dinâmica da atividade de mineração e urbanização da região amazônica. A produção do espaço urbano de Parauapebas está imbricada à lógica dos grandes projetos de mineração implantados pelo Estado na Amazônia a partir da década de 1960. A cidade de Parauapebas, decorrência do Projeto Grande Carajás, exemplifica os modos de como a mineração produziu as condições políticas, sociais e econômicas para a urbanização, necessária à realização da reprodução capitalista no lugar específico. Dentro das estratégias na implantação do Projeto Grande Carajás estavam a abertura de vias de circulação, a construção da Estrada de Ferro, de um porto para escoamento, do núcleo urbano para os funcionários da empresa mineradora, a “*company town*” de Carajás. Foram discutidas as formas urbanas emergentes nas áreas do alto (Carajás) e baixo da Serra de Carajás (Parauapebas e Rio Verde), evidenciando a desigualdade socioespacial que se reproduz sob a lógica da reprodução do espaço urbano capitalista. A análise construída propôs uma reflexão sobre as diversas escalas geográficas, evidenciando as especificidades de Parauapebas, ao mesmo tempo que destaca a tendência à homogeneização do espaço urbano, onde as particularidades locais são incorporadas na lógica capitalista para a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a atuação do Estado na produção do espaço urbano na Amazônia Oriental foi considerada, enfatizando a influência da mineradora CVRD e do capital privado na produção da urbanização entrelaçada à dinâmica da acumulação capitalista. A reprodução do espaço urbano em Parauapebas reflete uma ordem econômica imposta que favoreceu a exploração mineral como motor de crescimento. A abordagem dialética do estudo revelou a complexidade da dinâmica urbana da cidade, com as especificidades de um lugar de riquezas minerais que se interconectam com tendências mais amplas de urbanização e uniformização do espaço, típicas das políticas de desenvolvimento (integração-reconquista) na Amazônia, implantadas pelo Estado brasileiro. Assim, a análise não apenas evidenciou a singularidade das dinâmicas urbanas na região, mas também contribuiu para uma reflexão crítica sobre as consequências desse modelo de desenvolvimento impulsionado pela mineração e apontou questões importantes, considerando as transformações provocadas pela atividade mineradora na cidade de Parauapebas.

Palavras chave: Parauapebas; Projeto Grande Carajás; Mineração; Urbanização.

ABSTRACT

The urbanization process of Parauapebas is essentially related to the dynamics of mining activity and urbanization in the Amazon region. The production of the urban space of Parauapebas is intertwined with the logic of the large mining projects implemented by the State in the Amazon from the 1960s onwards. The city of Parauapebas, as a result of the Grande Carajás Project, exemplifies the ways in which mining produced the political, social and economic conditions for urbanization, necessary for the realization of capitalist reproduction in the specific place. Among the strategies in the implementation of the Grande Carajás Project were the opening of circulation routes, the construction of the Railroad, a port for outflow, the urban center for the employees of the mining company, the "company town" of Carajás. The emerging urban forms in the upper (Carajás) and lower areas of the Serra de Carajás (Parauapebas and Rio Verde) were discussed, evidencing the socio-spatial inequality that is reproduced under the logic of the reproduction of capitalist urban space. The analysis proposed a reflection on the various geographical scales, evidencing the specificities of Parauapebas, while highlighting the tendency to homogenize the urban space, where local particularities are incorporated into the capitalist logic for the expanded reproduction of capital. In this sense, the role of the State in the production of urban space in the Eastern Amazon was considered, emphasizing the influence of the mining company CVRD and private capital in the production of urbanization intertwined with the dynamics of capitalist accumulation. The reproduction of the urban space in Parauapebas reflects an imposed economic order that favored mineral exploitation as a growth driver. The dialectical approach of the study revealed the complexity of the urban dynamics of the city, with the specificities of a place rich in minerals that interconnect with broader trends of urbanization and standardization of space, typical of development policies (integration-reconquest) in the Amazon, implemented by the Brazilian state. Thus, the analysis not only highlighted the uniqueness of urban dynamics in the region, but also contributed to a critical reflection on the consequences of this mining-driven development model and pointed out important issues, considering the transformations caused by mining activity in the city of Parauapebas.

Keywords: Parauapebas; Grande Carajás Project; Mining; Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da Região Imediata de Parauapebas.....	13
Figura 2: Gráfico do Crescimento Populacional do Município de Parauapebas (1970 – 2022).....	15
Figura 3: Gráfico PIB a preços correntes / Série revisada (Unidade: R\$ x1000) – Parauapebas.....	16
Figura 4 - Características dos domicílios de Parauapebas – Panorama Censo 2022.....	17
Figura 5 - Heliporto em área restrita no Núcleo urbano de Carajás.....	44
Figura 6 - Docenorte Esporte Clube no Núcleo urbano de Carajás.....	45
Figura 7 - Hospital Yutaka Takeda, localizado no Núcleo urbano de Carajás.....	46
Figura 8 - Ruas do comércio no Núcleo urbano de Carajás.....	47
Figura 9 - Praças (área de lazer) no Núcleo urbano de Carajás.....	47
Figura 10 - Imagem de localização do Núcleo de Carajás.....	48
Figura 11 - Quadro de divisão de residências por tipo e área construída do Núcleo urbano de Carajás.....	49
Figura 12 - Mapa de Setorização das residências no Núcleo urbano de Carajás.....	50
Figura 13 - Quadra de casas destinadas aos funcionários de cargo de gerência no Núcleo urbano de Carajás.....	51
Figura 14 - Casa modelo R-0 no Núcleo urbano de Carajás.....	51
Figura 15 - Casas de modelo mais comum no Núcleo urbano de Carajás (modelos R-3 e R-4).....	52
Figura 16 - Núcleo urbano de Parauapebas com alojamentos da CVRD em 1982.....	57
Figura 17 - Povoado do Rio Verde.....	58
Figura 18 - Núcleo urbano de Carajás (1980).....	58
Figura 19 - Chácara do Sol antigo núcleo de alojamento da CVRD.....	59
Figura 20 - Rua do Comércio no bairro Rio Verde.....	61
Figura 21 - Gráfico do crescimento populacional de Parauapebas (1991-2022).....	63
Figura 22 - Tabela municípios mais populosos do estado do Pará (Censo 2022).....	63
Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022).....	65
Figura 24 - Mapa de macrozoneamento urbano - Lei dos bairros.....	66
Figura 25 – Mapa de Localização dos bairros de Parauapebas/PA.....	73
Figura 26 - Valor adicionado bruto a preços correntes / Série revisada / Atividade econômica / Indústria – ano 2021.....	77
Figura 27 - PIB per capita / Série revisada – ano 2021.....	78
Figura 28 – Mapa de localização dos condomínios horizontais residenciais.....	83
Figura 29 - Condomínio Amec Ville.....	84
Figura 30 - Condomínio Vista do Vale.....	85
Figura 31 - Condomínio Mirante da Serra.....	86
Figura 32 - Anúncio de venda com estratégias de localização do Condomínio Mirante da serra.....	87
Figura 33 - Mapa do território do Projeto Carajás.....	101
Figura 34 – informações de voos diários – Aeroporto de Carajás.....	105
Figura 35 - Localização da EFC no território de Carajás.....	107
Figura 36 - Quadro de serviços oferecidos por núcleos urbanos no trecho Minas-Marabá em 1985.....	112
Figura 37 - Mapa de localização geográfica da Serra dos Carajás/PA.....	116
Figura 38 – Mapa de divisão territorial do município de Parauapebas.....	121
Figura 39 – Obras de infraestrutura e construção do Complexo turístico de Parauapebas.....	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PARAUAPEBAS: narrativas históricas e a lógica da <i>company tow</i> em Carajás	23
1.1. Narrativas históricas da urbanização de Parauapebas em meio à floresta e à mineração	24
1.1.1. Os documentários que tratam da história de Parauapebas	24
1.1.2. Análises geográficas: migrações e a economia política da urbanização	30
1.2. A lógica dialética das <i>Company Towns</i> na Amazônia	36
1.2.1. CVRD e o modelo de cidade-empresa em Carajás	40
CAPÍTULO 2 A EXPANSÃO URBANA EM PARAUAPEBAS: conteúdo e formas do espaço urbano produzido	55
2.1. Os primeiros núcleos urbanos na embrionária Parauapebas	55
2.2. Expansão urbana em Parauapebas: formas e conteúdo do espaço urbano produzido	62
2.3. A homogeneização do espaço urbano produzido	74
2.3.1. Os condomínios horizontais como forma da homogeneização do espaço	80
CAPÍTULO 3 DOS GRANDES PROJETOS À REESTRUTURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL	91
3.1. Os Projetos de Estado na Amazônia Oriental: interpretações histórica, econômica e social	92
3.1.1. Projeto Grande Carajás (PGC) e a reestruturação territorial	97
3.2. As redes geográficas na Região de Carajás	104
3.3. A Política estatal na urbanização capitalista na Região de Carajás	109
3.4. Polos mineradores da Vale S/A no Pará: Amazônia oriental	114
3.4.1. O CGBio e as ponderações necessárias de um olhar geográfico	117
CAPÍTULO 4 A URBANIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: dimensões política, econômica e social	123
4.1. “Fronteira econômica” no território amazônico: o que o aporte teórico tem a ver com a dinâmica econômica e urbana de Parauapebas?	124
4.1.1. A floresta urbanizada como condição para a expansão econômica-capitalista	130
4.2. As facetas da Amazônia na economia-mundo	135
4.3. As “cidades na floresta”: reinterpretções de Parauapebas como espaço produzido para e pelo capital	142
4.4. Diálogo para o futuro: Parauapebas enquanto território de floresta e de mineração	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

O movimento inerente ao processo de urbanização da cidade de Parauapebas instiga reflexões que permeiam as diversas escalas geográficas de análise do fenômeno, desde a local com as singularidades, percorrendo a regional e a global que denotam uma questão econômica mais geral. A relação de contexto da indústria de mineração e da urbanização em área de floresta amazônica provoca inquietações a fim de compreender as especificidades no processo de urbanização de Parauapebas em meio a homogeneização do espaço produzido.

Pensar o processo de urbanização em Parauapebas demanda uma totalidade no pensamento que engloba desde o sentido mais amplo, a atuação do Estado na política dos Grandes Projetos para o “desenvolvimento” da Amazônia – “desenvolvimento” para quem? qual finalidade? quais os interesses? -, como também questões que permeiam o conteúdo do processo, relacionadas as atividades econômicas implementadas, a formação social que se estabeleceu com as migrações populacionais e suas práticas sociais.

Significa dizer que a urbanização de Parauapebas envolve uma complexidade que deve ser compreendida em um contexto mais amplo, envolvendo dimensões sociais, políticas e econômicas. A atuação do Estado é evidenciada por meio de "Grandes Projetos" voltados para o "desenvolvimento" da Amazônia, mas surgem críticas sobre para quem esse desenvolvimento realmente serve e quais interesses estão em jogo, visto que os benefícios se restringem a um grupo específico, ou seja, a acumulação de riqueza se concentra nas empresas de grande capital, as que exploram o lugar.

Nos últimos anos, a região Amazônica tem passado por mudanças significativas, principalmente em sua estrutura urbana, que reflete tanto na aparência (forma) quanto na essência (conteúdo urbano) das cidades. Essas mudanças são resultado da convivência de tempos e espaços distintos, acentuada pela crescente urbanização a partir dos anos 1960, impulsionada pelos Grandes Projetos de Estado na região.

Por outro lado, considerando questões mais específicas – a serem tratadas no decorrer do texto -, o município de Parauapebas é resultado da implantação Projeto Grande Carajás. A indústria de mineração e toda a

infraestrutura que acompanha sua execução proporcionou a produção da cidade. A urbanização de Parauapebas, enquanto processo, entendemo-la associada às dinâmicas de mineração na região amazônica, que articulam diretamente os territórios de extração aos circuitos globais de acumulação. Portanto, a mineração é uma condição específica para a expansão do capital e simultaneamente para a produção da cidade de Parauapebas.

Como resultado direto da implantação do Projeto Grande Carajás, Parauapebas tem a mineração como principal atividade na economia local, servindo como motor para o crescimento da cidade. Ao afirmar que "a mineração é uma condição específica para a expansão do capital e simultaneamente para a produção da cidade de Parauapebas", considera-se que a atividade mineradora (exploração e exportação) condiciona os meios para a reprodução ampliada do capital ao mesmo tempo em que produz o urbano e a infraestrutura necessária para que a cidade se desenvolva e torne-se meio para a reprodução do capital.

Portanto, a mineração não é apenas uma atividade econômica em Parauapebas, mas a base que consolidou a formação e o crescimento da cidade. A relação entre a mineração e a urbanização nesse contexto parece ser simbiótica: enquanto a mineração necessita de uma infraestrutura urbana para operar (como transportes, serviços, etc.), o crescimento da cidade é, em grande parte, consequência da atividade mineradora.

Considerando o desdobramento dessa pesquisa mediante abordagem dialética do estudo da sociedade, da economia e da história, Parauapebas revela conjuntamente as especificidades da sua dinâmica urbana e as generalidades do processo de homogeneização do espaço produzido, traduzindo uma urbanização enclavada na região amazônica implementada pelo e para o contínuo processo de acumulação de capital.

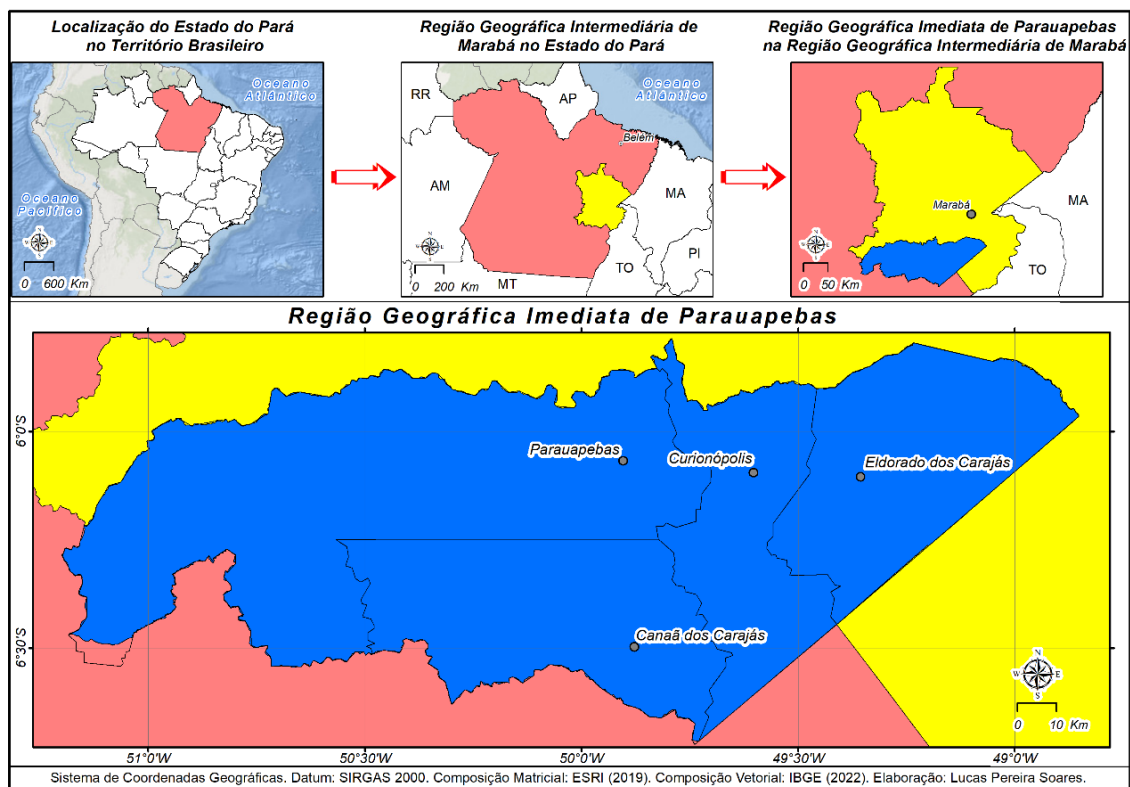
Parauapebas está localizada no sudeste do estado Pará, na chamada Amazônia oriental. O município abarca a Serra dos Carajás, que se insere no complexo mineralógico Carajás, ferro, ouro, manganês, bauxita e níquel, com grande relevância para a economia global. Dentro da vasta reserva de minerais, Parauapebas, abriga uma das maiores reservas de ferro do mundo.

A mineração é uma das principais atividades econômicas da região, com grandes empresas operando nesta área como a Vale S/A, que possui o complexo

minerador nas Serra Norte (Carajás/Parauapebas), Serra Leste (Curionópolis) e Serra Sul (Canaã dos Carajás). O conjunto das três serras formam o complexo Carajás.

Para fins de regionalização do IBGE, Parauapebas compõem a Região Imediata de Parauapebas, juntamente com os municípios de Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, conforme pode ser verificado na figura 1 - Mapa da Região Imediata de Parauapebas.

Figura 1 - Mapa da Região Imediata de Parauapebas



Conforme figura acima, podemos identificar a localização do estado do Pará na região norte do Brasil, em destaque para a Região Intermediária de Marabá onde está inserida a Região Imediata de Parauapebas. Localmente, os municípios integram a chamada Região de Carajás, referência dada a riqueza mineralógica existente na região.

Diante das reservas minerais e do interesse político do governo militar em integrar a Amazônia no território nacional no modo exploração, o Projeto Carajás, gigantesco empreendimento de exploração mineral, foi instaurado na região em 1980 pela empresa mineradora Companhia Vale do Rio Doce (empresa estatal)

em parceria com outras mineradoras multinacionais. Posteriormente, a CVRD dominou a exploração na área e após a privatização da estatal, a empresa Vale expandiu sua área de atuação, sendo atualmente a maior mineradora na exploração de minérios da região.

Com o cenário da logística implantada para a mineração em Carajás, a atividade de exploração mineral cresceu e demandou outras atividades econômica e uma dinâmica urbana que propiciaram o processo de urbanização em Parauapebas. Com isso, não se pode negar que a economia da cidade está estreitamente ligada à mineração e ao crescimento urbano.

Quanto à formação social que se deu em Parauapebas, esta foi influenciada pelas constantes migrações, trabalhadores em busca de oportunidades, especialmente relacionadas à mineração. Mas também famílias inteiras que migravam para a cidade. A “Eldorado” estava anunciada! Os nordestinos migraram intensamente para a região de Carajás, especialmente maranhenses se deslocavam com apoio do governo do estado do Maranhão para tentar as promessas de melhoria de vida em Parauapebas. Os movimentos populacionais são um fator relevante que alterou a demografia e a estrutura social de Parauapebas.

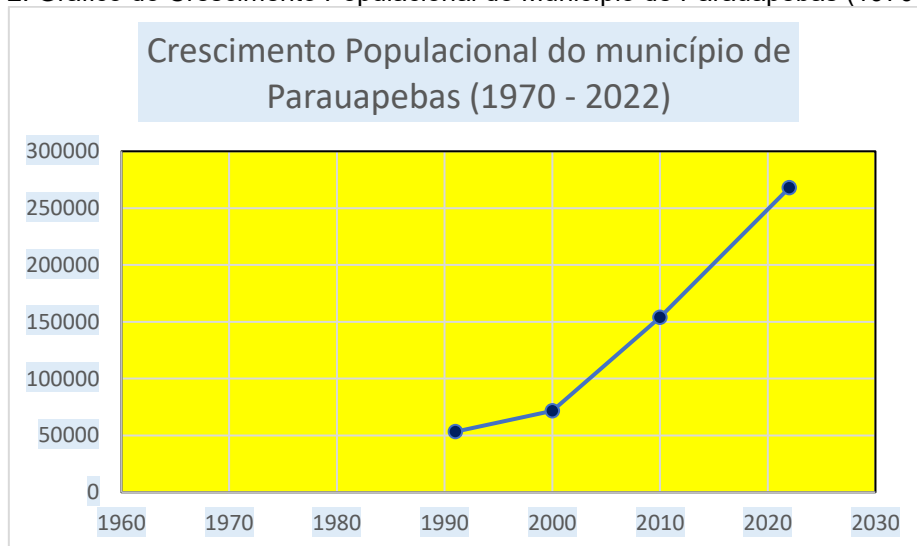
Segundo os dados do IBGE (2022), a série histórica do censo quanto ao crescimento populacional demonstra um crescimento exponencial da população desde o ano 2000. Considerando que a emancipação do município de Parauapebas deu-se apenas em 1988, anterior ao censo de 1991, não há dados censitário, pois Parauapebas pertencia ao município de Marabá.

Analizando a figura 2 a seguir - Gráfico do Crescimento Populacional do Município de Parauapebas (1970 – 2022), vemos que de 1990 ao ano 2000, houve pequeno acréscimo populacional, de 53.335 pessoas para 71.568, respectivamente. Entretanto, a partir do ano 2000, o crescimento populacional em Parauapebas foi exponencial. Há fator importante nesse crescimento, deve-se a privatização da CVRD em 1997, quando a mineração foi intensificada na região.

Verifica-se uma transição no crescimento populacional de Parauapebas, inicialmente lento, mas que se intensificou com o impacto da atividade de exploração mineral e outras atividades econômicas que decorrem da mineração, sinalizando a relação entre economia e demografia no contexto do município. A

intensificação das atividades de mineração na região sugere que a exploração mineral e a crescente dinâmica econômica gerada pela mineração atraíram migrantes trabalhadores para Parauapebas, contribuindo para o aumento populacional acelerado a partir de 2000.

Figura 2: Gráfico do Crescimento Populacional do Município de Parauapebas (1970 – 2022)



Fonte: elaborado pela autora, 2024. Dados: IBGE

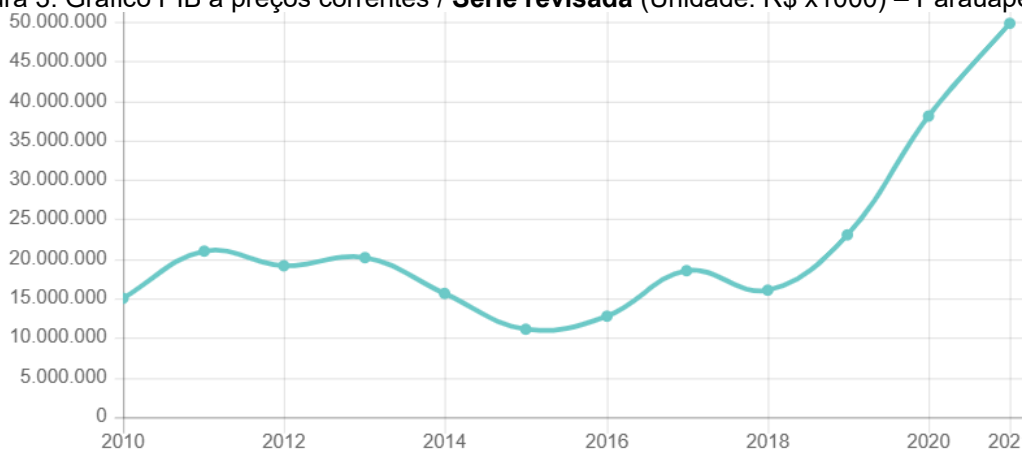
De 2000 a 2010, a figura 2 acima - Gráfico do Crescimento Populacional do Município de Parauapebas (1970 – 2022), demonstra que a população em Parauapebas mais que dobrou o seu quantitativo, atingido no censo daquele ano 153.908 pessoas. O dado revela a forte relação da atividade econômica com as dinâmicas sociais de mobilidade de força de trabalho, bem como acompanhando a dinâmica populacional e econômica, a urbanização se intensificou. O crescimento constante dessas dinâmicas, condicionou, no censo de 2022, Parauapebas como o quarto município do estado do Pará em quantitativo populacional com 267.836 pessoas, ultrapassando o município de Marabá com 266.533 pessoas, pela primeira vez.

Relacionando o crescimento populacional de Parauapebas atingido no último censo com os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do município constados na figura 3 - Gráfico PIB a preços correntes / **Série revisada** (Unidade: R\$ x1000) – Parauapebas, é possível aferimos uma concordância de crescimento conjunto na relação.

A figura 3 a seguir - Gráfico PIB a preços correntes / **Série revisada** (Unidade: R\$ x1000) – Parauapebas, mostra um crescimento também

exponencial no PIB nominal do município desde o ano de 2018, chegando a 2021 com 49.763.039,61. Referente a esse valor, o município ocupa a primeira posição no estado do Pará.

Figura 3: Gráfico PIB a preços correntes / **Série revisada** (Unidade: R\$ x1000) – Parauapebas



Fonte: IBGE, 2024.

Conforme informações divulgadas nas matérias do mês de julho de 2024 (site Estado de Minas e Exame.), a empresa Vale atingiu o maior crescimento em produção (exploração mineral) desde o segundo semestre de 2018, superando as expectativas econômicas. Ainda o Relatório da Fapespa¹ (2023), o PIB de Parauapebas é diretamente influenciado pela indústria extrativa de mineração. Desse modo, pode analisamos que o aumento constante do valor do PIB em Parauapebas desde o ano de 2018, deve-se principalmente pela atividade de mineração e coincide com crescimento do quantitativo populacional do município, os quais intensificam a urbanização.

O processo de urbanização de Parauapebas se deu rapidamente na lógica capitalista da produção do espaço, onde a reprodução ampliada do capital, reproduz a desigualdade social no espaço urbano. Desse modo, a precária infraestrutura presente na cidade revela as condições da urbanização capitalista pela atuação do Estado, contraditoriamente, pela presença e ausência. Ou seja, a precariedade identificada como ausência do Estado, revela a atuação na reprodução da desigualdade social.

¹ Fundada em 2007, atualmente Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa) foi criada para ser a responsável pelo fomento de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação dentro do Estado do Pará. A Fapespa engloba o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp)

Nesse sentido, subsidiando a análise correlacionada, os dados do censo 2022, demonstram as características dos domicílios do município de Parauapebas, conforme podemos observar na figura 4 abaixo – Características dos domicílios de Parauapebas – Panorama Censo 2022.

Figura 4 - Características dos domicílios de Parauapebas – Panorama Censo 2022.



Fonte: IBGE, 2024.

A figura 4 – Características dos domicílios de Parauapebas – Panorama Censo 2022 demonstra que apenas 28,34% dos domicílios em Parauapebas estão conectados à rede de esgoto; que 70,83% dos domicílios são abastecidos pela rede geral de água; que 98,84% dos domicílios possuem banheiro de uso exclusivo e 95,37% contam com coleta de lixo. Os dados mostram uma deficiente rede de saneamento básico, mesmo o município contendo em seu território uma Floresta Nacional, a Floresta Nacional de Carajás.

O rápido crescimento urbano da cidade Parauapebas foi produzido pela atuação ausente do Estado na implantação da infraestrutura. Atualmente, o município ainda carece de infraestrutura urbana básica na maioria dos bairros. Estas características diferem completamente da realidade urbana do núcleo

urbano de Carajás, a *company tow*, construída no alto da serra como estratégia de moradia para subsidiar a continuidade da mineração implantada durante o Projeto Carajás.

Diante do exposto, a pesquisa realizada tem como hipótese central que o processo de urbanização de Parauapebas se articula com o capital explorador, no caso a mineração, e com o Estado capitalista. A urbanização de Parauapebas foi influenciada diretamente por interesses econômicos da mineração e pela ação do Estado, revelando uma interação complexa entre capital, sociedade e ação política, que norteou o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa objetivou compreender a relação entre o processo de urbanização da cidade de Parauapebas e a atividade mineradora, considerando a influência (política e econômica) do Estado capitalista nesse processo. A urbanização de Parauapebas ocorreu em estreita conexão com interesses econômicos relacionados à mineração e com as ações e políticas do Estado, que buscaram explorar esses recursos naturais em benefício da acumulação ampliada do capital.

Com fins de consolidar o objetivo principal, a tese teve como objetivos específicos: primeiro, investigar o processo de urbanização de Parauapebas na lógica da produção do espaço, considerando as dimensões sociais, políticas e econômicas para situar o processo no contexto histórico; segundo, interpretar o conteúdo e as formas do espaço urbano produzido no processo da expansão urbana da cidade de Parauapebas; terceiro, demonstrar a influência dos Grandes Projetos de Estado na Amazônia oriental sob o processo de urbanização de Parauapebas, através da mineração com o Projeto Carajás; quarto, correlacionar a urbanização de Parauapebas com a mundialização da Amazônia, considerando a prática econômica e política da exploração dos recursos naturais para exportação no contexto histórico que se deu a relação; e quinto, levantar questões importantes para a contínua reflexão sobre Parauapebas enquanto território de floresta e de mineração.

Portanto, a metodologia adotada na realização da pesquisa deu-se através da observação da pesquisadora enquanto moradora da cidade, bem como as relações teóricas que envolvem o objetivo principal da pesquisa, compreender a relação entre o processo de urbanização da cidade de

Parauapebas e a atividade mineradora, considerando a influência (política e econômica) do Estado capitalista nesse processo.

Assim, a metodologia empregada nesta pesquisa foi de caráter qualitativo e quantitativo, utilizando uma abordagem multidisciplinar que abarcou as áreas de Geografia, Sociologia e Economia. A metodologia proposta construiu uma compreensão ampla do processo de urbanização de Parauapebas com base teórica e metodológica da teoria da Economia Política da urbanização. A combinação de métodos qualitativos e quantitativos, aliada a uma perspectiva interdisciplinar, permitiu uma análise profunda que considerou o contexto histórico, social, político e econômico da cidade. A seguir, a metodologia será apresentada em etapas, cada uma delas alinhada aos objetivos específicos da tese:

1. Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental: Foi realizada uma pesquisa embasada nos documentários “A história completa de Parauapebas” e “A criação de um município chamado Parauapebas, rios de águas rasas”, como também, realizou-se uma revisão da literatura existente sobre urbanização, políticas de Estado, exploração mineral e mundialização da Amazônia. Para isso a leitura foi embasada principalmente nos autores Carlos, A. (1994), Singer (2008), Rodrigues (2007), Valverde (1991), Oliveira (2009), Piquet (1998), Rodrigues (2002), Coelho (2002), Trindade Júnior (2015;2021), Becker (1988;1990;2001), Becker e Stenner (2008). Assim, a partir do desvendamento da realidade da urbanização em Parauapebas, os estudos teóricos foram relacionados ao objeto de estudo. Além disso, o Relatório PIB Municipal – 2021, realizado pela Fapespa foi analisado para o estudo.

2. Análise de Dados Secundários: foram coletados dados demográficos, sociais e econômicos da cidade a partir do IBGE. Assim, foi possível analisar crescimento populacional, as atividades econômicas e a infraestrutura urbana ao longo das décadas e investigar o processo de urbanização e interpretar as mudanças no espaço urbano, além de evidenciar a interrelação entre fatores sociais, políticos e econômicos.

3. Análise Espacial: alguns registros fotográficos in loco foram feitos para colaborar com as análises do espaço produzido da cidade. Também foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento (SIG) para mapear e analisar a configuração física da cidade ao longo do tempo, incluindo a identificação de

áreas de expansão urbana, área de mineração e localização geográfica de Parauapebas na Região Imediata. Houve uma integração de imagens de satélite, buscando interpretar algumas formas do espaço urbano, como os condomínios horizontais residenciais.

4. Análise contextual da urbanização de Parauapebas, Projeto Carajás, mineração da Vale e mundialização da Amazônia: Foi construída uma análise sobre os impactos diretos e indiretos do Projeto Carajás sob o espaço urbano de Parauapebas, demonstrando a influência dos projetos de Estado no processo de urbanização da cidade e sua(o) interrelação com a dinâmica econômica. Como também, foi possível examinar como Parauapebas se encaixa na permanente tendência de exploração de recursos naturais e a relação com mercados globais que a Amazônia se insere. A análise neste contexto permitiu uma correlação da urbanização de Parauapebas com a mundialização da Amazônia, possibilitando compreender as forças globais que moldam a cidade ou demandam as condições urbanas.

Para fins de organização, a tese está estruturada em quatro capítulos que se completam com uma abordagem histórica e dialética englobando o lugar (a cidade) e a região (Amazônia oriental; Região de Carajás). Desse modo, a tese se estrutura em: capítulo 1 **“O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PARAUABEBAS: narrativas históricas e a lógica da *company tow* em Carajás”**; capítulo 2 **“A EXPANSÃO URBANA EM PARAUAPEBAS: conteúdo e formas do espaço urbano produzido”**; capítulo 3 **“DOS GRANDES PROJETOS À REESTRUTURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL”**; e o capítulo 4 **“A URBANIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: dimensões política, econômica e social.”**.

O primeiro capítulo **“O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PARAUABEBAS: narrativas históricas e a lógica da *company tow* em Carajás”** investiga o processo histórico de urbanização de Parauapebas, inserido na lógica da produção capitalista do espaço urbano. A análise considera tanto as narrativas históricas (com base nos documentários da história da cidade) quanto as especificidades locais, como a destruição de florestas e a extração de minérios, que influenciam a urbanização da região. O texto argumenta que o urbano funciona como um instrumento e condição para a

reprodução das relações econômicas capitalistas, destacando as particularidades de Parauapebas dentro do contexto das *company towns*.

A discussão no primeiro capítulo se inicia explorando o espaço urbano como um produto em constante transformação, fundamentada em narrativas de antigos moradores, e se utiliza da teoria crítica e da Economia Política da Urbanização para interpretar as dimensões políticas, econômicas e sociais do processo de urbanização de Parauapebas. Em uma segunda parte, a análise se concentra na dinâmica urbana implantada da região de Carajás, examinando a forma e o conteúdo do núcleo urbano de Carajás, a *company tow*. Em síntese, o capítulo busca entender como o processo de urbanização reflete e se relaciona com a extração mineral e as dinâmicas econômicas da cidade.

O segundo capítulo **“A EXPANSÃO URBANA EM PARAUAPEBAS: conteúdo e formas do espaço urbano produzido”** analisa o processo de urbanização de Parauapebas dentro da lógica da produção capitalista do espaço, destacando a homogeneização urbana, apesar das particularidades locais. São apresentadas as formas urbanas emergentes nas áreas do alto (Carajás) e baixo da Serra de Carajás (Parauapebas e Rio Verde), evidenciando a desigualdade socioespacial que se reproduz sob o espaço urbano capitalista. A expansão urbana é discutida como produto da reprodução ampliada do capital. A pesquisa se apoia em análises espaciais e temporais, utilizando mapas e a observação da pesquisadora, e finaliza ao abordar os condomínios horizontais residenciais como exemplares da homogeneização capitalista no espaço urbano de Parauapebas.

O terceiro capítulo **“DOS GRANDES PROJETOS À REESTRUTURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL”** analisa a atuação do Estado capitalista na produção do espaço urbano na Amazônia Oriental, focando na criação de redes de produção e consumo e na dimensão política dos grandes projetos do governo militar, especialmente na mineração. A discussão destaca a influência da Vale (antiga CVRD) na dinâmica econômica regional, particularmente com a instalação de polos mineradores em Carajás. A discussão construída considera o espaço urbano como um produto social e histórico, resultante de processos de produção e reprodução relacionados à acumulação capitalista, que abrange os processos de produção, circulação e consumo.

O terceiro capítulo também aborda a "reconquista da Amazônia", evidenciando o avanço territorial numa lógica autoritária e de acumulação através de megaprojetos, com Carajás como um exemplo. A urbanização da região, que se intensificou a partir da década de 1960, trouxe mudanças significativas nas cidades, refletindo uma coexistência de tempos e espaços diferenciados. A análise contextualiza a criação dos grandes projetos de Estado a partir da década de 1960, explorando as transformações urbanas na Região de Carajás e as rupturas e continuidades que marcam a modernização do território amazônico sob a lógica da urbanização capitalista.

E por fim, o quarto capítulo **“A URBANIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: dimensões política, econômica e social”** analisa Parauapebas como parte da Amazônia e do Brasil, destacando a importância da construção política da ideia de "fronteira" para entender sua urbanização e a interação com processos de colonização e desenvolvimento estatal, especialmente durante o período militar. A exploração mineral, iniciada nos anos 1960 com os Projetos Grande Carajás e POLOAMAZÔNIA, impulsionou a urbanização da cidade, tornando-a um polo econômico dinâmico e atraindo uma significativa migração.

Nesse sentido, a análise construída no quarto capítulo aponta que essa urbanização está atrelada à economia global e reflete desigualdades sociais, resultado da lógica capitalista e destaca a Amazônia como uma periferia na hierarquia econômica global, essencial para a exploração de recursos naturais. A noção de "economia de fronteira" é discutida, evidenciando o crescimento econômico ilimitado baseado na extração de recursos, com Parauapebas exemplificando essa dinâmica.

Além disso, o capítulo quatro também aborda o fenômeno da "cidade na floresta", indicando como as especificidades do capital moldam o espaço urbano, tendo Parauapebas como produto desse fenômeno. A dinâmica da cidade está ligada a interesses externos que priorizam a exploração em detrimento de questões sociais e ambientais. Assim, a urbanização de Parauapebas está profundamente conectada aos fluxos econômicos globais, contribuindo para um processo de mundialização que impacta o seu desenvolvimento. O capítulo se encerra levantando questões que emergiram a partir da compreensão da urbanização como parte integrante do processo de exploração das riquezas naturais, integrada num processo histórico de produção do espaço.

CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE PARAUABEBAS: narrativas históricas e a lógica da *company tow* em Carajás

Neste capítulo a discussão construída envolve a reflexão sobre processo histórico da urbanização de Parauapebas dentro da lógica da produção capitalista do espaço urbano. Para as análises construídas com base nas narrativas históricas e dentro da lógica do processo de urbanização das *company towns*², são também consideradas as condições específicas na realização do processo de urbanização de Parauapebas.

Significa considerarmos na reflexão que há um movimento do urbano enquanto virtualidade, enquanto meio – instrumento do capitalismo - e condição – necessário para a reprodução capitalista - para a ampliação e reprodução das relações econômicas-capitalistas e que há também processos específicos contendo, pois, particularidades em Parauapebas – área de floresta destruída e protegida, extração de minérios, por exemplo - que precisam ser compreendidas.

É sobre essa perspectiva – o processo de urbanização de Parauapebas dentro da lógica da produção do espaço – que o presente capítulo transita, a fim de compreender o urbano enquanto conteúdo que traduz o processo de produção defronte a extração de riquezas minerais de exportação, revelando a realidade e as abstrações da cidade de Parauapebas.

Primeiramente, reconhecendo o processo de produção do espaço urbano como produto inacabado e incessante do trabalho social, contextualizaremos a discussão com narrativas históricas contidas em documentários por moradores antigos de Parauapebas. O desvendamento do imediatismo dos discursos representa um desafio a ser analisado a partir dos preceitos da teoria crítica e da Economia Política da Urbanização. Em seguida, avançaremos a discussão para a condição urbana implantada na Região de Carajás nos moldes da *company town*, analisando a forma e o conteúdo da urbanização do núcleo urbano construído em Parauapebas.

² Denominação que em português significa cidade da empresa. Engloba toda e qualquer formação habitacional (vila), de caráter autárquico, ligada a qualquer tipo de empresa ou companhia que demande formações habitacionais de apoio aos funcionários empregados no processo produtivo.

1.1. Narrativas históricas da urbanização de Parauapebas em meio à floresta e à mineração

Na investigação por compreender as condições específicas que singularizaram a penetração do urbano e que moveram a realização do processo, consideramos importante retomar a dimensão histórica e social narrada nos documentários que tratam da história de Parauapebas e analisar as dimensões política e econômica dessa urbanização, visto que a produção do espaço urbano de Parauapebas emerge diante da política urbana implantada por mediação e interesse da política estatal (1960 a 1988) e orientada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na mineração da região, mas também pela realização da força do trabalho humano e social.

1.1.1. Os documentários que tratam da história Parauapebas

Ao realizar a pesquisa documental encontramos dois documentários de produção independente que apresentam memórias da história de Parauapebas. Ambos apresentam a forte relação intrínseca entre a origem do município e a dinâmica econômica que se estabeleceu com a mineração e com a reserva de força de trabalho humano que migrou e ocupou esta região. A emancipação do município de Parauapebas se realizou no contexto de interesses de forças políticas e econômicas, que dominaram o cenário da região, anulando a realização da vida dos povos originários para narrar a história do lugar a partir da história da intervenção do capital no espaço produzido. Descreveremos as narrativas dos documentários e posteriormente, as analisaremos.

O documentário “A história completa de Parauapebas 2021” foi produzido pelo Programa *Pebas na Tv*³ sob a direção de Jarbas Lemos, narração de Leonardo Chaves e contado pela perspectiva de alguns antigos moradores da cidade. A produção utiliza algumas imagens da internet e fotografias pessoais de um dos sujeitos entrevistados. Nas declarações das narrativas se percebe que a história do lugar se entrelaça incessantemente com a história de vida das pessoas, portanto não há filtros nas falas e algumas questões importantes se revelam no discurso.

³ Canal de TV local transmitido pelo youtube e página do Instagram.

A moradora Ivanice Antunes relatou que alguns indígenas lhe contaram que antes da emancipação de Parauapebas “aonde é a portaria da Vale era aldeia dos índios e numa certa noite colocaram combustível num avião e tocaram fogo na aldeia e os que sobreviveram saíram correndo e se jogaram no rio Parauapebas e seguiram para a aldeia onde agora estão”. O relato ainda que não apresente um caráter de denúncia naquele momento, revela um crime violento dentro da lógica de “intervenção-reconquista” da Amazônia, mediamente autoritária de uma invasão. A quem cabe um ato tão violento e arbitrário? Com qual interesse? Ainda que não haja justificativa plausível, apenas a pura violência privada como prática da acumulação primitiva, esta seria tardiamente a resposta para a segunda pergunta.

O morador Valdir Flausino destacou a criação do primeiro núcleo urbano de Parauapebas no sopé da serra de Carajás e que “naquele tempo Serra Pelada já havia estourado e os garimpeiros queriam invadir o núcleo e a Vale não deixava, então eles invadiram a área que hoje é o Rio Verde⁴”. O relato traduz uma relação regional dos territórios de mineração por meio do movimento de migração da força de trabalho atraída pela dinâmica econômica. Também traduz os territórios “privados” da mineradora ao limitar o acesso dos trabalhadores migrantes ao núcleo urbano de Parauapebas⁵.

Esse núcleo fora construído com infraestrutura urbana básica para atender a moradia dos funcionários que trabalharam na construção da ferrovia do Projeto Grande Carajás, de Parauapebas ao Porto em São Luís, e dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviço a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A criação do projeto de mineração, do núcleo urbano e da ferrovia demonstram a força do Estado capitalista e do capital em encontrar formas para produzir o espaço em enormes projetos, com o interesse da expansão da produção econômica no território.

Os sujeitos do documentário relataram que Parauapebas nem sempre teve esse nome, outrora fora chamada de “Inferninho” diante do elevado número de cabarés, pois havia “217 unidades com mais de 2.000 prostitutas” na vila

⁴ O Rio Verde atualmente corresponde a um bairro do município de Parauapebas. Naquele tempo, foi uma vila espontânea formado principalmente pelos migrantes garimpeiros de Serra Pelada.

⁵ O primeiro núcleo urbano construído pela CVRD corresponde a área do bairro Cidade Nova onde se encontram as Chácaras da Lua e do Sol.

espontânea, segundo Rainerio Sartorio, morador de Parauapebas. O morador relata ainda que havia muita violência, não havia policiamento, e que “o vilarejo crescia rapidamente e enquanto território de Marabá, tudo carecia, tudo era muito difícil”, fato que justificava o nome “Inferninho” para o lugar.

A abertura de ruas na vila é lembrada no documentário a partir da ocupação espontânea, “limpava-se” um lote, ou seja, desmatava uma terra e já era dono. A rua principal hoje no bairro Rio Verde, rua do Comércio, recebeu o nome anteriormente de rua Curió⁶, demonstrando a naturalização dos processos de violência que aqueles garimpeiros vivenciaram em Serra Pelada no garimpo do ouro como uma espécie de aceitação natural da violência com ampliação de seus tentáculos pela região mineradora, atingido as várias esferas da sociedade.

O primeiro nome da vila da invasão, “Inferninho”, compactuava com a naturalização dos processos de violência, entretanto a criação de uma comissão para buscar melhorias e alterar o nome do lugar, ainda que supervisionada pelo GETAT⁷, promove, em um dado momento e em certo grau, uma urbanização do espaço produzido. Segundo relato de Rainerio Sartorio, a comissão era “formada por um grupo de 10 pessoas que administravam a invasão e contaram com a ajuda do Dr. Carlos Henrique do GETAT, que sugeriu o nome de Rio Verde”, alegando que “aquela gleba de terra que já seria loteada na criação de Parauapebas, anunciada pela CVRD, já se chamava Rio Verde devido ao afluente do rio Parauapebas”. Relatou também que o GETAT fez a topografia da área do Rio Verde como assentamento urbano, apesar de seus objetivos de trabalho serem em áreas rurais.

A providência em regularizar a ocupação espontânea do Rio Verde, podemos entender, que o ato atenderia a diversos interesses. Primeiro, ao interesse dos moradores que migraram e constituíram aquela ocupação;

⁶ Trataremos mais adiante sobre Sebastião Curió Rodrigues de Moura que foi oficial do Exército responsável por comandar a repressão à Guerrilha do Araguaia na ditadura militar, utilizando de crimes de violência na região.

⁷ Segundo IBGE, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi criado através do Decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980, com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins, criada na forma do disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977. Foi o primeiro grande movimento de colonização e resolução de conflitos fundiários nas regiões de Imperatriz (MA), do Bico do Papagaio (atualmente Tocantins, mas na época pertencia ao norte de Goiás), e no sudeste do Pará, em Marabá. Sua atuação era coordenada por Sebastião Curió Rodrigues de Moura, oficial do Exército e estava vinculada ao Conselho de Segurança Nacional.

Segundo, o interesse da empresa CVRD em conter o avanço e controlar uma certa “paz” em relação aos garimpeiros que migravam para a região; e, por fim, o interesse em reprimir e apaziguar mais um conflito na região sudeste do Pará, área de atuação do GETAT supervisionada pelo oficial Curió.

Assim, o Rio Verde se regularizou através do assentamento de 5 mil famílias e, com a instalação da infraestrutura de iluminação, rede de esgoto, policiamento, quartel, delegacia, escolas e hospital pela empresa Vale, consolidava a criação do núcleo de Parauapebas.

O senhor Rainerio Sartorio narra no documentário que a infraestrutura no núcleo de Parauapebas foi construída pela Vale. Dessa maneira, o desvendamento da forma que se consolida no espaço produzido se desdobra na “urbanização direcionada como condição e meio” (CARLOS, 1994) para a reprodução do capital e que é criada pelo Grande Capital para atender ao próprio interesse. Leonardo Silva, ex-morador de Parauapebas afirma que não é possível falar da história de Parauapebas sem falar no Projeto Grande Carajás, “não foi a cidade que trouxe a empresa, mas sim, a empresa que fomentou o nascimento da cidade”. Portanto, pensar a urbanização de Parauapebas requer um desvendamento da realidade do Projeto Grande Carajás que fazemos mais adiante no item 1.2, interrelacionando-o com a lógica dialética das cidades-empresas.

Na fala do morador há algo relevante que aponta para uma singularidade do lugar (Parauapebas), “Não foi a cidade que trouxe a empresa, mas sim, a empresa que fomentou o nascimento da cidade”. Não havia a cidade de Parauapebas quando ocorreu a instalação da empresa. A política estatal e a CVRD propiciaram as condições para o surgimento da cidade mediante o meio (lugar) rico em minérios e floresta. Portanto, a riqueza mineral e o alto potencial de exploração do lugar, propiciou a produção do espaço urbano (cidade), através da atuação da CVRD pela política estatal.

A emancipação do território de Parauapebas é narrada no documentário a partir do jogo de forças entre o vilarejo que crescia em quantitativo populacional e em dinamismo econômico e a sede do município de Marabá que recebia os

royalties⁸ devido ao governo municipal. Marabá demonstrava resistência a emancipação do território de Parauapebas. Entretanto, um grupo de empresários, donos de terras, motivou a emancipação, obviamente por interesses privados (particulares), através de um plebiscito em 24 de abril de 1988. Cabe esclarecer que os interesses particulares desse grupo encontraram respaldo no desejo também da população do vilarejo que almejava por melhores condições e infraestrutura na vila que crescia em dinamismo populacional e econômico e o plebiscito ganhou força para a emancipação de Parauapebas.

Os interesses diversos da população local pela emancipação de Parauapebas ganhavam dimensão e sustentação no próprio interesse da empresa mineradora, a CVRD. A distância de cerca de 170 km do território da Serra de Carajás (Parauapebas) a Marabá representava um desafio para a dinâmica funcional da empresa, especialmente em relação a oferta de infraestrutura e serviços como atrativos para a permanência dos funcionários que migravam para trabalhar neste grande projeto no meio da Floresta Amazônica. Desse modo, o movimento pela emancipação de Parauapebas crescia pela convergência dos diversos interesses.

Rainerio Sartorio conta que “no dia do plebiscito a juíza que veio recolher os votos no plebiscito lhe falou que seria necessário para a emancipação um mínimo de 51% da participação popular e que o mesmo se organizasse com o referido grupo de empresários e fizessem o que fosse preciso para elevar a participação que estava muito baixa”. Assim, logo o grupo se organizou, pois “a juíza não queria saber o que íamos fazer, só que devemos chegar a pelo menos 51% do eleitorado e devíamos fazer o que fosse necessário.” E nesse contexto de falta de limite para intervenções no processo do plebiscito ocorreu a emancipação de Parauapebas com uma participação do eleitorado superior a 90% em acordo ao pleito. O contexto descrito representa a dimensão dos artifícios e os meios utilizados para consolidar a dominação dos poderes político e econômico pela elite que se instituíra na região.

⁸ Royalties são a quantia paga ao governo pelo direito de uso, exploração e comercialização de um bem. A ideia é que o Estado receba um retorno por permitir que empresas privadas (e estatais também, pois a Vale era estatal naquele tempo) lucrem com os seus recursos. E também garantir compensações por gerar possíveis danos ambientais ou sociais a uma região.

De uma maneira geral, o documentário aponta questões importantes para pensar a urbanização de Parauapebas frente ao espaço produzido, embora o objetivo apresentado da produção recaia sobre a valorização dos “pioneiros” da cidade. Aqui há uma questão que se mostra intrigante ao pensamento e precisa ser mencionada com o intuito de reprimir qualquer intenção de desrespeito e desvalorização dos povos indígenas na região. Sob a óptica da produção do espaço urbano, os pioneiros que narram a história de Parauapebas não são os indígenas, povo originário da região, são migrantes que tem seu deslocamento para a região atrelada à dinâmica econômica. Assim dizendo, são os pioneiros da história da acumulação primitiva de capital em Parauapebas e suas histórias de vida no lugar que se entrelaçam com a produção capitalista do lugar.

O segundo documentário a ser discutido para reconstituirmos a produção da cidade, chamado “A criação de um município chamado Parauapebas, rios de águas rasas”, foi uma homenagem aos 35 anos do município produzido de forma independente e sem fins lucrativos, com base nas fontes históricas existentes e disponíveis na internet. Estreou em 8 de maio de 2023 na RC filmes e retrata a história de Parauapebas imbricada ao projeto de mineração instalado na região de Carajás, entretanto aponta para um certo imediatismo da narração da realidade do município.

O documentário trata, a partir de uma certa “naturalidade”, das modificações no território múltiplo que abarca floresta, indígenas e mineração, como se houvesse uma passagem do arcaico para o progresso através da atividade de mineração contida num projeto mais amplo com a construção da estrada de ferro. A ideologia do progresso contida na narrativa do documentário esconde os conflitos, a violência, as devastações. Assim, os recursos naturais geológicos são mencionados como o potencial para a instalação da empresa Vale na região, e conseqüentemente para a forte migração populacional. Relata, também, a perspectiva de urbanização que se originaria com a criação do núcleo urbano planejado de Carajás em Parauapebas.

Assim como no primeiro documentário discutido, este também relata a história da formação do território de Parauapebas, a partir do desmembramento do município de Marabá, destacando como fator determinante ao movimento de emancipação a não transferência de 10% dos royalties recebidos por Marabá ao vilarejo que se formava. O documentário informa que a partir do resultado do

plebiscito, o município de Parauapebas foi criado pela Lei 5.444 de 10 de maio 1988 e destaca atores políticos como “heróis” na administração do município, bem como a história do geólogo Breno dos Santos como o “descobridor” de Carajás.

Narrativas históricas que enfatizam “heróis” e “descobridores” tendem a distorcer a realidade, ocultando as complexidades e os conflitos reais envolvidos no processo histórico. Portanto, a criação e a reprodução de histórias de “heróis” e “descobridores” mascaram o desvendamento da realidade enquanto processo histórico dialético e esconde os conflitos de alto interesse para a implantação da agropecuária e da exploração de minério que implicaram na urbanização de Parauapebas. Nesse sentido, para compreender as estratégias de poder baseadas no grande capital adiante, trataremos das dimensões econômica, política e social da urbanização de Parauapebas.

1.1.2. Análises geográficas: migrações e a economia política da urbanização

A criação do município de Parauapebas advém de um complexo movimento de mudanças e transformações socioespaciais vivenciado pela região do sudeste Paraense, principalmente a partir da década de 1960, com uma dinâmica econômica exploratória e exportadora, que necessitava do urbano para sua realização e, simultaneamente, permitiu a reprodução do urbano para sua ampliação.

A substituição dos processos de produção tradicional da economia extrativo-exportadora, baseada na produção e exportação de castanhas-do-pará, especialmente em Marabá, para a economia agro mineral-exportadora, apoiada nos grandes projetos agropecuários e na extração mineral realizada por grandes empresas e incentivados pelo Governo Federal naquele período a partir de então, condicionou as dimensões econômicas, políticas e sociais do processo de urbanização de Parauapebas.

As condições da produção econômica e social que se verificam na urbanização de Parauapebas se inserem no cenário de países que sofreram de forma concentrada e intensa o processo de mudança em sua estrutura social, econômica e ecológica, visto que países como o Brasil chegaram tardiamente

ao contexto da economia urbano-industrial, tendo a presença de “forças de penetração, inicialmente político-militares e depois econômicas, dos países que já dominavam a grande indústria” (SINGER, 2008, p. 26). Significa dizer que este cenário gerou uma condição – orientada pelo Estado - para a urbanização de Parauapebas justaposta à atividade de mineração e ao comércio que se estabeleceu como retroalimentação necessária à própria urbanização.

Primeiramente, no cenário da década de 1960, a Amazônia se tornava local de interesse de empresas mineradoras estrangeiras pelo elevado potencial de recursos naturais a serem explorados, especialmente o manganês para as demandas capitalistas no tempo de Guerra fria (1947-1991). As forças econômicas dos países industrializados se faziam presentes no Brasil e como resultado, a empresa United States Steel – maior siderúrgica do mundo naquela década - em sua busca exploratória pelo território amazônico, por volta de 1967, identificou a existência das “clareiras de ferro” na região de Carajás e seu potencial econômico para o mercado mundial.

O Estado brasileiro através do Departamento de Produção Mineral (DPM), ao conhecer as áreas de reserva de minério de Carajás, impôs uma associação da U. S. Steel à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1967 para a exploração, formando a Amazônia Mineração S/A para fins de controle na exclusividade da atuação. Em virtude da fusão empresarial, em 1977, a CVRD comprou as ações da U. S. Steel, ratificando o domínio estatal para a implantação do Projeto Grande Carajás e mais do que isso, afirmavam-se as intenções de uma política estatal atrelada a uma política urbana na Amazônia.

Através das ações políticas implementadas, o Estado brasileiro parece assumir um papel orientador na divisão social e territorial do trabalho na Região de Carajás. Isto porque as transformações socioespaciais oriundas da substituição da produção econômica e da expansão da mineração exportadora constituem uma divisão de trabalho regional entre diferentes núcleos urbanos através do surgimento de atividades especializadas que suprem para além de uma demanda local (SINGER, 2008) e se inserem no mercado global. Ou seja, a mineração industrial em Parauapebas se insere na lógica capitalista que alimenta os fenômenos da urbanização e que atinge as escalas regional, nacional e até mesmo global.

Por essa razão, pensar os problemas da urbanização no contexto do desenvolvimento econômico exige um enfoque globalizador, a problemática urbana deve ser analisada como cota inclusa de um processo amplo de mudança estrutural e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos (SINGER, 2008). Pensar a urbanização de Parauapebas exige procurar o papel das classes sociais, agentes e sujeitos desse processo, aqui englobando os moradores migrantes, o Estado capitalista, as empresas que representam o grande Capital e as relações econômicas nas diferentes escalas geográficas: local, regional, nacional e global.

Os agentes e sujeitos que compõem a sociedade que se forma em Parauapebas, nos limites da configuração histórica advém de um determinado fluxo migratório para a região de Carajás. Como outrora mencionado, o movimento de migração para a região esteve imbricado à exploração de minério, por conseguinte, ao Projeto Grande Carajás. Ainda hoje, o fluxo migratório para a cidade de Parauapebas decorre da dinâmica econômica e urbana movida pela e para a atividade de mineração⁹.

Prosseguindo o debate pela análise da movimentação populacional, por volta de 1967 a mineradora Amazônia S/A já havia iniciado sua atividade de exploração na região de Carajás, território que pertenceria a Parauapebas com a emancipação. Nesse tempo, o garimpo de ouro em Serra Pelada já vivenciava a crise econômica e os problemas sociais decorrentes da violenta acumulação ampliada do capital, com exploração de recursos naturais e humanos como elementos essenciais ao processo produtivo e ao avanço do capital.

Considerando este cenário de meados de 1960 na região, e que as desigualdades sociais movem as migrações internas deslocando a população de áreas desfavorecidas, ocorreu um fluxo migratório de força de trabalho humano tanto naquele tempo como atualmente. Em face às relações das migrações internas, trabalho, capitalismo e desigualdades regionais, lemos que

os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os

⁹ Isto está revelado nos dados demográficos do censo 2022 do IBGE, que apontam um aumento populacional de 73,11% em comparação com o censo de 2010, destacando o município como o quarto mais populoso do Estado do Pará e o terceiro com o maior PIB *per capita* em 2021 (R\$ 227.449,71).

fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pelas empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. (SINGER, 2008, p. 40)

A leitura contextualizada para uma reflexão da relação entre o movimento migratório e o processo de urbanização de Parauapebas permite relacionarmos a história oral dos antigos moradores da cidade com as demandas para a força de trabalho que menciona o autor. Essa relação se substancia com a chegada dos funcionários das empresas Amazônia mineração S/A e, posteriormente, da CVRD, como também a atração dos garimpeiros de Serra Pelada e prostitutas e os diversos indivíduos que migraram e produziram a cidade, juntamente com as estratégias do Estado capitalista.

Segundo a autora Edna Castro (1994), o processo de migração para a região da Amazônia oriental, especialmente a partir da atuação da CVRD no sudeste paraense, encontra-se intrínseco à estruturação de um complexo estratégico de mercado bem mais amplo do que meramente a um espaço em que casualmente foi encontrado o potencial mineralógico, e a partir daí se organizou a economia local.

Consoante esta ideia, o sociólogo Pereira (2016) em sua tese analisa o processo migratório para Parauapebas como parte das diretrizes econômicas na Amazônia oriental frente à rede geográfica estruturada pela CVRD na fronteira dos estados do Pará e Maranhão e também resultado das condições específicas do estado Maranhão para a movimentação populacional.

De todas as fronteiras do estado do Pará, as mais importantes para o processo migratório têm sido, há mais de 44 anos, ao Sul com o Tocantins e o Mato Grosso; ao Sudeste com o Maranhão. Essas fronteiras permitiram a passagem do grande fluxo migratório de força de trabalho. (PEREIRA, 2016, p.109)

De todos os fluxos migratórios o que vem do estado do Maranhão conduz o maior contingente da força de trabalho para Parauapebas, conduzidos de ônibus ou pelo trem da Vale... (PEREIRA, 2016, p. 111)

O autor comenta ainda a relação de interesses imediatistas de caráter político, na década de 1970, entre os estados do Tocantins (estado de Goiás naquele período) e do Maranhão nas obras do Projeto Grande Carajás. As

estratégias políticas seriam barganhar vantagens econômicas da implementação do empreendimento na área de fronteira entre esses estados.

O governo destes estados faziam visitas frequentes ao Complexo Grande Carajás. Gomes (1997) relata que enquanto parlamentares e o governo do estado do Pará pouco se mobilizaram para acompanhar de perto o empreendimento da Vale do Rio Doce, o governador do Maranhão, José Sarney, fazia visitas insistentes à Direção do Complexo. O resultado das visitas, foi a linha férrea e o porto, para a exportação de commodities, construídas em São Luís do Maranhão. As fronteiras do Maranhão são consideradas de pobreza endêmica em relação ao Brasil. Populações que vivem na fronteira foram entusiasticamente convencidas a emigrarem para a Região de Carajás, onde “corria leite e mel”. Além das emigrações estimuladas e até organizadas por governos municipais, centenas de pessoas se deslocavam por conta própria encorajados por insistente propaganda do Governo Federal. (PEREIRA, 2016, p. 37-38)

A narrativa acima nos permite entender que o estado do Maranhão, em comparação aos demais estados brasileiros, forneceu o maior fluxo migratório de trabalhadores para Parauapebas. As condições de proximidade de fronteiras e a precária condição social e econômica do estado favoreceram a situação de migrações para o centro da dinâmica do Complexo Carajás. Paradoxalmente, a população que migrou para o trabalho com expectativa de melhoria de vida não conseguiu ser absorvida pela atual dinâmica industrial, colocando-se disponível aos ditames da exploração da força de trabalho para reprodução ampliada do estado capitalista.

Com as contribuições do pensamento de Singer (2008) sobre as migrações e as atividades econômicas que se desenvolvem na dimensão espacial urbana, podemos refletir sobre as condições da força de trabalho e condições de integração das atividades desenvolvidas à economia urbana capitalista.

Levando em conta, pois, que no âmago do funcionamento da economia urbana capitalista há a necessidade da dialética da mão-de-obra integrada à dinâmica econômica capitalista, por vezes industrial, mas não necessariamente, e da mão-de-obra de reserva, como estoque disponível e vulnerável à aceitação de sujeições do sistema capitalista. A autora Edna Castro (1994) chama atenção para a necessidade de analisarmos as intenções por trás da migração populacional como reserva de força de trabalho no âmbito da política econômica urbana capitalista que se instaurava na região de Carajás.

No âmbito da cidade de Parauapebas, abrangendo os migrantes da década de 1960, aqueles que foram trabalhar na produção industrial da mineração e no comércio nos moldes capitalistas e aqueles que foram trabalhar nas atividades autônomas, geralmente serviços, participam de forma distinta na produção da cidade. O primeiro grupo se integra à economia urbana capitalista, enquanto o segundo desempenha o estoque de reserva de mão-de-obra para a economia capitalista, complementando-se de forma dialética e contraditória.

A migração que ocorreu¹⁰ para Parauapebas continha um certo conteúdo socioespacial urbano que definiu a lógica territorial de exploração do espaço amazônico. A “floresta urbanizada” proposta por Becker (1990), baseada na proposição teórica da “fronteira urbana” como parte do avanço da fronteira econômica, tornou-se uma realidade concreta devido às ações de um Estado desenvolvimentista que corroborou para essa forma de expansão em nível regional e no território nacional, como um movimento exclusivo para a acumulação de capital, no contexto do território e no interior do qual o urbano se torna condição de realização desse mesmo processo de acumulação.

Segunda a autora, os conteúdos socioespaciais definiram a lógica territorial no espaço amazônico, a partir de ações determinantes do Estado e promoveram, juntamente com a expansão da fronteira econômica, um fluxo migratório urbano voltado para o trabalho. À medida que Parauapebas recebia os migrantes, ela se expandia e novos núcleos populacionais espalhavam-se; igualmente, ocorria a propagação de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução de capital e controle social.

Para Becker (1990) o processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX se interrelaciona à acentuada mobilidade da força de trabalho, tanto justificada pela expropriação e contrariedade de acesso à terra, como também pela migração, entendida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se constituíam em nível regional. Portanto, a expansão da fronteira econômica se deu, inicialmente, no interior do contexto urbano, pois o fluxo migratório se voltava para atividades econômicas com novos conteúdos urbanos.

¹⁰ Aqui a análise pondera o contexto do período meados de 1960 sem anular a continuidade do processo de migração e urbanização para a região.

No centro dessa dinâmica, o urbano, enquanto conteúdo socioespacial e sob determinada lógica de reprodução econômica e social, transfigurou-se numa estratégia de ocupação do território de Parauapebas - com a criação dos núcleos urbanos de povoamento para os funcionários da empresa -, e por conseguinte, em um complexo movimento para a urbanização com produção do espaço da cidade, envolvendo a ocupação urbana espontânea do povoado do Rio Verde e os núcleos urbanos planejados da empresa mineradora. Ou seja, a migração motivada pela mineração e para a mineração já era essencialmente urbana.

Na lógica dialética da urbanização de Parauapebas, partiremos para entender a natureza dos núcleos urbanos planejados construídos pela empresa CVRD em Carajás com a finalidade de atender aos seus interesses de produção da indústria de mineração e não obstante atender ao interesse de produção do urbano. Esses núcleos urbanos fazem parte do modelo de *Company Town* (cidade da empresa) e, em Carajás – Parauapebas, contribuem para a reestruturação territorial e novo significado do urbano na região do Sudeste paraense.

1.2. A lógica dialética das *Company Towns* na Amazônia

A *Company Town* enquanto cidade da empresa tem sua implantação planejada para acompanhar a dinâmica de grandes empreendimentos e com estes constituir e inserir um novo arranjo espacial na realidade local e regional que possibilite a reprodução do capital. Na Amazônia, sua lógica de implantação está relacionada aos mega projetos e às transformações que revelam uma diversidade de formas espaciais a partir do conteúdo urbano que se insere, e que é responsável no direcionamento da nova dinâmica regional.

A história das *company towns* começa nos Estados Unidos em 1880 com a construção da cidade de Pullman, em Illinois¹¹, que foi projetada para abrigar 6.000 pessoas, e era comandada pela Companhia Pullman Palace Car. No auge

¹¹ A Pullman City, elaborada por Sólon S. Berman e Nathan F. Barret, em 1880, para o milionário ferroviário George Pullman, que visava abrigar e manter sob controle os funcionários de suas empresas, acreditando que uma cidade onde os empregos dentro de um ambiente saudável e um padrão de vida acima da média estavam disponíveis atrairia trabalhadores qualificados e facilitaria uma população satisfeita e atenderia a produção industrial (BONFATO, 2019). A proximidade de Chicago e dos trilhos da ferrovia foi fundamental na escolha da localização da cidade.

das *company towns*, durante a industrialização nos Estados Unidos haviam mais de 2.500 cidades de empresas e mais de 3% dos estadunidenses moravam em uma *company town*.

Na Amazônia, especialmente no espaço regional da Amazônia oriental¹², segundo Trindade Jr e Rocha (2002, p.14) “a instalação das cidades de empresas não é recente. Antes mesmo do processo de integração regional estimulada a partir de 1960, algumas experiências já tinham sido vivenciadas”, a exemplo da implantação de cidades vinculadas a projetos de exploração econômica no Estado do Pará como Fordlândia (PA), Vila Serra do Navio (AP), Vila Amazonas (AP) e Núcleo Urbano de Carajás (PA), esse último mais recente, da década de 1980.

A Amazônia Oriental registra, em sua história recente, a implantação de diversas *company towns*. As primeiras construídas na região foram Belterra e Fordlândia, na década de 20, ligadas ao projeto de produção de borracha de Henry Ford. Na década de 60, foram criadas a Vila Serra do Navio e a Vila Amazonas, vinculadas à exploração da bauxita pela empresa ICOMI no Amapá. Este processo culmina com a emergência de várias cidades planejadas associadas à construção de hidrelétricas e aos projetos de extração e/ou transformação mineral implantados na Amazônia a partir da década de 70. A implantação destas *company towns* foi responsável pela inserção de novos padrões construtivos, sociais e de consumo na região, bem como de planejamento urbano. (RODRIGUES, 2002, p. 113)

As *company towns* – cidades das empresas – assumem um papel decisivo na alteração da rede urbana regional. Na história da urbanização da Amazônia coexistem eventos determinados por interações locais e projetos definidos por concepções globais sobre o papel das cidades das empresas no processo de divisão territorial do trabalho. Desse modo, para Piquet (1998) há uma complexidade no papel das cidades de empresas no processo da formação urbana brasileira. Para a autora

tais empreendimentos, por serem veículos da expansão de novas condições técnicas de produção em pontos selecionados do território nacional, proporcionam o avanço da fronteira econômica e espacial, influenciando no processo de integração nacional e sendo, portanto, um ângulo relevante de nossa formação urbana. (PIQUET, 1998, p. 7)

¹² Estamos considerando como Amazônia oriental, segundo o entendimento de Trindade Júnior e Rocha (2002), para fins de compreensão das relações Cidade e Empresa na Amazônia, especificamente a porção leste da Amazônia Legal, incluindo os Estados do Pará, Amapá, Tocantins e o oeste do Maranhão.

Os núcleos urbanos da Amazônia oriental, conforme Becker (1990), formaram-se como bases para as operações dos projetos econômicos com certa densidade técnica que os diferencia do entorno local e do contexto regional pela produção de um espaço urbano específico. O núcleo urbano de Carajás (Parauapebas) é um exemplo da transformação de um espaço não urbanizado em um espaço urbano específico que envolveu a criação de infraestruturas para atender a continuidade da dinâmica da indústria extrativa de mineração na região.

A produção desse espaço urbano específico, *company town*, possui a forma lógica de cidade planejada com casas, escola, hospital, supermercado, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais e de lazer, como clube, teatro e cinema, que ao fim pertencem a uma empresa. O conteúdo presente na produção da *company town*, na maioria das vezes, segundo Piquet (1998), é determinado pelo monopólio e pelo paternalismo da empresa, pelo isolamento e por uma aparente qualidade de vida.

Estas cidades são qualificadas pelo monopólio e paternalismo da empresa, uma vez que os serviços básicos como saúde, educação, habitação, clubes entre outros são pagos ou subsidiados pela empresa. Os estabelecimentos comerciais (em alguns casos até a igreja) são subordinados ao controle da empresa, que no geral as regras de funcionamento giram em torno de alguma grande indústria, onde trabalham praticamente os moradores da *company town*. Aqui, trabalho e moradia se estendem pelo espaço da *company town*, tornando os trabalhadores não somente dependentes, mas também, de certa forma, leais a empresa, que estabelece nestas cidades as suas próprias leis.

Na lógica de produção da *company town*, o isolamento manifesta-se através de uma seletividade, como um tipo de “isolamento social”, visto que muitas das vezes, somente quem pode morar na cidade da empresa são funcionários, e em parte, estes funcionários são mão de obra especializada e vindos de outras regiões. Desse modo, no tocante à Amazônia, o isolamento existe para além do conteúdo geográfico espacial, sendo também um isolamento social como instrumento de controle por parte da empresa.

Abrangendo nossa análise e através de uma analogia, podemos relacionar o conteúdo urbano das *company towns* ao dos condomínios

horizontais fechados, que comumente tem acompanhando a homogeneização dos espaços urbanos nas cidades. Avistamos tal como em ambas formas, que a criação da seletividade social contribui para a sensação de tranquilidade e qualidade de vida. O “isolamento social” presente na essência das *company towns* sugere uma certa semelhança com as práticas vivenciadas na moradia de condomínios horizontais fechados. As *company towns* e os condomínios horizontais fechados, enquanto formas de moradia, voltam-se as costas para a cidade real e se fecham na construção de um simbólico modo de vida urbano.

Ainda considerando a implantação das *company towns* na Amazônia, Trindade Jr e Rocha (2002), comentaram sobre como o urbano e o processo de urbanização na Amazônia se constituíram como elementos indispensáveis para a valorização econômica que se buscava implementar na região, sendo inclusive substanciais para respaldar a oferta de condições de vida atraentes à população migrante para o trabalho nas empresas. Isto é, o urbano como condição para a produção do espaço.

Para a autora Piquet (1998), o conceito de cidade-empresa (*company town*) é o de prática empresarial que compreende a construção de núcleos de moradia e de equipamentos urbanos essenciais (nas áreas de saúde, educação e lazer) junto aos espaços produtivos. A análise dessa prática empresarial revela processos de uma urbanização multifacetada que só é possível reconhecer singularidades em cada empresa estudada, ligadas ao tempo de implantação, ao tipo de empreendimento e ao lugar onde se instalam.

No caminho para a compreensão da totalidade da produção do espaço proveniente da implantação da *company town* interrelacionada com a instalação de grandes projetos econômicos, como na Amazônia, devemos considerar a formação das “cidades paralelas” que espontaneamente se formam no entorno das *company towns* além dos limites dos projetos. Os autores supracitados, Trindade Jr. e Rocha (2002), no contexto da produção do espaço das *company towns* e o entorno, afirmaram que

Por outro lado, nas periferias desses núcleos planejados verifica-se a existência de outros assentamentos urbanos, surgidos espontaneamente, e que cresceram com a chegada de mão-de-obra, não qualificada e móvel, e mesmo com a força de trabalho dispensada após o término das instalações desses projetos. Essas cidades representam a outra face dos grandes empreendimentos econômicos

e são marcadas pela precária qualidade de vida que caracteriza os centros urbanos da Amazônia. (TRINDADE JR. e ROCHA, 2002, p.17)

Portanto, os autores demonstraram que a compreensão da *company town* em sua totalidade jamais deve ser desarticulada do seu entorno, consideravelmente segregado, mas que essencialmente, reproduz a contradição espacial da lógica de urbanização que está disposta na realidade brasileira, amazônica e parauapebense. Haja vista que o núcleo urbano do Rio Verde e de Parauapebas se urbanizavam paralelamente e próximo ao núcleo urbano de Carajás (a *company town* projetada para a CVRD) e, de maneira interligada ao processo de expansão da atividade econômica da mineração, originaria o município de Parauapebas.

Nesse sentido, Pereira (2016) discorre sobre a integração dos núcleos que formaram a embrionária Parauapebas pela interrelação de dependência econômica (extrativista, industrial, comercial e serviços), de reprodução do urbano como condição para a atividade industrial da mineração e sobretudo na relação de força de trabalho de mercado como suporte para a economia capitalista nacional em expansão.

A leitura associada entre a urbanização e o processo de integração de mercado nas escalas local e global revela um certo padrão das *company towns*, entretanto a configuração das faces dialética - do urbano nesses núcleos planejados e nos núcleos espontâneos - instigam a análise das especificidades da CVRD e o núcleo urbano de Carajás, tornando essencial a busca do desvendamento e da compreensão das motivações econômicas e políticas e lógicas sociais gerais que conduziram a localização do empreendimento em meio ao território de Floresta Amazônica, bem como a sua forma e conteúdo urbano.

1.2.1. CVRD e o modelo de cidade-empresa em Carajás

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente conhecida como Vale S.A., é uma das maiores empresas de exploração mineral do mundo. Fundada em 1942, a CVRD atua principalmente na extração de minérios, como ferro,

cobre, níquel e manganês, além de possuir operações em logística e transporte¹³. Na década de 1980, a CVRD expandiu suas operações para a região de Carajás, no estado do Pará, área geologicamente estratégica para a empresa. Para garantir o acesso e a exploração dos recursos minerais, a CVRD desenvolveu um modelo de cidade da empresa em Carajás.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) estruturou sua ação estratégica para ocupar a Amazônia oriental, a partir de 1980, sob o subterfúgio respaldado pela política estatal da época de que o sudeste paraense estivesse determinantemente inserido no processo de globalização. O pesquisador Pereira (2016) comenta em sua tese sobre a complexa ação estratégica da CVRD

Nas regiões onde a CVRD se estruturou, hoje apenas Vale, aplicou-se um projeto estratégico pensado de modo minucioso e rigoroso, dos gastos dos cálculos energéticos à redução do papel do Estado nas ações intervencionistas, até limpeza dos espaços territoriais, com a retirada das populações tradicionais, necessárias para a implantação física dos projetos na Amazônia. (PEREIRA, 2016, p. 34)

Considerando a concentração estratégica de investimentos e a implantação de projetos na esfera federal a partir da ação da CVRD, a Amazônia oriental foi transformada nas diversas dimensões espacial, econômica, urbana e social enquanto fronteira integrada ao processo de crescimento econômico. A região sudeste do Pará, onde se localiza a Serra de Carajás, recebeu diversos projetos sob o discurso de desenvolvimento e de integração nacional, objetivando a ocupação da Amazônia sob a lógica de acumulação capitalista.

É nesse contexto que o Projeto Grande Carajás (PGC) é instituído na região, e deu-se, concomitantemente, uma produção da condição do urbano, cuja dimensão espacial ocorreu de modo planejado. A CVRD ao implantar o PGC vinculou ao polo minerador na Serra de Carajás, o modelo da *company town*, cidade da empresa para abrigar os trabalhadores da empresa.

O modelo de exploração mineral implementado na Amazônia teve como base intensivos investimentos, voltados para a exportação, agregadores de pouco valor ao produto e utilizando pouca mão-de-obra no processo produtivo, tendo demonstrado também poucas possibilidades de incremento da economia local. A espacialização de tal modelo constitui-se um padrão quanto à implantação de *company*

¹³ Trataremos mais adiante, no capítulo 2 em especial, da infraestrutura logística do Projeto Grande Carajás e a integração do território para atender a dinâmica da empresa Vale.

towns, sempre localizada em pontos estratégicos de acessibilidade aos locais de extração e/ou transformação mineral e enquanto centro de comando e disponibilidade da mão-de-obra contratada. (RODRIGUES, 2002, p. 119)

A afirmação da autora demanda uma análise crítica do contexto que revela a fragilidade do modelo de exploração mineral na Amazônia, cobrindo suas implicações econômicas e sociais, mediante ao padrão das cidades das empresas que geralmente são construídas para suportar as operações de uma única empresa e tendem a se estruturar estritamente em torno das necessidades dessa companhia.

As condições espaciais da área do projeto de extração de ferro de Carajás – área de floresta - foram amplamente modificadas com a edificação de uma vasta infraestrutura como garantia de controle de todo o processo do projeto, desde a mina até o porto de Itaqui no Maranhão. E nessa circunstância de controle e proteção de seus domínios, foi idealizado e instalado o núcleo urbano de Carajás, cidade da empresa Vale, que enquanto símbolo reflete sua separação da realidade que se formava em Parauapebas, um núcleo urbano espontâneo sem infraestrutura alimentado pelo contingente populacional móvel na frente de trabalho.

O Núcleo Urbano de Carajás – *company town* ou cidade-empresa implantada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no Sudeste do Pará para dar suporte ao Projeto Ferro Carajás (1986) – insere-se no quadro de contrastes e contradições que emerge quando se problematiza as estruturas e processos de urbanização da Amazônia. (RODRIGUES, 2002, p. 113)

Nesse modelo de cidade da empresa, podemos entender que o processo de urbanização de Parauapebas se redefiniu com a antecipação do conteúdo urbano no planejamento da implantação do Núcleo de Carajás, cristalizando as formas pelo controle dos serviços oferecidos e a hierarquização de poder pela setorização e padrão das residências, simultaneamente às forças espontâneas de produção do núcleo no sopé da serra. Dialeticamente, a cidade planejada (da empresa) e a espontânea (da força de trabalho móvel) constituíam Parauapebas.

A cidade da empresa em Carajás foi instalada pela CVRD em uma área de fronteira bastante complexa, que engloba floresta, Terras Indígenas, assentamentos rurais e lugar de representação de melhoria de vida aos

garimpeiros migrantes de Serra Pelada. Esse modelo de cidade constitui-se numa certa ordem do “perfeito”, uma realidade artificial e limitada sustentada na lógica física (forma) da cidade – ruas, casas –, evidenciando uma certa contraposição à cumulatividade da cidade “espontânea”, Parauapebas.

A estruturação das *company towns*, como modelos aplicados, significam a reconstrução do fenômeno urbano por meio da negação das estruturas existentes (cidades “espontâneas”) e fundação de novas estruturas, voltando seus objetivos e “conteúdos” para a viabilização econômica dos empreendimentos a que estão vinculadas, utilizando a “forma” urbana, por meio do projeto, enquanto um dos instrumentos deste fim.

Mais que isso, as relações sociais criadas por famílias artificialmente reunidas em um espaço milimetricamente planejado, são baseadas em grande medida nas relações de hierarquia funcional... (RODRIGUES, 2002, p. 117)

A autora comenta sobre a concepção da cidade da empresa se configurar como uma extensão da estrutura organizacional da empresa, desde a sua forma (ruas, setores e residência) até a própria gestão do espaço do núcleo. Isso porque a urbanização no Núcleo de Carajás pode ser entendida como meio de facilitar a execução econômica da empresa industrial, pois há uma ideia de que a cidade da empresa expressa uma certa continuidade da unidade produtiva, tanto na relação econômica quanto nas relações sociais, visando se integrar como parte de um modelo econômico.

As obras de infraestrutura do núcleo de Carajás foram iniciadas em 1982 e logo em seguida, a construção das residências (consolidada em 1985), projetadas conforme capacidade de produção de ferro na região.

O projeto do Núcleo Urbano de Carajás segue um padrão xadrez, compacto e plano, condicionado pelo relevo platô em que foi construído e ocupa uma área de 308 ha, com capacidade de 7.000 habitantes e com infraestrutura que engloba um clube (Doce Norte Esporte Clube), três centros vicinais (áreas de lazer), uma praça de eventos também utilizada por uma feira, duas portarias de acesso, uma escola (Centro de Ensino Integrado de Carajás – CEIC), escola de línguas, creche, dois hotéis, um hospital, um Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC), um cineteatro, centro comercial, igrejas, dois supermercados, terminal rodoviário, quatro bancos, o prédio onde funciona a Fundação Zoobotânica de Carajás (FZC) e uma grande casa de hóspedes. (RODRIGUES, 2002, p. 121)

Atualmente, a estrutura urbana do núcleo de Carajás mantém-se organizada em um padrão xadrez, com as edificações mencionadas anteriormente, acrescidas de um heliporto em área de acesso restrito, conforme podemos visualizar na Figura 5 - Heliporto em área restrita no Núcleo urbano de Carajás e uma área destinada a fazendinha¹⁴ ao lado da área destinada ao centro de tratamento dos resíduos da coleta seletiva.

De acordo com informações do Manual do Morador (2022)¹⁵, o núcleo consiste em um condomínio com 1.353 unidades residenciais (entre casas e flats) e aproximadamente 3.000 habitantes.

Figura 5 - Heliporto em área restrita no Núcleo urbano de Carajás.



Fonte: a autora, 2024

Nas imagens a seguir: figura 6 - Docenorte Esporte Clube no Núcleo urbano de Carajás, Figura 7 – Hospital Yutaka Takeda, localizado no Núcleo urbano de Carajás, Figura 8 - Ruas do comércio no Núcleo urbano de Carajás e a Figura 9 - Praças (área de lazer) no Núcleo urbano de Carajás, são apresentadas algumas das estruturas produzidas no núcleo de Carajás com o intuito de construir a ideia de “estrutura urbana suficiente” na vida dos

¹⁴ Local de acesso restrito destinado a criação de animais para atender a demandas alimentícias da empresa Vale, visto que possui refeitórios nas áreas das minas.

¹⁵ O Manual do morador consiste em um documento interno do núcleo urbano da empresa Vale S/A. O documento rege informações básicas sobre a gestão do núcleo e regras de convivência. O documento foi elaborado pela própria empresa – no setor de gestão de condomínio - para orientar seus moradores.

trabalhadores da empresa. Há uma noção de um modo de vida urbano em meio a floresta e reduzidamente distante da área de mineração (lugar do trabalho).

Portanto, foram desenvolvidos infraestruturas e serviços para atender às necessidades urbanas dos trabalhadores, permitindo que levem uma vida urbana mesmo estando em uma área predominantemente de floresta mais afastada do perímetro urbano de Parauapebas.

A ideia construída é que, apesar da proximidade com a floresta e com a mineração, os trabalhadores têm acesso a um espaço produzido com características urbanas, incluindo habitação, comércio, serviços e lazer, simulando um modo de vida urbana suficiente. Entretanto, há um certo contraste entre a natureza, a mineração e a urbanização na produção do núcleo urbano de Carajás.

A afirmação acima aponta para um contraste significativo na medida que sugere uma tentativa de mitigar os impactos negativos da mineração e da exploração da natureza, criando um ambiente que, à primeira vista, aparenta oferecer uma qualidade de vida urbana. No entanto, vale considerar se essa urbanização é realmente suficiente para suprir as necessidades e expectativas dos trabalhadores, ou se é meramente uma simulação que sugere um ideal de vida que pode não ser plenamente alcançado, indicando apenas uma adequação mínima às condições urbanas sob interesse da empresa de possibilitar as condições mínimas para a reprodução do capital através da mineração. Sob a segunda perspectiva, constrói-se a análise da infraestrutura do núcleo urbano de Carajás.

Figura 6 - Docenorte Esporte Clube no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

O Docenorte Esporte Clube (figura 6) possui a modalidade de uso para sócios, funcionários Vale e não funcionário Vale, como também por diária. O clube, assim como o hospital (figura 7) – que atende por convênios médicos e particular -, os estabelecimentos comerciais (figura 8) e as praças (figura 9) podem ser utilizados por pessoas não moradoras do núcleo urbano de Carajás, entretanto, para o acesso é necessária a autorização¹⁶ de entrada na Portaria do ICMBio¹⁷ em horário específico, das 9h às 15h.

A necessidade de uma autorização para o acesso às estruturas urbanas do núcleo de Carajás pode ser vista sob diferentes prismas. Por um lado, essa exigência justifica-se pela proteção ambiental e pela regulação do uso do espaço, especialmente em áreas que fazem parte de unidades de conservação, no caso, na FLONACA. Por outro lado, essa condição cria uma barreira limitando o convívio social entre moradores da cidade de Parauapebas, sugerindo que as estruturas urbanas não estão completamente disponíveis para o uso público.

Figura 7 - Hospital Yutaka Takeda, localizado no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

¹⁶ Para fins da autorização de acesso a FLONACA – seja para turismo, trabalho, núcleo urbano de Carajás, Parque Zoológico - é necessária a realização de um cadastro (uma única vez) com documento de identificação com foto, CPF, informar endereço, telefone e autorizar a captura de foto no Setor de Autorização do Uso Público ICMBIO e Prefeitura Municipal de Parauapebas, localizado na Portaria.

¹⁷ A Portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na Floresta Nacional de Carajás é uma medida de gestão ambiental que visa regular o acesso e o uso dos recursos naturais presentes nessa unidade de conservação.

Figura 8 - Ruas do comércio no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

Figura 9 - Praças (área de lazer) no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

O núcleo urbano de Carajás está localizado no alto da Serra de Carajás em meio à Floresta Nacional de Carajás (FLONACA), conforme podemos ver na figura 10 – Imagem de localização do núcleo de Carajás, a 25 Km da Portaria do ICMBio na cidade de Parauapebas-PA. O acesso se dá pela Rodovia PA-275 com autorização do ICMBio para adentrar a área de Floresta Nacional. A leitura do mapa ainda nos permite incorporar à estrutura urbana de Parauapebas, em especial ao núcleo de Carajás, a instalação e operação do aeroporto, tendo em vista que para atender à demanda das atividades da maior jazida de ferro do mundo, “a mineradora Vale, construiu, em 1981, o Aeroporto de Carajás.” (<https://www.aenabrasil.com.br/pt/aeroportos/aeroporto-carajas/caracteristicas.html>)

Figura 10 - Imagem de localização do núcleo de Carajás



Fonte: a autora, 2024. Dados: Google Maps, 2024.

Ao analisarmos a forma da cidade projetada pela empresa, percebemos uma cristalização da hierarquia social pela hierarquia funcional (conteúdo) dispensando qualquer artifício ou subterfúgio para as diferenciações do *status* profissional na ocupação das residências. Há uma projeção da hierarquização do funcionamento da empresa sob os diversos modelos de residência presente no núcleo urbano de Carajás.

Conforme Rodrigues (2002), a distribuição das casas ocorre predominantemente mediante a função exercida na empresa, ainda que outros fatores sejam levados em consideração na distribuição como, número de familiares e tempo de vínculo na empresa, o primeiro ainda é determinante.

No Núcleo Urbano de Carajás existem cinco modelos básicos de casas (R-0, R-1, R-2, R-3, R-4), totalizando treze modelos ampliados (quadro 1). O modelo R-0 corresponde às residenciais do quadro de gerentes gerais, havendo diferenças entre ela; as residências R-1 são ocupadas pelo nível técnico mais especializado como alguns engenheiros ou cargos de gerência, sem grande variação entre as existentes: as residências R-2 correspondem ao nível técnico e administrativo intermediário, possuindo um modelo básico e uma variação; o tipo R-3 e R-4 correspondem aos funcionários ligados às atividades de operação de sistema de produção em níveis diferenciados e funções administrativas e de apoio, possuindo maior diversidade de modelos ampliados ou modificados além do original e concentram o maior número de residências (1.225 residências), sendo que o tipo R-4 não possui garagem coberta. (RODRIGUES, 2002, p. 124)

Relacionando com a afirmação acima, a Figura 11 - Quadro de divisão de residências por tipo e área construída do Núcleo urbano de Carajás demonstra a diversidade de modelos de casa, bem como a proporção do número de casas de cada tipo e a área construída de cada. Podemos observar que as residências de maior área (R-0 e R-1) correspondem ao menor quantitativo e aos cargos mais elevados, com maior especialização, enquanto que as residências de menor área (R-3 e R-4) representam o maior quantitativo de casas e são destinadas aos funcionários menos especializados. Essa relação demonstra o padrão de organização da empresa com diferenciação na faixa funcional materializada no padrão das residências que cabe a cada funcionário conforme distinção da empresa.

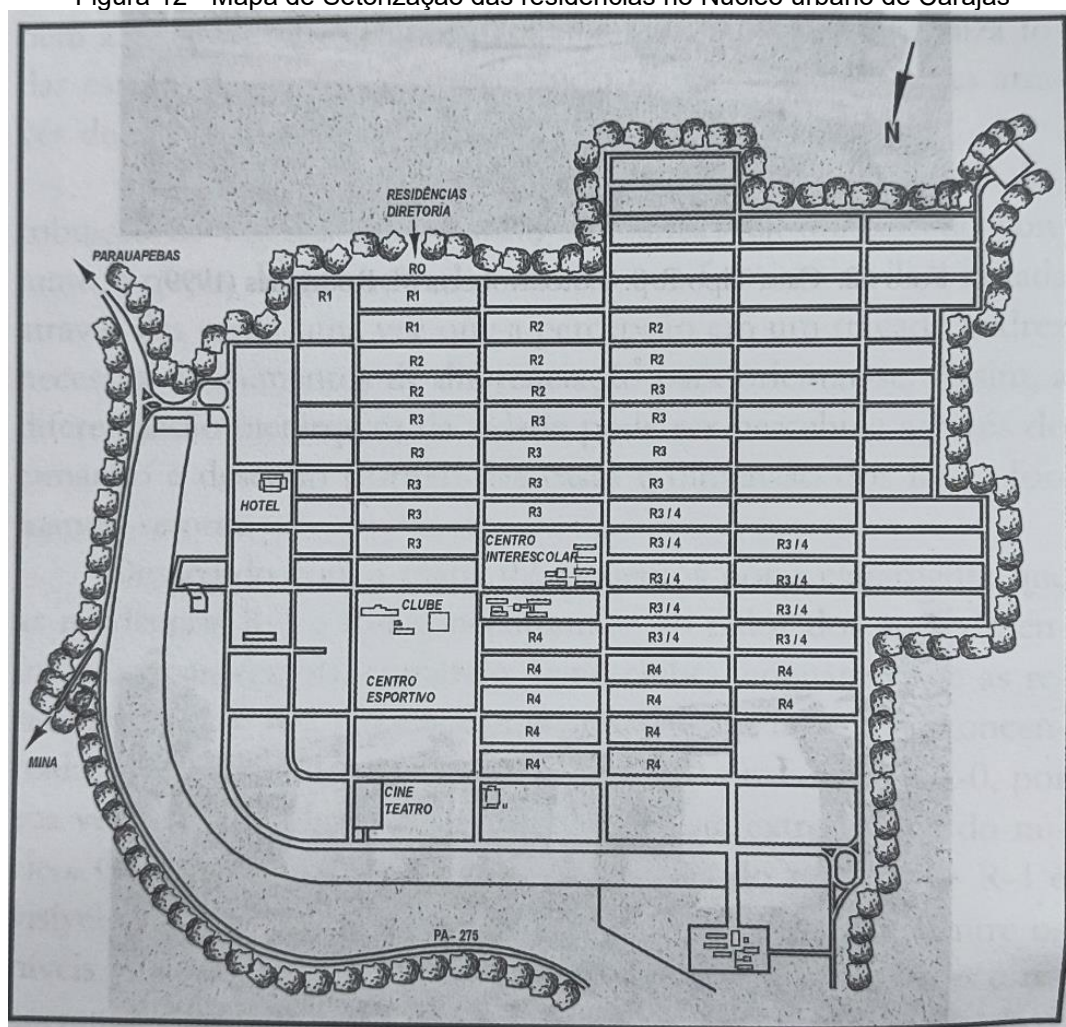
Figura 11 - Quadro de divisão de residências por tipo e área construída do Núcleo urbano de Carajás

Tipo de casas	m ² construído	Número de casas	%
R-0	280,93	08	0,60
R-1	137,10	08	0,60
R-1 A	257,45	28	2,12
R-1 M1	205,00	23	1,75
R-2	111,60	12	0,90
R-2A	142,24	16	1,21
R-3	98	681	51,60
R-3A	124,94	52	3,94
R-3AP	140,09	93	7,05
R-3 B	115,84	40	3,03
R-4	79	200	15,15
R-4 A	87,75	4	0,30
R-4 G	92,33	155	11,75
Total	-	1320	100

Fonte: Rodrigues (2002, p. 125)

Considerando a lógica de funcionamento da empresa, em que a diferenciação é essencial, o núcleo urbano de Carajás, enquanto *company town*, torna-se uma extensão da estrutura vertical da empresa. Para além da forma das diferentes residências que demonstram a classificação funcional, a espacialização pela setorização das residências afirma o caráter segregador aparentemente necessário como reforço da manutenção das relações hierárquicas da empresa. A figura 12 abaixo mostra o mapa de setorização dos diferentes modelos de casa segundo os padrões hierárquicos.

Figura 12 - Mapa de Setorização das residências no Núcleo urbano de Carajás

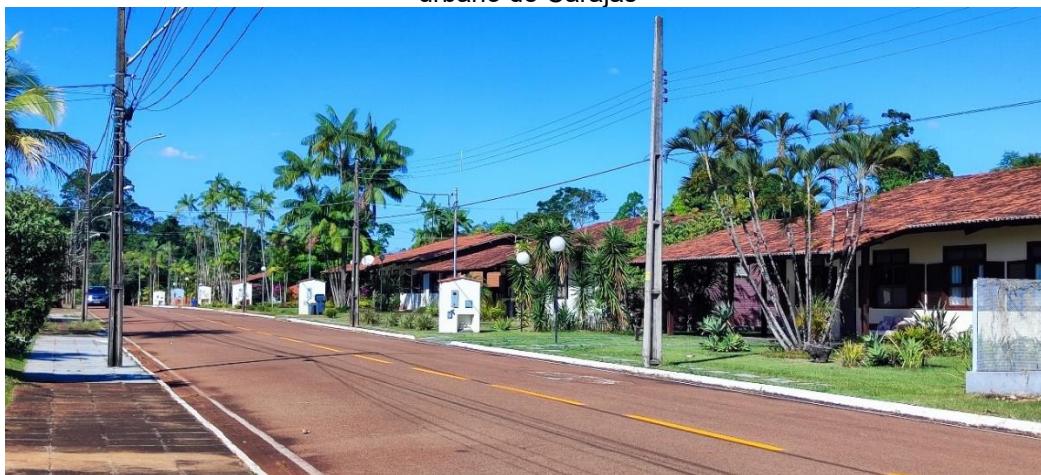


Fonte: Rodrigues (2002, p. 128)

Uma leitura espacial da distribuição das residências do núcleo urbano de Carajás nos permite identificar que os modelos R-0 e R-1 destinados aos funcionários de cargo de gerência, conforme é possível observar na Figura 13 -

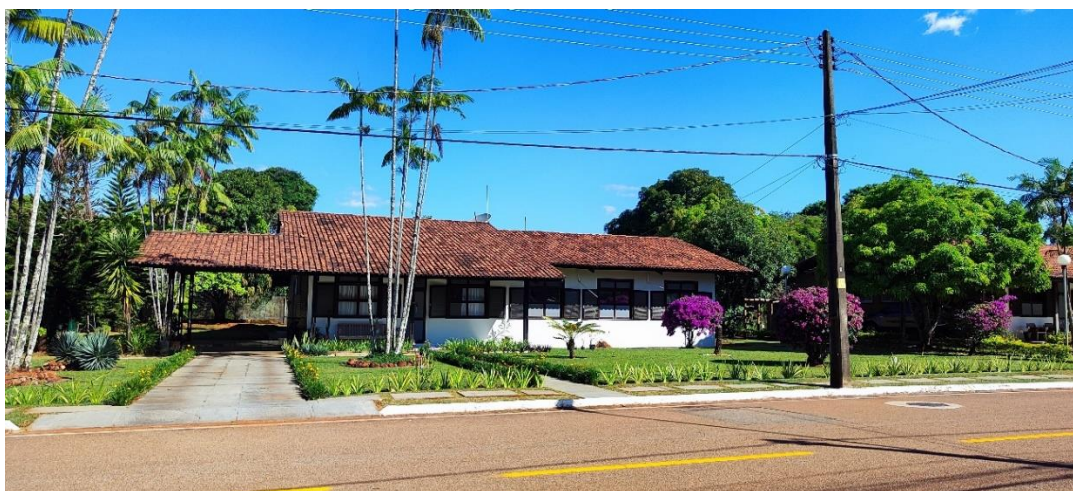
Quadra de casas destinadas aos funcionários de cargo de gerência no Núcleo urbano de Carajás e na Figura 14 - Casa modelo R-0 no Núcleo urbano de Carajás, localizam-se mais isoladas e distantes das áreas de lazer comum, de certa forma à margem no traçado (desenho) urbano. Enquanto que os modelos R-3 e R-4, identificadas na Figura 15 - Casas de modelo mais comum no Núcleo urbano de Carajás (modelos R-3 e R-4), encontram-se em torno das áreas de lazer comum, estando mais distantes das residências dos funcionários de cargo mais elevado. As intenções na separação física das residências podem ser entendidas como continuidade da separação de convívio social, estratégias da gestão da empresa nas relações hierárquicas.

Figura 13 - Quadra de casas destinadas aos funcionários de cargo de gerência no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

Figura 14 - Casa modelo R-0 no Núcleo urbano de Carajás



Fonte: a autora, 2024.

Figura 15 - Casas de modelo mais comum no Núcleo urbano de Carajás (modelos R-3 e R-4)



Fonte: a autora, 2024.

A “forma” do fenômeno urbano vivenciado em Carajás nos mostra de modo imediato uma aparência naturalizada de certa ordem. Mas o que de fato nos revela essa aparente ordem para além da forma? Andando nas ruas do núcleo urbano de Carajás, percebe-se uma lógica programada para a continuidade da atividade econômica, indiferente ao entorno do lugar. São casas quase que semelhantes, ruas alinhadas, comércio e serviços com aspecto de suficiência para a realização da vida urbana.

Durante a realização da pesquisa, algumas visitas foram realizadas ao núcleo de Carajás e a partir das observações concretas foi possível perceber famílias sem vínculo com o lugar, sem sentimento de pertencimento ao lugar, relações sociais baseadas na diferenciação entre as categorias profissionais, onde a lógica previsível e planejada encravada pela dinâmica da *company town* promove uma artificialidade de cidade.

A gestão do núcleo tenta minimizar a artificialidade da cidade planejada por meio de algumas iniciativas, como o encontro "Domingo na praça", realizado todo primeiro domingo do mês. Neste evento, acontece uma feira orgânica e atividades para as famílias, proporcionando momentos de lazer na tentativa de construir vínculos sociais. No entanto, é notável que a empresa também gerencia os momentos de encontro e convívio social para os trabalhadores, rompendo com o acaso, o inesperado da vida social. Na cidade planejada da empresa a rotina da vida é programada, gerenciada e fiscalizada.

O Núcleo Urbano de Carajás, enquanto *company town*, espelha a delimitação não somente do espaço da cidade, como também representa e territorializa os interesses da empresa (CVRD) na região. A organização sistemática, condicionada pelo projeto, representa a utilização de mecanismos de controle da empresa, uma vez que estas cidades representam uma extensão importante e estratégica do empreendimento, seja como símbolos da própria imagem construída pela empresa, envolvendo grandiosidade, seja em relação à ordem e eficiência, refletida na forma de sua *company town* e suas regras. (RODRIGUES, 2002, p. 133)

Considerando a relação entrelaçada e de interdependência do Núcleo Urbano de Carajás e a empresa Vale, a gestão da *company town* – gerência Facilities Norte - apresenta documentos que norteiam desde as regras de convivência social até as normas e critérios para conservação e intervenção dos imóveis residenciais de responsabilidade da Vale. A empresa possui uma gerência de condomínio – Facilities Norte - para administrar tanto os imóveis quanto os núcleos urbanos (espécie de condomínio) na área de atividade de exploração mineral, em Parauapebas, Ourilândia do Norte, Canaã dos Carajás e Núcleo Urbano de Carajás.

O Manual do Morador Facilities Norte apresenta as responsabilidades do morador e as regras de gestão das residências, como manutenção elétrica, hidráulica e civil e coleta seletiva do lixo (no caso do núcleo urbano). As normas ocorrem margeadas de vigilância e possíveis penalidades - como aplicação de multas e até remoção do trabalhador - pela empresa aos moradores sob uma gestão de previsibilidade e racionalização, contrapondo o movimento do processo de urbanização da cidade espontânea, que se realiza na parte baixa da serra na cidade de Parauapebas.

Contextualizando a urbanização de gestão empresarial, a autora Rodrigues (2002, p. 134) menciona “nascidas sob a racionalidade do desenvolvimento capitalista, as company towns buscam na concepção de seus espaços urbanos, um planejamento e gestão que converge para uma total racionalização e previsibilidade.” E ainda, a cidade empresa “distorce a vida social, criando artificialidades que ressaltam os contrastes entre a cidade planejada e as cidades espontâneas.”

A configuração física e social da cidade de Carajás – ou seja, como ela é estruturada e como funciona socialmente – revela as intenções e as diretrizes do projeto estatal que a criou. Isso indica que a forma da cidade não é apenas uma questão estética, mas está profundamente ligada ao seu conteúdo econômico e às relações sociais que ali se estabelecem.

Analisar a interação entre a forma e o conteúdo urbano do núcleo de Carajás, uma cidade empresarial inserida pela CVRD na Amazônia para atender às demandas da exploração mineral como um projeto estatal, nos ajuda a compreender o processo de urbanização de Parauapebas, em sua totalidade e dialética. Pois, a cidade planejada de Carajás foi projetada de acordo com os princípios do urbanismo programado, com sua forma e conteúdo voltados para a acumulação capitalista ampliada, contrapondo-se, dialeticamente, a ordem do processo de urbanização da cidade espontânea expressa pela desigualdade socioespacial, reafirmada pelo Estado capitalista na reprodução do espaço urbano.

A reflexão sobre o processo de urbanização de Parauapebas continuará adiante, com foco na análise das formas e conteúdos na expansão urbana, reafirmando a reprodução ampliada do capital no processo de urbanização e os processos que remetem à homogeneização do espaço urbano produzido.

CAPÍTULO 2 A EXPANSÃO URBANA EM PARAUAPEBAS: conteúdo e formas do espaço urbano produzido

Nesse capítulo a discussão em curso representa uma continuidade do processo de urbanização de Parauapebas dentro da lógica da produção capitalista do espaço urbano. Dentro da lógica do processo, as análises apontam uma homogeneização, ainda que haja condições específicas na realização do processo de urbanização de Parauapebas.

São explanadas as formas urbanas da embrionária Parauapebas com exemplificação dos núcleos urbanos do alto (Carajás) e baixo da Serra de Carajás (Parauapebas e Rio Verde), revelando conteúdos que expressam a desigualdade socioespacial reproduzida pelo Estado capitalista na lógica do processo de urbanização que se constituiu em Parauapebas.

A expansão urbana como reprodução ampliada do capital que coloca a cidade como mercadoria e distorce o valor de uso pelo valor de troca é discutida como elemento da lógica de homogeneização do espaço urbano. Elementos e empreendimentos que compõem a realidade de Parauapebas são padrões de certa ordem do processo de urbanização, ainda que consideremos os aspectos específicos contendo, pois, particularidades do lugar.

Como base para a análise espacial e temporal da expansão urbana, utilizamos um mapa com as escalas referidas, associando com a leitura espacial dos bairros atuais da cidade e suas dinâmicas urbanas, bem como a vivência dessa pesquisadora em Parauapebas sob o olhar geográfico.

E, por último, como exemplificação da homogeneização capitalista do espaço urbano produzido em Parauapebas, os condomínios horizontais residenciais são discutidos dentro dessa lógica, mas também levando em consideração as especificidades do lugar.

2.1. Os primeiros núcleos urbanos na embrionária Parauapebas

A análise do movimento dialético presente na produção do espaço urbano de Parauapebas nos leva a compreender a origem da cidade como um suporte para a atividade mineradora. A urbanização de Parauapebas teve seu início ligado ao Programa Grande Carajás (PGC), orientado pela intervenção estatal,

visando a exploração mineral na Serra de Carajás. Existe uma estreita ligação entre a migração e as políticas econômicas na região oriental da Amazônia.

Na década de 1980, aproximadamente 27 mil pessoas estavam envolvidas na construção da infraestrutura do projeto Carajás, segundo relatos nos documentários da história da cidade de Parauapebas. Este foi o início da formação do município - que na época era apenas um distrito de Marabá - e do Núcleo Urbano de Carajás.

No documentário “A história de Parauapebas”, o fotógrafo Salviano Machado ressalta a importância da infraestrutura do núcleo habitacional para a consolidação das atividades industriais da mineração na época. “Sem esse Núcleo, seria praticamente impossível o projeto Carajás ter sido construído, porque não existia nada, Parauapebas era um lugarejo muito pequeno e sem infraestrutura. Era muito difícil que as pessoas com maior qualificação quisessem vir para cá trabalhar. A comunicação era por cabine telefônica. Na vila, por exemplo, eram seis cabines para mais de 20 mil pessoas”.

O Núcleo de Carajás foi a alternativa encontrada pela empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) dentro do contexto histórico e social que predominava na época, das cidades planejadas conhecidas como “chão de fábrica”, ou seja, de produção de cidades com a menor distância possível entre o local de trabalho e a família daquele trabalhador.

Naquela época, a empresa também realizou uma série de investimentos que forneceram as bases para a formação da cidade de Parauapebas, como a primeira sede da prefeitura, hospital, escola, quartel de Polícia Militar, Delegacia de Polícia e a pavimentação da rodovia PA 275, a antiga estrada de terra que liga Parauapebas a Marabá. A empresa também foi responsável pela urbanização de bairros como Cidade Nova e União, incluindo a implantação de drenagem pluvial, sistema de água e esgoto, instalação de rede elétrica e construção de moradias.

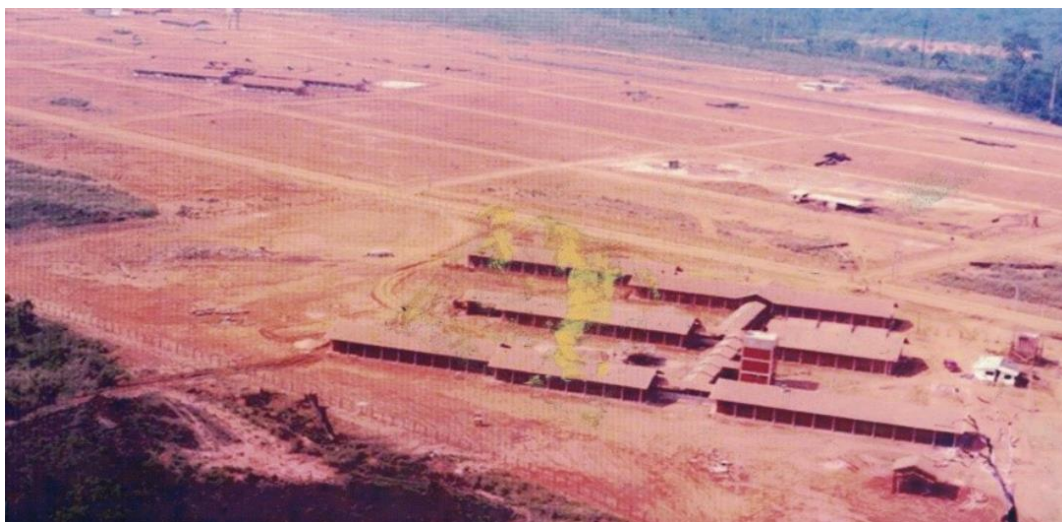
As ações da CVRD, como empresa de mineração, na urbanização de certos bairros em Parauapebas mostram uma variedade de interesses privados e estatais a serem compreendidos, desde a contenção do crescimento urbano espontâneo das ocupações informais (do povoado do Rio Verde) até a consolidação de uma estrutura urbana que possibilitasse a continuidade das estratégias capitalistas de acumulação na região.

Assim, a empresa consolidou a atividade de exploração mineral, construindo além do Núcleo de Carajás – enquanto forma e conteúdo urbano programado – uma condição de base para a urbanização da cidade que servira para a continuidade da reprodução ampliada do capital, seja na indústria de mineração, seja na cidade mercadoria.

Naquele período os primeiros núcleos urbanos na embrionária Parauapebas se distinguiam da seguinte maneira:

a) o primeiro, construído pela CVRD no sopé da Serra de Carajás e dotado de certa infraestrutura (hospital, escola, rede de esgoto, posto policial, etc.), próximo à Portaria de acesso a Floresta Nacional de Carajás. Este núcleo, denominado de Parauapebas, foi um alojamento projetado para abrigar cerca de cinco mil pessoas e recebeu os trabalhadores menos qualificados, que foram trabalhar na construção da Estrada de Ferro Carajás. A figura 16 - Núcleo urbano de Parauapebas com alojamentos da CVRD em 1982 representa uma fotografia do primeiro núcleo urbano construído;

Figura 16 - Núcleo urbano de Parauapebas com alojamentos da CVRD em 1982

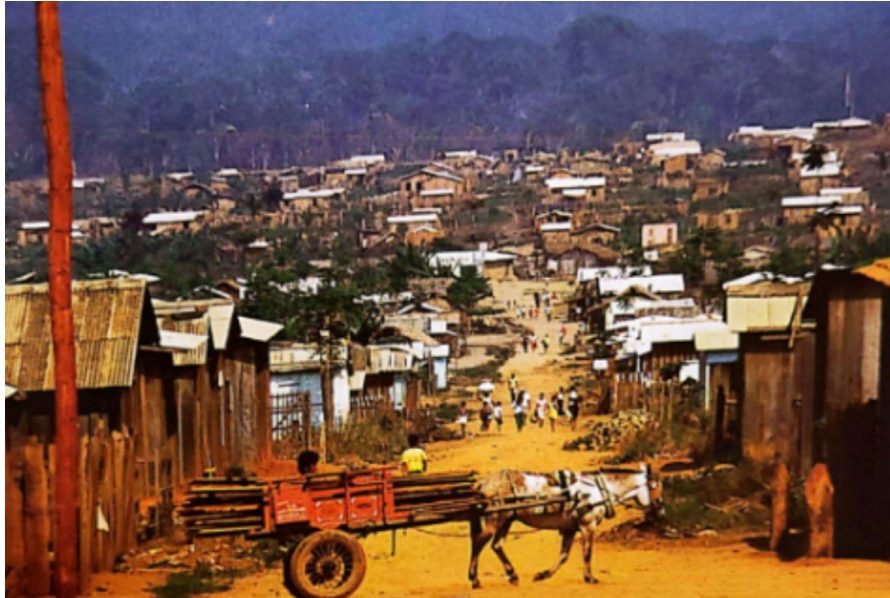


Fonte: Acervo digital do Museu de Parauapebas

b) o segundo, corresponde a ocupação espontânea de migrantes maranhenses e, especialmente garimpeiros e prostitutas que vieram de Serra Pelada, que construíram barracos, alojamentos, bares e prostíbulos ao longo da rodovia PA-275 (inaugurada em 1981), nos limites do Igarapé. Essas ocupações originaram

o povoado Rio Verde atual bairro da cidade. A figura 17 – Povoado Rio Verde corresponde a uma fotografia das moradias precárias da ocupação espontânea.

Figura 17 - Povoado do Rio Verde



Fonte: Ab'Saber (2004, p. 279)

c) o terceiro, o núcleo urbano de Carajás essencialmente nos moldes de uma *company town*, conforme discutimos no capítulo anterior. A figura 18 – Núcleo urbano de Carajás (1980) demonstra o núcleo no início de sua construção.

Figura 18 - Núcleo urbano de Carajás (1980)



Fonte: <https://www.zedudu.com.br/nucleo-de-carajas-completa-35-anos/>

O primeiro núcleo urbano Parauapebas implementado pela CVRD composto por alojamentos para trabalhadores foi base para o desenvolvimento do bairro Cidade Nova, especialmente com as obras de urbanização, incluindo a implantação de drenagem pluvial, sistema de água e esgoto, instalação de rede elétrica e construção de moradias, realizadas pela empresa. As moradias construídas pela empresa podem ser encontradas nas chamadas Chácara do Sol e Chácara da Lua que compõem o atual bairro Primavera¹⁸, apesar da maioria já ter sofrido modificações em sua estrutura. A figura 19 – Chácara do Sol antigo núcleo de alojamento da CVRD representa uma fotografia atual das residências já modificadas ao longo do tempo.

Figura 19 - Chácara do Sol antigo núcleo de alojamento da CVRD



Fonte: a autora, 2024

O bairro Cidade Nova, que cresceu no sopé da Serra de Carajás, além de residências, nos dias atuais, conta com uma ampla oferta de estabelecimentos comerciais, órgãos públicos e a Portaria do ICMBio da FLONACA. Diferentemente, o bairro Primavera apresenta maior carência na oferta de serviços, na infraestrutura urbana e moradias precárias.

Foi no Bairro Cidade Nova que começaram a surgir as primeiras casas de alvenaria. No entanto, seu crescimento em termos de construção de imóveis foi muito prejudicado, pois a maioria das terras eram pertencentes à Vale. Com a emancipação, a maioria das terras passou para o domínio do governo municipal,

¹⁸ Conforme a LEI Nº 4.879, DE 16 DE JUNHO DE 2020 que dispõe sobre a criação das zonas e delimita os bairros da área urbana do município de Parauapebas.

que começou o processo de doação aos moradores e regularização dos imóveis. Enquanto isso, o núcleo Rio Verde crescia significativamente. Assim, verifica-se que gestão pública atuou na facilitação do crescimento urbano, bem como as diferenças no desenvolvimento de áreas adjacentes.

Por outro lado, após a abertura de novas ruas, ergueram-se novas casas em substituição aos barracos de lona no povoado do Rio Verde. Em curto tempo, a população desse núcleo (Rio Verde) ultrapassou a do núcleo Parauapebas. Rapidamente, os dois núcleos (Rio Verde e Parauapebas) se expandiram e se uniram fisicamente, ampliando a área urbana do município de Parauapebas, sugerindo uma urbanização rápida e a fusão de áreas que antes eram separadas, envolvendo um aumento significativo na população e na infraestrutura da cidade. Nesse contexto, Parauapebas se emancipou do município de Marabá em 1988. (Lei Estadual nº 5.443/88, de 10 de maio de 1988).

Nos últimos vinte anos, o bairro Rio Verde passou por um intenso processo de urbanização. As antigas casas de madeira cobertas por lonas, em sua maioria, deram lugar a uma nova paisagem, movida pela dinâmica econômica regida pelo Estado capitalista num aparente paradoxo de sua presença e ausência na produção desse espaço urbano. A ocupação espontânea e intensa no lugar deixou marcas na paisagem urbana até hoje, por diversas vezes, ocultando as causas da perpetuação da desigualdade social.

A intensa dinâmica de urbanização deixou marcas perceptíveis na paisagem atual do bairro, embora muitas vezes essas marcas revelem mais sobre a desigualdade social persistente do que sobre os processos que a geraram. A urbanização nessa ordem, perpetua e acentua desigualdades, ocultando as causas subjacentes dessas disparidades sociais. Assim, o processo de urbanização, mediado por forças capitalistas, interage com a desigualdade social, evidenciando contradições e dinâmicas complexas na formação do espaço urbano.

É no bairro Rio Verde que se encontra a Rua do Comércio, antiga Avenida Curió (mencionada nos documentários da história de Parauapebas) com as primeiras ocupações e feiras; essa representa o dinamismo comercial e econômico da cidade. A figura 20 – Rua do Comércio no bairro Rio Verde

representa uma fotografia da atual dinâmica comercial do bairro, com foco na rua do Comércio.

Figura 20 - Rua do Comércio no bairro Rio Verde



Fonte: a autora, 2024.

O bairro Rio Verde está sendo transformado pela intensa atividade urbanística, promovida, principalmente, pelas obras do PROSAP¹⁹, sob financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O bairro faz parte do cenário de acumulação de capital no espaço urbano, através do discurso da melhoria da qualidade de vida e meio ambiente. Nesse sentido, a moradia da cidade e seus diversos espaços tem seus significados de valor de uso substituídos pelo valor de troca no processo de constituição da cidade-mercadoria. Para além do bairro Rio Verde, em totalidade, a cidade de

¹⁹ O PROSAP (Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas) é um programa desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Parauapebas, em parceria com o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente na cidade. O programa visa a realização de obras de saneamento básico, macrodrenagem e recuperação de igarapés e margens do Rio Parauapebas, a fim de minimizar os impactos ambientais causados pelo crescimento urbano desordenado, como enchentes, alagamentos e poluição dos corpos d'água. Entre as ações previstas pelo PROSAP estão a construção de estações de tratamento de esgoto, ampliação da rede de esgoto, pavimentação de vias, urbanização de áreas degradadas, além da revitalização de áreas verdes e de lazer.

Parauapebas vem sendo transformada na lógica da cidade mercadoria, como cidade negócio.

2.2. Expansão urbana em Parauapebas: formas e conteúdos do espaço urbano produzido

Parauapebas sofreu um intenso crescimento populacional e econômico desde a década de 1980, que culminou no envolvimento do antigo núcleo de Parauapebas, núcleo Rio Verde e núcleo de Carajás (crescimento espacial urbano), que hoje integram, enquanto bairros, o município de Parauapebas.

O rápido crescimento em várias dimensões foi fortemente influenciado pela localização estratégica do núcleo, situado a 180 km de Marabá. Além disso, a proximidade das rodovias PA-275 e PA-150, juntamente com a presença da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira (Ilha do Maranhão), transformou o lugar em um ponto de transição entre Marabá e a Serra de Carajás.

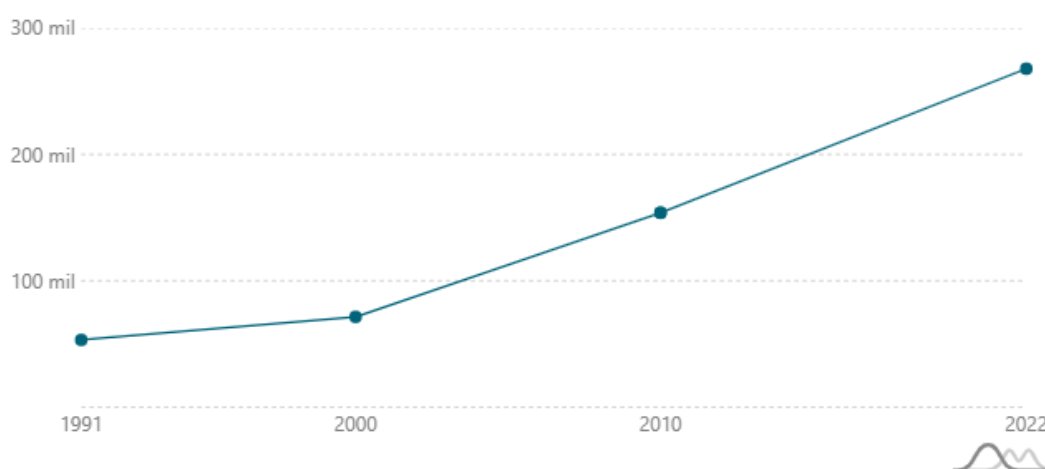
Considerando que as redes geográficas desempenham um papel crucial no crescimento econômico de um determinado lugar, Parauapebas tornou-se um ambiente propício com a existência de infraestruturas de transporte instaladas pela CVRD, como estradas, ferrovias, portos e aeroportos, que facilitaram o transporte de minérios da região e a mobilidade da população, condicionando um dinamismo econômico. A presença das redes geográficas impulsionou e consolidou a dinâmica migratória e as atividades de exploração mineral da empresa Vale e de toda a sua cadeia na região de Carajás.

Na realidade a infraestrutura de circulação com rodovias e ferrovia não apenas facilitou a movimentação e a migração de pessoas para Parauapebas, mas também fortaleceu as atividades da Vale e sua cadeia produtiva na região, criando uma relação mútua de dependência e dinamismo econômico.

A mineração e o comércio, estabelecidos como base de sustentação para o urbano necessário à vida da população trabalhadora migrante, têm impulsionado o crescimento populacional no município de Parauapebas. Podemos observar, conforme os dados do IBGE, constantes na figura 21 – Gráfico do crescimento populacional de Parauapebas (1991-2022), Parauapebas apresentou um crescimento populacional significativo ao longo dos trinta e um anos do gráfico.

De acordo com a figura 21 – Gráfico do crescimento populacional de Parauapebas (1991-2022), no ano de 2000, a população era de 71.568 pessoas. Já em 2010, a população era de aproximadamente 157 mil habitantes, enquanto que no último Censo, em pouco tempo a população de Parauapebas cresceu aceleradamente, saltando para 267.836 pessoas (IBGE, 2022), constituindo, assim, o quarto município do Estado do Pará em quantitativo populacional, conforme podemos observar, a seguir, na figura 22 – Tabela de municípios mais populosos do estado do Pará (Censo 2022).

Figura 21 - Gráfico do crescimento populacional de Parauapebas (1991-2022)



Fonte: Panorama Censo 2022 (IBGE)

Figura 22 - Tabela municípios mais populosos do estado do Pará (Censo 2022)

Municípios	População
Belém	1.303.403
Ananindeua	478.778
Santarém	331.442
Parauapebas	267.836
Marabá	266.533

Fonte: Panorama Censo 2022 (IBGE)

A dinâmica do crescimento populacional em Parauapebas pode ser analisada espacialmente no tecido urbano durante diferentes períodos. Através da leitura dos mapas presentes nas figuras a seguir: figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022) e figura 24 - Mapa de macrozoneamento urbano - Lei dos bairros - e interpretações históricas da dinâmica urbana, é possível tecermos algumas análises do processo de

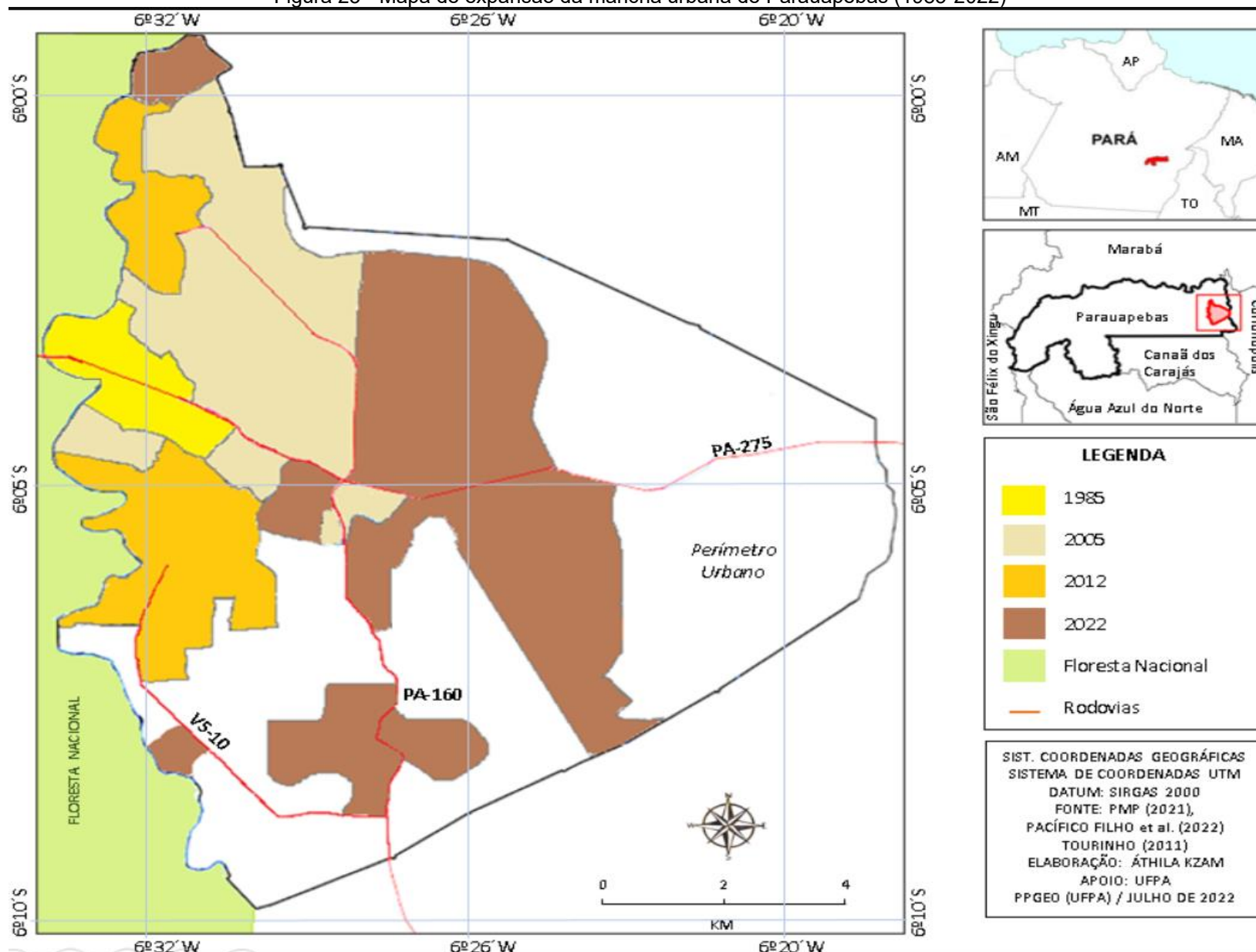
expansão urbana quanto às formas e aos conteúdos do espaço urbano produzido.

Inicialmente, conforme podemos observar a partir de uma correlação da figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022) com a figura 24 - Mapa de macrozoneamento urbano - Lei dos bairros, a população se concentrava na zona central da cidade, nos bairros Cidade Nova, Primavera, União e Rio Verde, notadamente nas áreas de união física dos núcleos urbanos em desenvolvimento nas décadas de 1980 e 1990. A alta concentração populacional nessa região resultou em uma grande demanda por serviços públicos, infraestrutura urbana, moradias e transporte. Entretanto, verifica-se uma disparidade na oferta e na qualidade destes elementos do espaço urbano a depender do lugar.

A disparidade na disponibilidade e na qualidade desses serviços e infraestrutura, dependendo da localização dentro da cidade de Parauapebas, indica que algumas áreas tem acesso a serviços e infraestrutura de melhor qualidade, como o bairro Cidade Nova, enquanto outras sofrem com a falta ou com a inadequação desses serviços, como o bairro Primavera. Colocando estes bairros limítrofes dispares, essa desigualdade revela problemas sociais e econômicos, afetando a qualidade de vida da população em diferentes locais da mesma cidade.

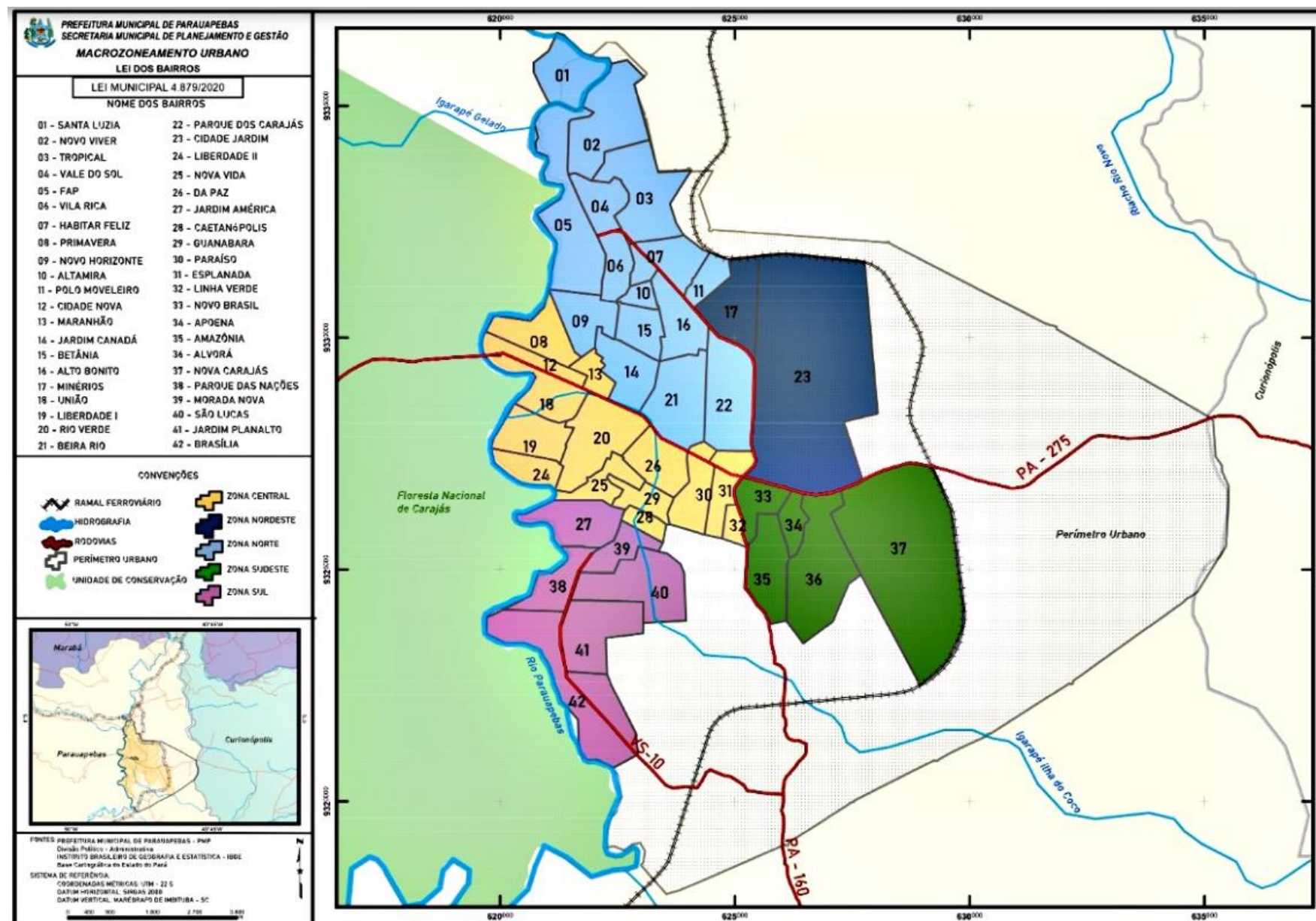
Essa situação não reflete apenas uma questão de infraestrutura, mas também aponta para problemas sociais e econômicos mais amplos. A diferença na qualidade dos serviços gera impacto diretamente na qualidade de vida dos moradores, gerando uma divisão entre as áreas que possuem melhores condições e aquelas que sofrem com a precariedade.

Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022)



Fonte: KZAM, Áthila. 2023.

Figura 24 – Mapa de macrozoneamento urbano – Lei dos bairros



Fonte: Plano Diretor do Município de Parauapebas, 2021.

Considerando as diferenças de classe social e o caráter da demanda, a ação de presença e ausência do Estado capitalista na produção do espaço urbano pode ser relativizada, possibilitando a reprodução ampliada do capital como condição de permanência da desigualdade social que se perpetua sob as diversas formas e conteúdos do urbano. A autora Rodrigues (2007) analisa a atuação paradoxal do Estado e as condições de espacialização da desigualdade social

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdos da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano. (RODRIGUES, 2007, p. 74)

Ou seja, correlacionando com a dinâmica urbana dos bairros Cidade Nova, Primavera, União e Rio Verde, a deficiente implantação de infraestrutura de saneamento básico, coleta de lixo e equipamentos de uso coletivo nos referidos bairros, revelam as estratégias de permanência da desigualdade social condicionadas pela presença do Estado (implantação) e ausência do mesmo (deficiência) dialeticamente.

Entendemos, dessa forma, que a não universalidade de acesso aos elementos de infraestrutura básica do urbano, revela a intenção de continuidade da desigualdade social que se encontra oculta na qualidade da implantação, do acesso ao conjunto desta infraestrutura, ou ainda, sob outra perspectiva, no próprio padrão de moradia.

Nos primeiros anos da década de 2000, ocorreu uma significativa expansão urbana em direção à zona norte da cidade, impulsionada pela proximidade com a zona rural, onde se encontram a estação ferroviária e o acesso à área de mineração da Vale, além da divisa municipal com Marabá e Curionópolis.

Os bairros da zona norte da cidade cresceram próximo aos bairros da zona central com vias de acesso principais: PA-160 norte, PA-275, Rodovia Faruk Salmem e Avenida Brasília, estruturas de circulação que facilitaram sua expansão.

De acordo com a Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022), a primeira expansão urbana na zona norte foram os

bairros Betânia, Novo horizonte, Altamira, Alto bonito, Jardim Canadá, Tropical, Beira Rio e Parque Carajás. Estes bairros estão agrupados conforme o macrozoneamento urbano do Plano Diretor da cidade, entretanto na prática estes bairros vivenciam condições urbanas diferentes. O macrozeamento se limita ao urbanismo técnico ou tecnicista, ocultando as demandas urbanas em realidades distintas.

A origem dos três primeiros bairros mencionados ocorreu por uma ocupação informal. Atualmente possuem uma precária rede de esgoto e problemas de acesso a transporte coletivo; o bairro Alto Bonito foi formado por conjunto habitacional (prédios) do programa “Minha Casa, Minha Vida” para atender a população retirada de casas de madeira e palafitas em ocupação de morro. No presente, o bairro apresenta uma elevada taxa de criminalidade pela presença de duas facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas; e os dois últimos bairros, Beira Rio e Parque Carajás, apresentam um padrão de casas mais elevado com uma população residente de maior poder aquisitivo. Diferentemente, os bairros Jardim Canadá e Tropical foram loteamentos abertos com relativa infraestrutura urbana presente.

Os bairros Betânia, Novo Horizonte, Altamira, Alto Bonito, Jardim Canadá, Tropical, Beira Rio e Parque Carajás, enquanto zona urbana, apresentam uma desigualdade socioespacial que pode ser observada no acesso a infraestrutura urbana básica. Segundo a autora Rodrigues,

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço. (RODRIGUES, 2007, p.75)

A pesquisadora nos instiga a refletir além da aparência do espaço urbano para entender a desigualdade social corrente. A produção do espaço urbano com a implantação de infraestrutura adequada, ruas abertas, arborizadas, com coleta de lixo regular e satisfatória, rede de esgoto, iluminação pública e água encanada, promove como consequência para além de melhor qualidade de vida, um aumento do preço da terra, aumento do preço da moradia. Desse modo,

contraditoriamente, a população é prejudicada pela presença do Estado com o aumento do preço da terra e da moradia, provocando a “expulsão” dessa população para as áreas urbanas mais precárias por não conseguirem continuar vivendo no mesmo lugar.

Nesse movimento incessante, a desigualdade social se reproduz pela produção do espaço urbano (a cidade) através da atuação Estado capitalista, às vezes pela sua presença, às vezes pela sua ausência. Continuando no contexto do processo de produção do espaço urbano de Parauapebas, a desigualdade social se reproduz na expansão urbana margeando a zona central da cidade.

Paralelamente à expansão da zona norte, houve uma expansão urbana de caráter informal em direção aos atuais bairros Liberdade I, Da Paz, Linha Verde e Novo Brasil, que correspondem a zona central da cidade. Esses bairros ainda hoje apresentam uma grande carência de infraestrutura urbana, especialmente na precariedade do saneamento básico e ocupação de áreas risco.

Desde a primeira década do ano 2000, a zona sul da cidade de Parauapebas está crescendo rapidamente devido à produção espontânea do espaço urbano motivada pela migração de trabalhadores, que vêm para trabalhar para além das atividades industriais da mineração, no comércio e serviços em situação muitas vezes de vulnerabilidade. Pereira (2016) afirma em sua tese que Parauapebas foi o município da região sudeste do Pará que até 2010 mais recebeu migrantes como força de trabalho.

De acordo com a Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022) e com a Figura 24 - Mapa de macrozoneamento urbano - Lei dos bairros, essa região abrange os bairros em expansão do Rio Verde, como Nova Vida, Guanabara, Caetanópolis e todos os loteamentos que fazem parte do bairro Complexo VS-10²⁰. No entanto, essa vasta área apresenta a infraestrutura urbana mais precária da cidade, com deficiências no saneamento básico, transporte coletivo, moradias de baixa qualidade, escassez de escolas e unidades de saúde.

²⁰ O Complexo VS-10 é um bairro com cerca de 25 loteamentos ocupados em geral informalmente que compreende mais de 40 mil habitantes. Corresponde a um importante eixo populacional de Parauapebas, que cresce em termos populacionais e sem alguns direitos básicos.

A autora Rodrigues (2007) nos aponta uma importante reflexão sobre migração populacional e infraestrutura urbana precária, quando frequentemente, no pensamento dominante, considera-se que o movimento do aumento populacional ocasiona uma deficiência nas estruturas dos serviços urbanos dessas áreas e um possível planejamento urbano poderia solucionar os problemas.

A desigualdade expressa pelas áreas de pobreza representam, na lógica dominante, problemas relacionados com o aumento da população, em especial da população migrante, e o aparente descompasso entre crescimento populacional e presença do Estado capitalista no urbano. São áreas consideradas problemáticas, com grandes problemas que seriam resolvíveis, no futuro, com implantação de infraestrutura, atuação do poder público e um planejamento adequado com financiamento público. (RODRIGUES, 2007, p. 78)

A autora esclarece que normalmente a implantação da infraestrutura eleva o preço da terra, da moradia, aumentando o custo de vida naquele lugar por uma valorização criada pelo mercado imobiliário e pelos próprios investimentos estatais. A desigualdade socioespacial se expande com o avanço do modo de produção da cidade mercadoria. A presença e a ausência do Estado na criação de condições de reprodução no urbano são, por natureza, contraditórias.

No mesmo período, na zona norte, por outro lado, a expansão urbana foi menos densa nos bairros de Vila Rica, Vale do Sol e FAP. Os últimos dois bairros continuam com baixa densidade populacional, mantendo grande quantidade de áreas verdes e chácaras. Enquanto isso, o bairro Vila Rica está passando por uma reconfiguração impulsionada pelo mercado imobiliário. A construção de imóveis de maior padrão tem substituído as habitações precárias, atraindo uma população com maior poder aquisitivo. Além disso, a infraestrutura do bairro tem sido melhorada pelo poder público para atender aos agentes imobiliários, com a implantação de novas vias, redes de esgoto e iluminação pública, como forma de valorização desse espaço, e contraditoriamente, expulsando a população que não tem meios para consumir a nova condição do espaço.

Ainda em 2008, dois grandes loteamentos foram abertos na cidade por empresas que se intitulam “voltadas para planejamento e desenvolvimento

urbano do Brasil”. São empresas ditas especializadas em loteamentos e condomínios fechados, a Buriti e a Nova Carajás.

A empresa Buriti lançou o Loteamento Cidade Jardim na zona nordeste de Parauapebas e a Nova Carajás lançou o loteamento Nova Carajás na zona sudeste. Ambas elaboraram seus projetos sob a lógica da produção do espaço com discursos de maior qualidade de vida na projeção da moradia “ideal”. No entanto, como na maioria (lógica) das promessas das empresas de loteamento, a infraestrutura básica nesses empreendimentos periféricos é deficiente.

A atuação das empresas executou o interesse do poder público em expandir o tecido urbano da cidade²¹. A venda de lotes residenciais ocorreu concomitante à venda de lotes comerciais nessas áreas, a lógica de acumulação de capital no espaço urbano cumpriu-se com a instalação dos empreendimentos: supermercados atacarejos, *shopping center* (2011), hotéis e condomínios horizontais de luxo (2018 e 2020).

A consolidação da ocupação desses grandes loteamentos veio ocorrer a partir de 2020, juntamente com os outros loteamentos que também foram lançados na zona sudeste da cidade, como o Amazônia (2008) e o Alvorá (2013), da empresa Cipasa Urbanismo. Somente o Cidade Jardim passou por diversas expansões, de 2008 a 2013, com 11 etapas de ampliação. E, recentemente, com mais um lançamento no ano de 2022, surgiu o Residencial Serra Grande, produzido pela mesma empresa Buriti.

Esta dinâmica econômica na reprodução do espaço urbano de Parauapebas, especificamente, na zona nordeste e sudeste da cidade, é anunciada por Melo (2016) ao expressar a atuação das empresas da construção civil,

Atraídas pelos bons resultados da atividade mineradora – uma combinação entre o aumento da demanda chinesa por minério de ferro e a valorização das *commodities* metálicas no mercado internacional no período de 2003-2011 (Ibase, 2014), as empresas nacionais de construção civil, como a WTorre, Premium Engenharia e a Cipasa Urbanismo lançaram diversos empreendimentos em Parauapebas: *shopping center*, condomínios horizontais e verticais com até 8.500 unidades, além de obras públicas, como a nova sede da prefeitura e a construção de estações de tratamento de água e esgoto. Além dessas construtoras, as empresas regionais Buriti e Nova Carajás Bairros Planejados, também lançaram seus empreendimentos, os loteamentos

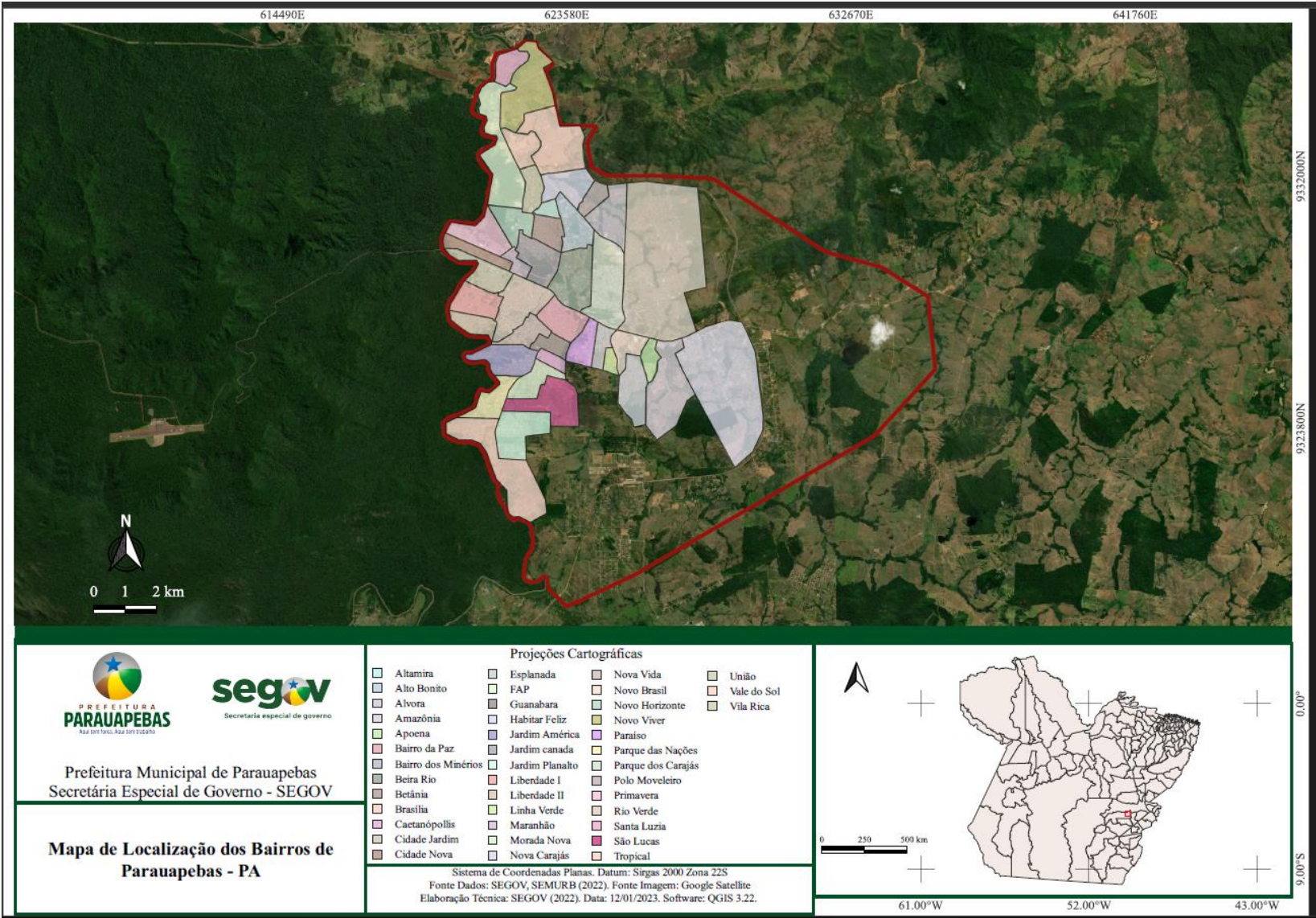
²¹ O interesse do poder público em expandir o tecido urbano da cidade registrou-se com a criação da Lei 4.671/2016, que se refere à ampliação do perímetro urbano direcionando as áreas de expansão urbana no município.

“Cidade Jardim” e “Nova Carajás”, respectivamente. Juntos eles representam hoje 30% do tecido urbano de Parauapebas, distribuídos na forma de 33 mil lotes urbanizados, ambos à margem da rodovia PA-275, principal corredor viário da cidade. (MELO, 2016, p. 10)

Ainda conforme a Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022) e a Figura 24 - Mapa de macrozoneamento urbano - Lei dos bairros, acima, a expansão urbana verificada em 2022 engloba bairros da: zona central, Paraíso e Esplanada; zona nordeste: Cidade Jardim e Minérios; zona sudeste: Amazônia, Nova carajás, Alvorá e Apoená; zona norte: Santa Luzia; e a área do Condomínio Mirante da Serra no perímetro urbano nas mediações da PA-160 sentido sul. Esta recente expansão urbana decorre da atuação de empresas da construção civil atraídas pelos rendimentos financeiros da atividade mineradora, ao considerarmos os valores do PIB municipal, principalmente, decorrente da mineração.

Após a privatização da empresa Vale (1997) e intensificação das atividades de exploração de minérios, a cidade sofreu uma explosão da mancha urbana que triplicou de tamanho em oito anos, conforme é possível perceber no mapa da Figura 23 - Mapa de expansão da mancha urbana de Parauapebas (1985-2022). A ampliação da área do perímetro urbano (Lei 4.671/ 2016) legitima as condições da dinâmica capitalista para a produção da expansão urbana. A nova demarcação para expansão urbana legitimada pelo poder público municipal pode ser observada no mapa da Figura 25 – Mapa de Localização dos bairros de Parauapebas/PA, a seguir, em destaque na cor em vermelho para além dos limites dos bairros, demonstrando o direcionamento da área de expansão urbana. Com isso, Parauapebas representa fortemente a racionalidade capitalista na região de Carajás.

Figura 25 - Mapa localização dos bairros de Parauapebas/PA



Fonte: SEGOV, 2023

Quanto ao Núcleo urbano de Carajás, sua área não expandiu, visto que sua lógica de *company town* conta com o urbanismo planejado a longo prazo, elaborado para atender a alta capacidade de exploração, o que não significa que as condições de reprodução das relações urbanas não se intensificaram.

Na perspectiva da expansão urbana apresentada, Parauapebas passou por intensas transformações em um intervalo de tempo relativamente curto, desde sua origem como povoado nas proximidades da Serra de Carajás, em meados da década de 1980, até os dias atuais, quando novas áreas são formadas pela expansão do espaço urbano, produzidas sob a lógica da reprodução ampliada do capital mediada sobretudo pelo Estado.

A desigualdade social se perpetua, reproduz-se pelo espaço urbano no processo de urbanização capitalista, pois as relações desiguais do mundo do trabalho, a exploração do trabalho, estão imbricadas ao mundo de reprodução da vida urbana. Ou seja, aspectos sociais e econômicos são de natureza política e urbana, pois as transformações urbanas recentes evidenciam o enlace da economia urbana à vida cotidiana pelo dinamismo econômico.

2.3. A homogeneização do espaço urbano produzido

Observamos que entre 1985 a 2022 o tecido urbano de Parauapebas vivenciou uma expansão acelerada acompanhada de uma precariedade para a reprodução da vida urbana. Ao longo desse período, podemos considerar a articulação de dois processos na urbanização de Parauapebas: a intensidade da intervenção estatal (presença e ausência) e dos recentes investimentos privados, sob expectativa do aumento da população assalariada pelo dinamismo econômico intrinsecamente ligado à mineração.

Ao mesmo tempo em que o espaço urbano produzido em Parauapebas é marcado pela precariedade dos serviços (como saneamento básico, iluminação pública) e equipamentos urbanos (praças, escolas, postos de saúde, etc), registra-se um dinamismo econômico, promovido pela indústria, comércio e serviços. Os diversos agentes encontram novas formas de produção do espaço,

como loteamentos urbanizados, condomínios e conjuntos habitacionais no caminho da homogeneização do espaço urbano.

A homogeneização do espaço urbano tem se intensificado nas diversas cidades, através de uma uniformização e padronização dos espaços urbanos. Esse processo ocorre devido à globalização e ao avanço da tecnologia, que contribui com a disseminação de padrões culturais, arquitetônicos e de produção e consumo em escala global.

Além disso, a reprodução ampliada do capital no processo de urbanização também contribui para a homogeneização do espaço urbano, uma vez que as grandes corporações, assim como o Estado capitalista tendem a produzir seus empreendimentos e infraestruturas de forma padronizada nas diversas cidades.

Assim, comumente encontramos nas cidades elementos como *shoppings centers*, redes de *fast food*, prédios comerciais e residenciais padronizados, condomínios residenciais que acabam tornando os espaços urbanos cada vez mais semelhantes entre si, inclusive com problemas socioeconômicos análogos. Problemas de rede de esgoto, lixo, iluminação pública, fornecimento de água e moradia precária se tornam problemas habituais nas diversas cidades desde as grandes metrópoles brasileiras até cidades de menor porte como Parauapebas. Talvez a intensidade com a qual se revela a desigualdade socioespacial seja diferenciada pelo processo histórico próprio de cada lugar.

Vimos que a dinâmica econômica proveniente da atividade de mineração tem impulsionado a ação conjunta do Estado e do mercado imobiliário na produção do espaço urbano da cidade de Parauapebas. Esse cenário tem sido marcado por uma homogeneização do espaço urbano, com a construção do Partage Shopping (2011), que é uma franquia em shopping centers, por franquias de redes de comércio e serviços, pela construção de bairros planejados, e pela intensificação da concentração de empreendimentos de alto padrão em determinadas regiões, como os condomínios horizontais residenciais Vista do Vale (2018) e Mirante da Serra (2020).

Portanto, a expansão urbana em Parauapebas tem ocorrido pela lógica da produção homogeneizada com shopping center, supermercados atacarejos, conjuntos habitacionais, condomínios de luxo vertical e horizontal, bairros planejados e empreendimentos de alto padrão inseridos na lógica da cidade mercadoria. O mercado imobiliário tem se beneficiado dos ganhos de capital da

mineração para especular e investir em grandes empreendimentos imobiliários, contribuindo para a criação de áreas segregadas dentro da cidade. Logo, a reprodução do espaço pensada somente pela lógica do capital, tende a dissipar tudo que seria diverso a ele, revelando as contradições inerentes a lógica do capital.

Nesse processo, expande-se, portanto, a lógica de produção da cidade capitalista, tornando-a atrativa para novos investimentos e novos consumidores em um cenário marcado pela competitividade entre as cidades. A homogeneização constrói uma concepção da cidade tornada mercadoria e simultaneamente se volta intensamente para as necessidades do capital se sobrepondo à identidade do lugar, que sofre modificações constantes.

Existe uma estreita ligação entre a dinâmica migratória e as políticas econômicas da região da Amazônia Oriental. Em Parauapebas, a exploração mineral, historicamente, sempre foi o principal impulsionador da migração, sendo ainda hoje a atividade dominante na produção e acumulação de capital (riquezas) e na convergência de fluxos demográficos, mesmo com o crescimento das atividades de comércio e serviços.

Segundo os dados do “Relatório PIB Municipal” - 2021, divulgado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), em parceria com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou aumento nominal em 134 dos 144 municípios do Pará, cobrindo mais de 90% do Estado, em todas as 12 Regiões de Integração, colocando o estado do Pará na 1ª posição da região Norte com uma contribuição de 46,2% no PIB nacional.

O último estudo do IBGE leva em consideração o ano de 2021, no qual as atividades econômicas registraram um aumento no valor adicionado às economias locais, resultando em um crescimento nominal do PIB. Especialmente destacam-se as áreas de Extração mineral e Pecuária, que tiveram significativos aumentos de preços e de produção, seguidas pelo Comércio, Alojamento e Alimentação, e Educação e Saúde privada. Esses setores contribuíram para que os municípios registrassem um aumento em seu PIB, revertendo a queda ocorrida em 2020 devido às medidas de isolamento social provocadas pela pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, analisando detalhadamente o desempenho dos municípios paraenses na figura 26 - Valor adicionado bruto a preços

correntes / Série revisada / Atividade econômica / Indústria – ano 2021, a seguir, Parauapebas teve o maior PIB entre as cidades do Pará, com R\$ 49,7 bilhões, mantendo-se no ranking desde 2020. Em seguida, vem Canaã dos Carajás (R\$ 34,9 bilhões), Belém (R\$ 33,4 bilhões), Marabá (R\$ 13,5 bilhões), Barcarena (R\$ 9,2 bilhões), Ananindeua (R\$ 8,9 bilhões) e Santarém (R\$ 6,3 bilhões). Esses municípios, em conjunto, foram responsáveis por 59,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e abrigaram 34,5% da população.



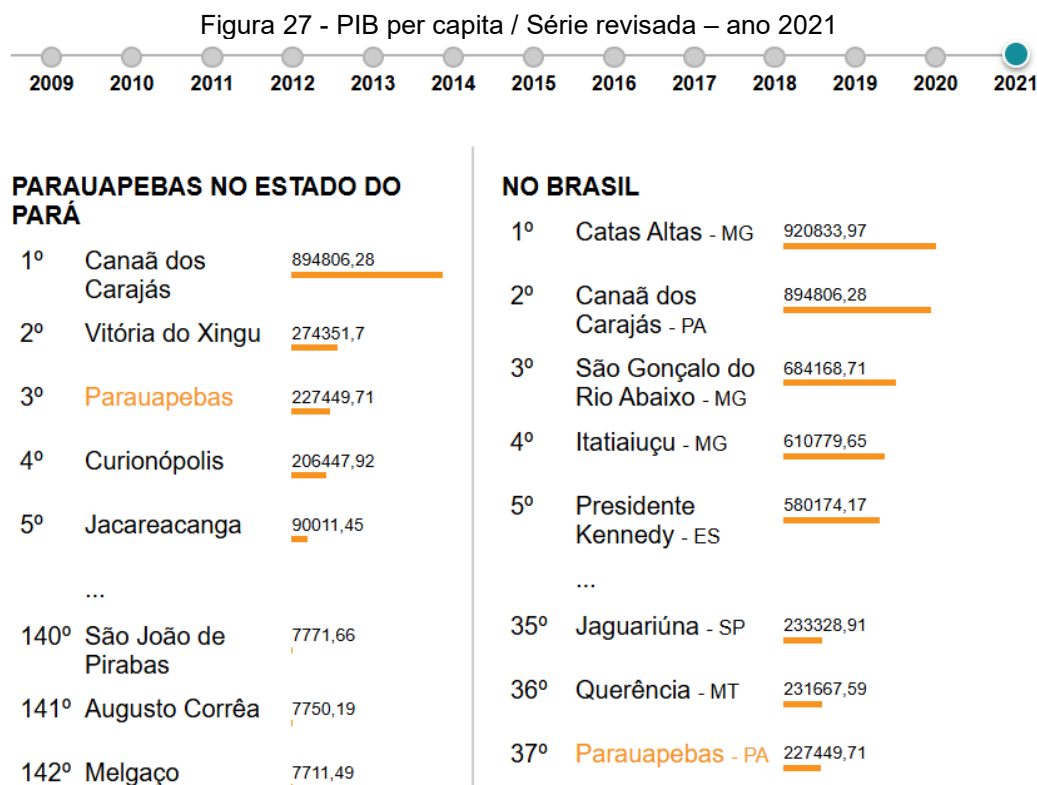
Fonte: IBGE.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>

Parauapebas tem um PIB que representa 18,9% do PIB estadual, sendo impulsionado principalmente pela Indústria extrativa de mineração, que teve um crescimento de 35% em 2021. Segundo a coordenadora da Fapespa (2023), esse aumento no valor da atividade de mineração está diretamente ligado à valorização do minério de ferro no mercado internacional. Além disso, outras atividades relevantes para a economia local são as Profissionais, Científicas e Técnicas, a Administração Pública, os Transportes, o Comércio e as Atividades Imobiliárias, de acordo com o relatório da Fapespa (2023).

Cabe mencionar que, com base na divisão do PIB pelo número de habitantes (PIB *per capita*), Canaã dos Carajás tornou-se líder no Pará e obteve a segunda maior renda per capita do país em 2021, alcançando R\$ 894 mil - um aumento de 51,5% em relação a 2020. Já Parauapebas ficou na posição 37º no

ranking nacional, com um PIB per capita de R\$ 227 mil e um acréscimo de 27,8% em relação ao ano anterior, conforme pode ser observado na figura 27 – PIB per capita / Série revisada – ano 2021.



Fonte: IBGE.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/pesquisa/38/47001?ano=2021&tipo=ranking&indicador=47001>

Segundo expectativas da coordenadora da Fapespa, o crescimento econômico deve continuar, mesmo diante dos desafios da indústria - ao analisar os principais fatores que influenciam o desempenho da economia, espera-se que o PIB dos municípios paraenses mantenha uma trajetória de crescimento nominal, apesar de ser impactado negativamente pela queda na produção industrial em 2022. Dentre os elementos que podem impulsionar o crescimento do PIB, destaca-se o aumento dos serviços (6,5%) e do comércio (4,0%). Fato que se consolidou em Parauapebas com crescimento constante do PIB.

Recentemente, no mês de maio de 2024, a Agência Nacional de Mineração (ANM) divulgou a relação dos estados e municípios que mais receberam royalties pela maior produção mineral. O valor é referente à cota-parte pela Compensação Financeira da Exploração Mineral (CFEM). No jogo de forças políticas, o município ou estado condiciona os meios de atuação da

empresa exploradora, nesse caso a permissividade da exploração pode ser compensada em valores de capital. Paradoxalmente, quem mais tem recursos minerais explorados, recebe mais royalties.

Conforme os dados da ANM (2024), “Os estados que mais receberam recursos da CFEM foram Minas Gerais (mais de R\$ 41 milhões) e Pará (aproximadamente R\$ 33 milhões).” E referente aos municípios produtores “que mais receberam *royalties* da mineração estão, Canaã dos Carajás (PA), com pouco mais de R\$ 60 milhões, Parauapebas (PA), com cerca de R\$ 48 milhões”.

Considerando os dados, Parauapebas mantém uma forte dinâmica econômica movida pela mineração, mas sem intenção de fragmentar a totalidade da dinâmica, as atividades de comércio e serviços também respaldam a intensidade desta dinâmica. Essencialmente, as atividades de comércio e serviços, surgem urbanas, como meio de possibilitar a acumulação de capital e reprodução do urbano.

As dimensões política e econômica do processo de urbanização de Parauapebas se fundamentam nas condições de realização da mineração por meio da atuação do Estado. A exploração mineral gera uma acumulação de capital na cidade, através dos royalties da compensação financeira. Esta concentração de riqueza direciona as atividades de comércio e serviços, movimentando o capital na cidade. Através do CFEM, o capital condiciona as formas de produzir o espaço urbano no próprio interesse sob incentivo do Estado capitalista.

As condições espaciais, política e econômica da mineração em área de floresta como projeto de Estado, o acúmulo de capital por meio dos royalties do CFEM e a condição social da migração singular (força de trabalho qualificada e desqualificada) produziram a conjuntura da urbanização em Parauapebas. Ao mesmo tempo em que avançam as atividades econômicas de grande escala, as condições de reprodução ampliada do capital no processo de urbanização com circunstâncias para a reprodução da desigualdade social tornam homogênea a produção do espaço urbano, seja na Amazônia ou em outra região do Brasil.

No processo de homogeneização do espaço urbano de Parauapebas, a padronização não se limita apenas aos objetos construídos, mas também envolve o perfil da população que pode se beneficiar dessa produção. A produção do espaço urbano através da homogeneização influencia no consumo

do e no espaço, pois traz consigo novos tipos de estabelecimentos comerciais, serviços e padrões de moradia.

A materialização da homogeneização do espaço urbano com a construção de empreendimentos de alto padrão, voltados tanto ao comércio quanto à moradia de luxo, promovem a fragmentação espacial. Isso ocorre à medida que tais empreendimentos acentuam a separação entre diferentes áreas da cidade, reproduzindo a desigualdade socioespacial.

Como forma e conteúdo símbolo da produção homogeneizada do espaço urbano, discutiremos adiante os condomínios horizontais residenciais que se constituem no caminho de reprodução de um padrão de moradia “ideal” nas diversas cidades do país e também presentes na realidade urbana de Parauapebas.

2.3.1. Os condomínios horizontais como forma da homogeneização do espaço

Parauapebas, impulsionada pela atividade de mineração, experimentou um crescimento urbano acelerado nos últimos 36 anos. O mercado imobiliário em Parauapebas promove uma especulação desenfreada de terras e imóveis. A demanda por moradias e terrenos aumentou consideravelmente devido ao crescimento populacional e ao influxo de trabalhadores da indústria extrativa. Essa demanda acelerada resultou em uma “valorização” excessiva dos imóveis, tornando-os inacessíveis para uma parcela da população local. Muitas vezes, os preços praticados não correspondem à realidade econômica da região em sua totalidade, o que cria uma exclusão socioeconômica e dificulta o acesso à moradia.

A produção de riqueza e acúmulo de capital decorrente da indústria de mineração não se dá de forma distributiva, pelo contrário, há uma forte concentração do capital produzido na dinâmica urbana de Parauapebas. Essa desigualdade social é reproduzida pelas práticas políticas, sociais e econômicas dos agentes de produção do espaço urbano e percebida nos diversos espaços da cidade, desde a infraestrutura urbana à moradia. Os condomínios, enquanto modelo de moradia, apresentam um projeto padrão (homogeneizado) quanto à

sua estrutura interna (forma) e sua dinâmica de reprodução de capital como produto moradia na economia capitalista (conteúdo).

Desse modo, os condomínios horizontais residenciais se apresentam como produtos do setor imobiliário que têm se proliferado nos espaços urbanos, não só brasileiro, como em todo o mundo (MORA, 2012), modificando o valor de uso pelo valor de troca da moradia. Como “opção” de moradia se constitui num valor simbólico de poder no contexto do prestígio social relacionado ao uso de espaços exclusivos pela privação do acesso. O condomínio residencial se apresenta como um novo produto na dinâmica urbana capitalista.

No Brasil, os condomínios horizontais residenciais surgiram como uma manifestação da reprodução da desigualdade socioespacial sob a forma de um padrão de moradia, que se tornou uma prioridade para determinados grupos sociais, homogeneizando não apenas o produto moradia, mas também o perfil de população que o consome. Em razão aparente, esses empreendimentos se originaram em um contexto social de busca por segurança e privacidade. Na realidade, o condomínio representa uma forma/modelo de como o capital se reproduz produzindo o espaço urbano como parte da dinâmica capitalista de vender novos produtos.

De acordo com Freitas (2008), os condomínios horizontais residenciais encontrados no Brasil são em grande parte inspirados nos modelos adotados nos Estados Unidos, como os Common Interest Developments (CIDs)²² das incorporações por interesse comuns e dos subúrbios daquele país. As áreas de subúrbio representariam a proximidade com o rural atribuindo a valorização da natureza como elemento de diferenciação para a classe média alta e alta.

De outro modo, a experimentação desse modelo de moradia à realidade brasileira passou por alterações e os condomínios brasileiros são exclusivamente fechados e com acesso controlado; diferentemente, naquele país, os gated communities (empreendimentos fechados) não ultrapassam os 20% dos CIDs.

²² Nos Estados Unidos, os Common Interest Developments (CIDs) são modalidades de empreendimentos imobiliários nos quais os proprietários têm obrigações financeiras e direitos de propriedade compartilhados. Esses empreendimentos incluem condomínios, nos quais cada proprietário detém uma unidade individual e uma parte das áreas comuns.

Ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, nossos condomínios não são chamados de comunidades, pois, no Brasil, este termo designa as áreas onde moram os pobres, a exemplo das favelas, e, logicamente, as ditas classes média e alta não querem ser confundidas com pobres [...] Outra clara diferença dos CFHs brasileiros em relação aos estadunidenses é que, por aqui, as casas não são construídas com o mesmo padrão arquitetônico (pois) “o alto valor ligado à “personalidade” da casa, compartilhado por todas as classes sociais, provavelmente explica por que casas padronizadas não são comuns entre a elite (CALDEIRA, 2000, p. 262).

No Brasil, portanto, os condomínios horizontais residenciais representam uma forma de moradia para as classes de maior poder econômico, conferindo exclusivismo de classe, ratificando as diferenças e desigualdades sociais. A produção de condomínios horizontais, portanto, reforça a lógica do mercado imobiliário, onde o valor dos imóveis está diretamente relacionado à exclusividade (status social). Isso faz com que os preços dos imóveis em condomínios horizontais sejam inacessíveis para grande parte da população.

Pesquisas realizadas sobre os condomínios horizontais residenciais identificaram que há um padrão na instalação destes empreendimentos, pois eles se concentram nos principais eixos de expansão, isto é, em áreas que estão em desenvolvimento nas cidades. Ao longo do tempo, pode-se observar que a maioria desses condomínios é construída em áreas que estão crescendo e se desenvolvendo nas cidades, ou seja, são estabelecidos em regiões que têm potencial para se expandir e se tornar mais urbanizadas. Isso pode ser interpretado como uma estratégia dos produtores de imóveis, que buscam elevar seus lucros, construindo esses empreendimentos em locais onde há uma expectativa de valorização.

Em Parauapebas, dois destes empreendimentos estão localizados na área de expansão urbana orientada pelo poder público municipal, que cria as condições favoráveis para o mercado imobiliário, através da regulamentação jurídica delimitando a atuação desse mercado, como evidenciado pela Lei de Expansão Urbana em Parauapebas (Lei 4.671/2016). A área definida para expansão urbana corresponde a zona leste da cidade, onde estão situados dois dos condomínios horizontais residenciais, Vista do Vale e Mirante da Serra.

Figura 28 – Mapa de localização dos condomínios horizontais residenciais

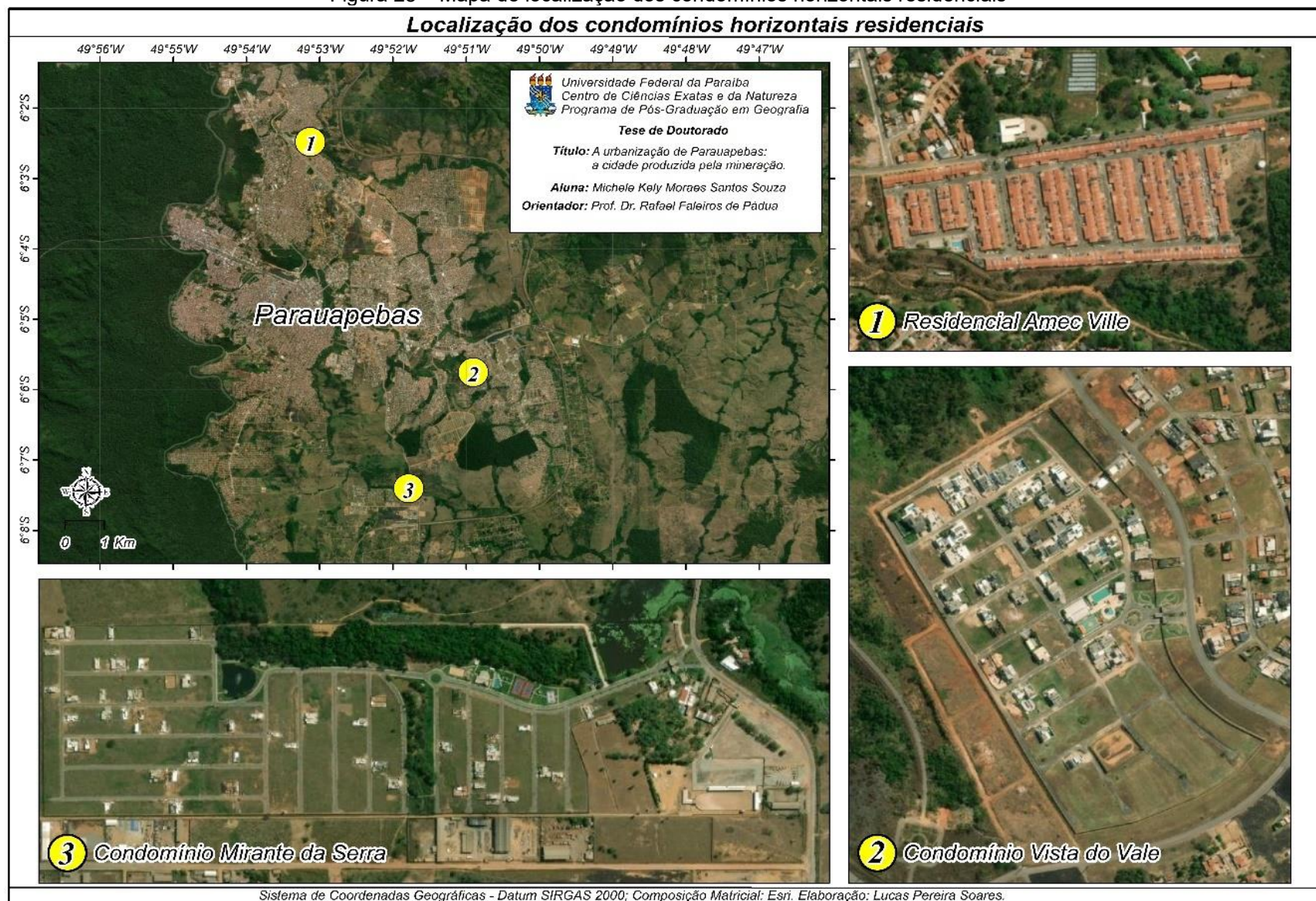
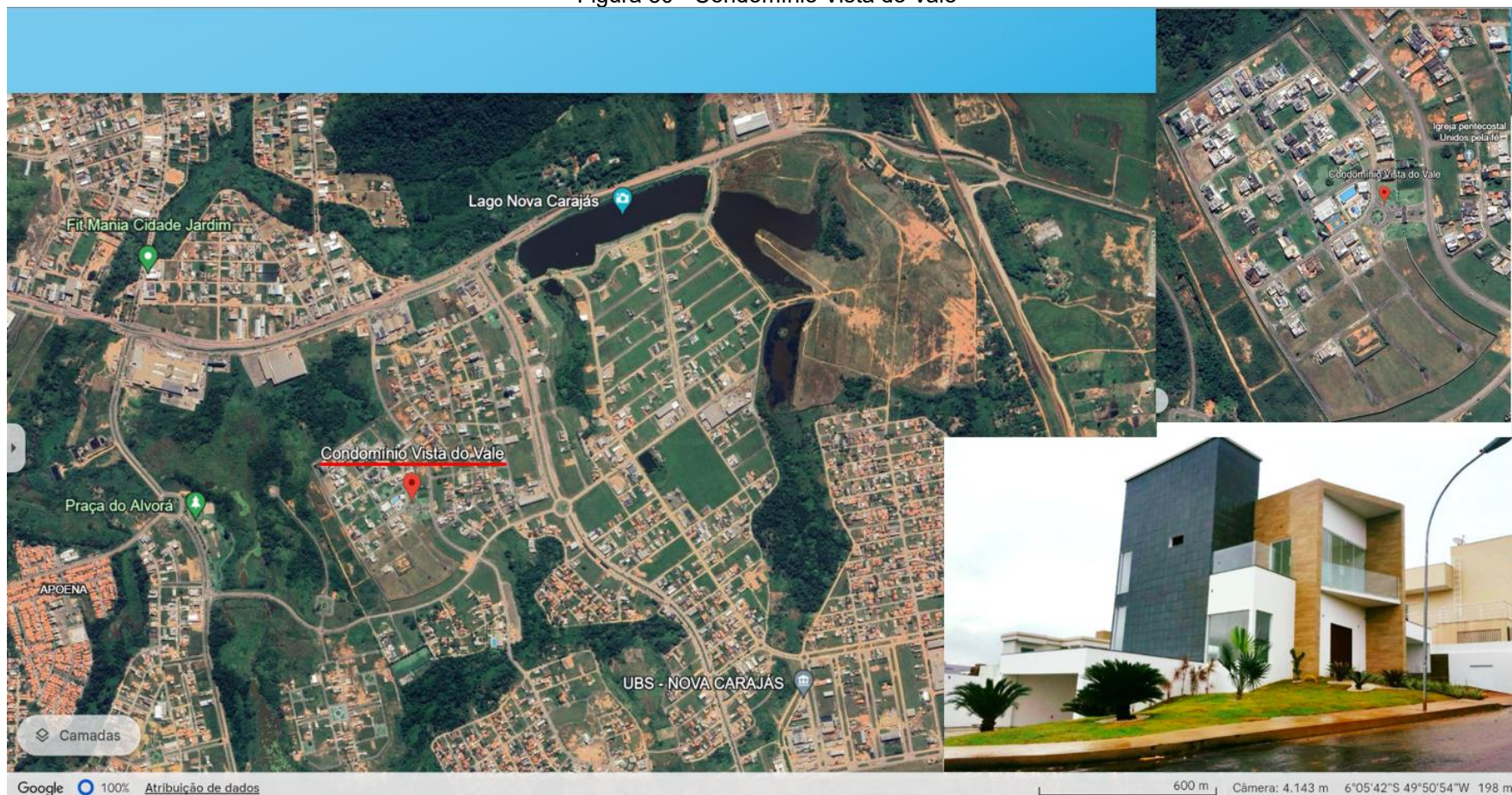


Figura 29 – Condomínio Amec Ville



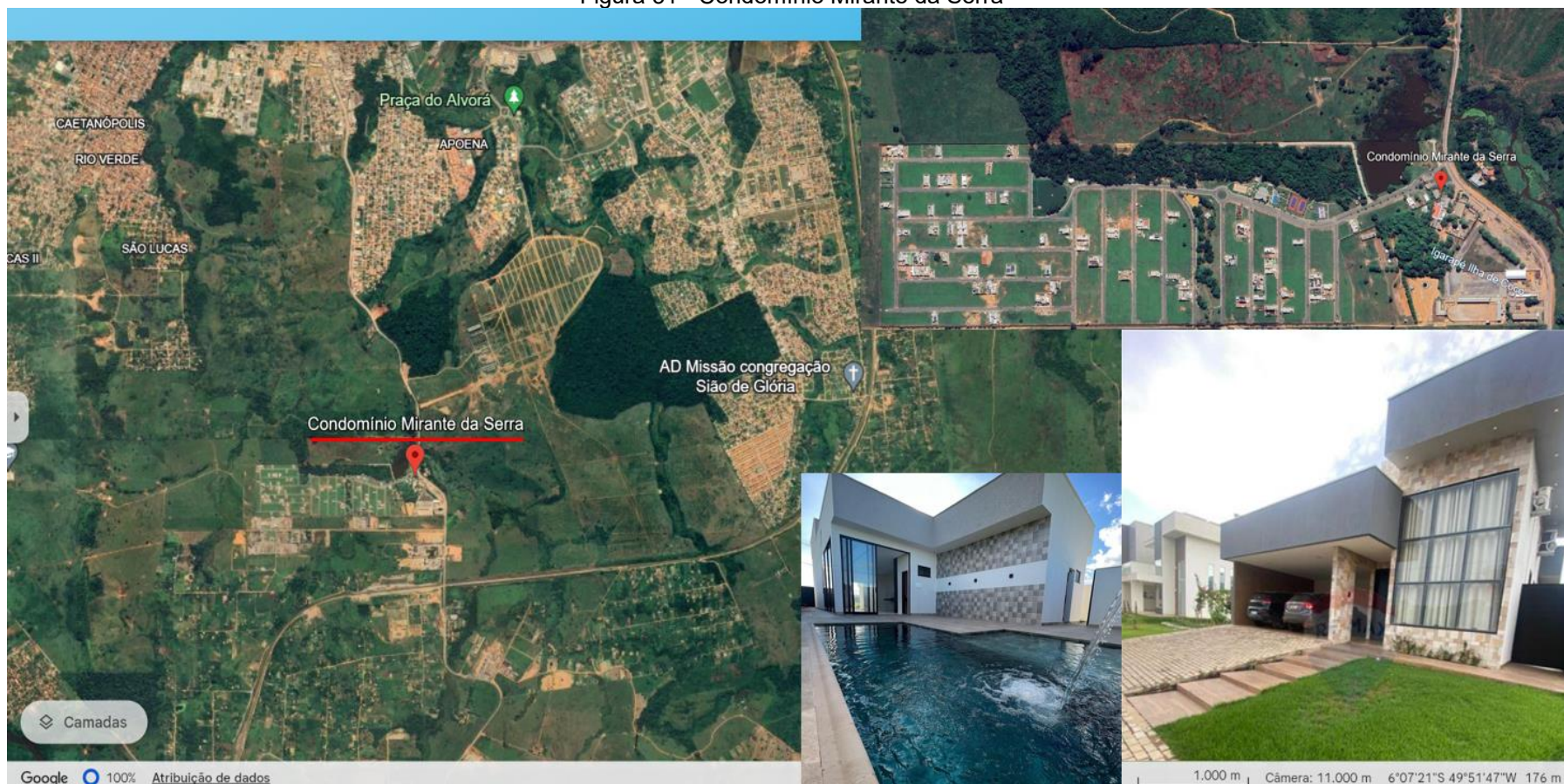
Fonte: Google Earth, 2024. (adaptação)

Figura 30 - Condomínio Vista do Vale



Fonte: Google Earth, 2024. (adaptação)

Figura 31 - Condomínio Mirante da Serra



Fonte: Google Earth, 2024. (adaptação)

Conforme podemos verificar na figura 28 – Mapa de localização dos condomínios horizontais residenciais, acima, Parauapebas possui três exemplares de condomínios horizontais residenciais: o condomínio Amec Ville, o condomínio Vista do Vale e o condomínio Mirante da Serra. Para melhor exemplificar e analisar as especificidades de cada condomínio, representamos, separadamente, em figura 29 – condomínio Amec Ville, construído em 2014 figura 30 – condomínio Vista do Vale, edificado em 2018 e mais recentemente, construído em 2020, o condomínio Mirante da Serra, representado na figura 31 – condomínio Mirante da Serra.

Os condomínios estão localizados juntamente ao conjunto de empreendimentos que compõem um modelo de formas de homogeneização do espaço urbano, o shopping center, o supermercado atacadista e hotéis de rede franqueada, que inclusive é utilizado no marketing de venda destes produtos, como podemos identificar no anúncio da figura 32 - Anúncio de venda com estratégias de localização do Condomínio Mirante da serra.

O conjunto de empreendimentos que representam instrumentos de valorização do espaço são propiciados pelo Estado a partir de acordos fiscais e por atua propiciando situações favoráveis ao mercado imobiliário na concretização da expansão da área urbana ao direcionar, por exemplo, através a área da atuação do mercado imobiliário, como no caso a Lei de expansão urbana em Parauapebas (Lei 4.671/2016), já citada anteriormente.

Figura 32 - Anúncio de venda com estratégias de localização do Condomínio Mirante da serra.

O Mirante da Serra está
localizado na PA-160 saída para
Canaã dos Carajás, com fácil
acesso para shopping e
hipermercados.

-  8 minutos do Havan
-  10 minutos do Partage Shopping
-  8 minutos Assaí Atacadista
-  12 minutos do Mix Mateus

Fonte: <https://miranteempreendimentos.com.br/mirante-da-serra/>

O condomínio Vista do Vale, construído em 2018 pela empresa de Loteamentos Nova Carajás, constituiu-se numa estratégia da empresa como meio de agregar valor aos lotes do bairro Nova Carajás, já em processo de venda na área periférica da cidade. A construção do condomínio contrapõe-se à infraestrutura urbana mais precária das demais áreas do bairro.

Diferentemente do condomínio Vista do Vale, o Mirante da Serra foi construído por uma empresa especializada em condomínios, a Mirante Empreendimentos. A empresa possui um modelo arquitetônico que vem sendo reproduzido nos estados do Tocantins e Pará. O condomínio Mirante da Serra está localizado em área mais distante, quando comparado aos demais condomínios. Seu entorno é recoberto de área verde, mais afastada do tecido urbano consolidado.

Estes condomínios como forma de homogeneização do espaço urbano (forma e conteúdo) têm sua estrutura cercada por muros, controle de acesso com portaria vigilante, segurança móvel interna e área de lazer com práticas esportivas. Se construídos em áreas mais urbanizadas, sua área física é menor, como no caso dos condomínios Vista do Vale e Amec Ville, mas se construído mais distante, sua área física é maior e o elemento amenidades paisagísticas é fortemente agregado à ideia de qualidade de vida “propiciada” pela moradia, como no caso do condomínio Mirante da Serra, que possui lagos com animais (peixes, patos, gansos) e amplas áreas verdes no seu interior.

Os condomínios horizontais residenciais, de maneira geral, seguem o padrão de autossegregação. Esse produto de moradia concentra pessoas de um mesmo estrato socioeconômico, resultando em comunidades homogêneas. Isso limita as oportunidades de interação e convivência das relações sociais mais diversas.

Na realidade de Parauapebas, há uma questão particular a ser discutida. Os condomínios Vista do Vale e Mirante da Serra representam tipicamente o padrão de moradia de luxo com seletividade do perfil social que reside, imposto pelo preço do produto a ser consumido. Como forma de exemplificar, realizamos uma pesquisa nas redes sociais de algumas imobiliárias da cidade e a média de preço de casas em ambos condomínios é em torno de 1,5 milhões. O cenário absurdo do preço destas casas configura a elevada concentração de capital em

Parauapebas que advém da dinâmica econômica movida pela mineração, comércio e serviços.

Obviamente, a dinâmica econômica não abrange toda a população na distribuição das riquezas geradas; no entanto, todos estão inseridos no sistema econômico capitalista. Parte significativa da população atua como mão de obra, sendo responsável pela produção efetiva dessa riqueza. E ainda assim, a moradia em condomínios se reserva a uma parcela pequena da população, aquela que concentra a riqueza produzida.

Exatamente por não englobar a população em sua totalidade na moradia de condomínios de luxo, a dinâmica urbana capitalista cria mecanismos para reproduzir o capital e produz novos produtos de moradia. Nesse contexto, o condomínio Amec Ville contém elementos padrão do modelo de condomínios horizontais, voltado para um outro perfil socioeconômico como meio de abranger mais consumidores potenciais e reproduzir capital.

Apesar da homogeneidade no processo de produção de condomínios estar presente, os condomínios em Parauapebas, especialmente o Amec Ville, revela particularidades. Isso indica que, mesmo dentro de um padrão, há nuances que podem ser observadas, como adaptações locais a partir da inserção de características locais à resposta de demandas específicas de reinvenção do processo de reprodução do capital, condicionando o produto a um público específico.

Quando anunciadas as vendas do condomínio Amec Ville, na época de seu lançamento, a construtora vinculava a possibilidade de pagamento ao financiamento bancário e uso do FGTS. O condomínio vendia diretamente as casas em modelo padrão de 2 quartos com 64 metros quadrados, diferente da configuração dos outros dois condomínios de luxo. Atualmente, as casas no condomínio são vendidas em média por 200 mil reais, com base em pesquisas em site OLX de venda de imóveis da cidade.

O cenário discutido nos leva à reflexão de que, ainda que estes condomínios representem um produto homogeneizador do espaço urbano, na dinâmica urbana de Parauapebas, eles se revelam com algumas especificidades. As particularidades na produção dos condomínios não rompem com a lógica do processo, ao contrário, reavivam a ordem da padronização da forma e conteúdo destes produtos de moradia.

Significa dizer que, apesar das particularidades na produção dos condomínios em Parauapebas, esses produtos de moradia continuam a seguir um modelo preestabelecido. Isso pode implicar uma certa continuidade na forma como o espaço é produzido, refletindo, possivelmente, interesses econômicos que buscam eficiência e lucro.

A urbanização de Parauapebas é caracterizada, portanto, por suas particularidades e pela homogeneização do espaço urbano. A rápida expansão da cidade está diretamente ligada à exploração pela indústria de mineração, o que contribui para a desigualdade socioespacial na produção do espaço urbano. A reprodução ampliada de capital tem impacto nos fenômenos de homogeneização do espaço urbano, influenciando tanto a forma quanto o conteúdo da realidade urbana Parauapebas.

Considerando a significativa influência da instalação da indústria de mineração para a dinâmica econômica e social de Parauapebas, avançaremos a discussão para compreender o Projeto Grande Carajás (PGC), enquanto projeto estatal na região de Carajás – buscando construir uma interpretação histórica, econômica e social – e refletindo suas estratégias políticas na reestruturação territorial e dinâmica urbana da região.

CAPÍTULO 3 DOS GRANDES PROJETOS À REESTRUTURAÇÃO URBANA NA AMAZÔNIA ORIENTAL

Nesse capítulo procuramos discutir os meios de atuação do Estado capitalista na produção do espaço urbano na Amazônia oriental, através da produção de redes de produção e consumo como também a própria dimensão política com a implantação dos grandes projetos (em especial, a mineração). Juntamente ao Estado, apontamos reflexões sobre o grande capital empresarial, com a atuação da Vale – desde quando era conhecida como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – na ação do desenvolvimento regional com a implantação dos polos mineradores na região de Carajás.

A compreensão do espaço urbano como produto social e histórico evidencia dois processos complementares, o de produção, enquanto processo de formação histórica do lugar, e o de reprodução deste espaço, oriundo da acumulação capitalista que envolve os processos de circulação, troca, distribuição, consumo e um movimento de retorno à produção, conforme uma ação que se cria e se reproduz. Neste entendimento Carlos (1994) nos estimula a refletir sobre o espaço como processo de produção social, o tipo de trabalho social, o seu desenvolvimento, o modo como certo produto é produzido, considerando de forma permanente as relações capitalistas de produção.

Nesse sentido, trazemos aspectos relevantes na reflexão sobre a chamada “reconquista da Amazônia”, o avanço territorial sobre a região amazônica orientado pelo Estado “autoritário” no processo da acumulação capitalista através dos megaprojetos como o exemplo de Carajás.

Considerando a atuação do Estado e do grande capital, nas últimas décadas, em especial, a dinâmica urbana amazônica passou por profundas transformações tanto na forma quanto no conteúdo das cidades. Essas transformações devem-se, em particular, à coexistência de tempos e espaços diferenciados acentuados pela intensificação da urbanização a partir da década de 1960 com os Grandes Projetos de Estado na região. Como resultado dessas transformações, direcionamos a discussão para a Região de Carajás na Amazônia Oriental, da qual Parauapebas faz parte.

Nesse contexto, a análise foi construída no processo histórico da criação e implantação dos grandes Projetos de Estado de 1960 no contexto da

urbanização da Região de Carajás, bem como a presença e avanço da técnica no território da mineração e as rupturas e as continuidades desse processo. As rupturas e as continuidades são reveladas na compreensão da urbanização capitalista inserida na lógica da modernização do território amazônico.

3.1. Os Projetos de Estado na Amazônia Oriental: interpretações histórica, econômica e social.

Os Projetos de Estado na Amazônia Oriental representam uma iniciativa do Estado brasileiro para promover, aparentemente, um desenvolvimento econômico e social da região. Esses projetos visam à exploração dos recursos naturais da Amazônia, com a implantação dos polos agropecuários, de mineração e a exploração de madeira, sob o discurso de impulsionar a economia local e promover a integração regional.

É importante lembrar que a região do Sudeste do Pará, onde se localiza a Serra dos Carajás, passou a abrigar, a partir da década de 60, vários projetos de desenvolvimento e de integração nacional, visando, entre outras coisas, à “ocupação da Amazônia”. A Amazônia Oriental possuía uma localização estratégica para estes fins, de forma que a implantação de rodovias, como a Belém-Brasília, a Transamazônica e a PA-150, possibilitaram a vinda de significativo contingente populacional, atraído pelos projetos de colonização agrícola e pelas frentes de trabalho, como a Hidrelétrica de Tucuruí e mesmo garimpos como Serra Pelada. Foi então inevitável o surgimento de pequenos núcleos urbanos, de precária ou nenhuma infraestrutura, alimentados por empregos temporários e pequenos comércios de ocasião. (RODRIGUES, 2002, p. 118-119)

A implementação destes projetos provocou fortes rupturas com a dinâmica local tradicional – dos povos originários – para a produção de uma outra dinâmica no modo capitalista com intensa exploração não apenas dos recursos naturais, mas também, uma exploração social que se reproduz na condição do trabalho, ampliando as condições da acumulação capitalista.

Oliveira (2009) ao explanar sobre a “reconquista da Amazônia”, pondera os fatos no movimento da História, trazendo uma reflexão sobretudo da reprodução de práticas autoritárias e violentas mascaradas no discurso do desenvolvimento econômico e social. O autor já inicia sua discussão com a seguinte reflexão sobre a situação da Amazônia contemporânea: “A adjetivação

da expansão já impõe seu preço semântico: qual a expansão que não é destrutiva de algum modo de vida anterior?" (OLIVEIRA, 2009, p. 83).

A expansão territorial para a região amazônica é marcada pela implementação de grandes projetos de impacto do regime autoritário (Governos da Ditadura Militar vigentes entre 1964 e 1985), como em Carajás. Configura-se como uma retomada do processo da "conquista original" há mais de 500 anos. A reconquista é a nova conquista, que novamente se materializa pelas redes tecnológicas no território, mas se releva pela retomada das antigas práticas de exploração para reprodução do capital. Nesse sentido, a "reconquista da Amazônia" parte do mesmo pressuposto do "descobrimento" da "conquista original".

Como a Conquista original, a Reconquista parte do mesmo pressuposto de descobrimento: descobrir significa revelar o desconhecido, o sem nome, sem forma e sem sujeitos. O Conquistador por essa lógica, se arvora todos os direitos: o que descobre é seu, ele lhe dá nomes, o conforma e é o sujeito da descoberta, pois revela o que não existia. A revelação é um ato demiúrgico, e o Conquistador quase um deus. (OLIVEIRA, 2009, p.83)

Nessa passagem minha lembrança remete à fala do cacique geral do povo Xikrin, Karangré Xikrin, no evento "I Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás"²³. Naquele momento, Karangré Xikrin afirmou que "Parauapebas não se chamava assim, não existia. Tudo era terra dos Xikrin. Carajás, a serra, não era Carajás. Era terra dos Kayapós. Carajás foi nome inventado pelo geólogo Breno. Nada foi descoberto. A gente (Xikrin) já estava aqui, vivia aqui." A prática hegemônica, dominadora, neste caso, é a clássica acumulação primitiva, que avançou violentamente sobre territórios dos povos originários, retomando as práticas de exploração para a produção de capital.

As práticas sociais, históricas e econômicas no Brasil e na região de Carajás facilitaram a acumulação primitiva "renovada". A expansão territorial para a Amazônia pela invasão, descoberta, ocupação de terras vazias ou ocupadas por "não-gente", efetivamente, são formas de domínio da violência pelo Estado que encobre as formas de violência privada no processo da acumulação primitiva do capital.

²³ I Fórum dos Povos Originários e Tradicionais da Região de Carajás, realizado no dia 11 de abril de 2024 na Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA).

Mais de 500 anos depois, o mercantilismo parece se renovar. A exploração de minérios (ouro, ferro, bauxita, manganês, cobre, ...) na região de Carajás, em meio à Floresta Nacional (FLONA) pela empresa estatal e depois privada para exportação reproduz as práticas sociais, políticas econômicas que possibilitam a acumulação ampliada do capital. Nesse sentido, revela-se a estratégia geopolítica militar brasileira com o avanço da “reconquista” pela “intervenção” nas áreas de interesses políticos e econômicos.

A própria criação da Floresta Nacional de Carajás (FLONACA)²⁴, como uma unidade de conservação de uso sustentável, legitima os meios de exploração mineral pela empresa CVRD, atual Vale S/A. Considerando que a exploração mineral já existia anteriormente à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)²⁵, a FLONACA na sua regulamentação permite que a pesquisa e a lavra mineral sejam realizadas pela empresa de mineração. Do mesmo modo, a vigilância e a manutenção da unidade de conservação devem ser realizadas conjuntamente entre empresa (Vale) e ICMBio. Ora, a empresa que é a responsável pela exploração da área é a mesma que colabora com a manutenção e vigilância da unidade de conservação. Na prática, o Estado produz e legitima as formas ampliadas de reprodução do capital privado.

A estratégia geopolítica militar brasileira na "reconquista" territorial pela intervenção se tornou frequente nas regiões de fronteira ou de interesse estratégico. Essas ações, segundo Oliveira (2009), correspondem à política de “tamponamento” de fronteiras por meio da intervenção estatal em área ditas “vulneráveis”. Através da construção do discurso ideológico a presença do Estado foi garantida sob justificativa de promoção de políticas sociais, econômicas e de segurança que visam fortalecer a integridade territorial e a soberania nacional.

O discurso "integrar para não entregar" disfarça a violência da política de tamponamento de fronteiras pela diplomacia política e militar. A abertura de estradas, a recusa quanto à demarcação de terra indígenas, a implantação de redes de circulação mercantil, indicam subsídios para as formas de intervenção

²⁴ Decreto nº 2.486 de 02 de fevereiro de 1998.

²⁵ LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.

para e pela lógica do lucro do Estado autoritário, acobertador da invasão-reconquista.

Com as práticas do discurso “integrar para não entregar” o Estado brasileiro se organizava com base na lógica da “intervenção-reconquista”, caracterizando suas ações como autoritárias, embora não necessariamente ligadas ao regime militar. A atuação do Estado na Amazônia é considerada autoritária de forma mediata, devido à natureza da “intervenção-reconquista”, tendo como argumentos de sua execução finalidades que seriam mais importantes para o país, como o “desenvolvimento econômico” da região e a soberania nacional. Assim, o contexto forjado no regime autoritário articulava-se com as ações executadas naquele período. Segundo Oliveira (2009),

Portanto, nas dobras da invenção do novo, o fundo público que hoje estrutura a própria reprodução societária – não apenas do capital –, aparece o velho, a velha violência. Se o que é mediato no autoritarismo da nova conquista é seu caráter de intervenção, que pode fazer o Estado de Direito Democrático? Se o monopólio legal da violência se transformou no acobertamento de todas as violências privadas, qual será o território da consolidação democrática? Como tratar com as poderosas empresas estatais, mesmo que venham a ser privatizadas, como estão sendo? (OLIVEIRA, 2009, p.89)

O autor nos oferece uma reflexão sobre a violência e as ações e as relações autoritárias ciclicamente deflagradas na Amazônia. A nova conquista pela intervenção se assemelha à conquista original pela lógica do lucro. Dialeticamente, o Estado brasileiro gerencia a conservação e explora ou produz as condições para a exploração da Amazônia. A exploração das riquezas da Amazônia fornece os meios para o Estado brasileiro se inserir na expansão capitalista contemporânea.

Com vistas à expansão capitalista do Estado brasileiro na Amazônia, as atividades econômicas desenvolvidas na região se integram às primeiras incursões do capital e à dinâmica populacional orientadas pelo Estado. A atividade de mineração representa ainda hoje a mais intensa e a que insere a dinâmica local em nexos globais, entretanto, outras atividades econômicas extrativistas se estabeleceram na região ao longo do tempo e circunstanciaram a viabilidade da mineração pela ocupação e povoamento pretérito.

A atividade extrativista sempre desempenhou um papel importante na economia da Amazônia ao longo de sua história em diferentes ciclos. De acordo com Homma (1990), os produtos mais relevantes desde a colonização até meados do século passado foram cacau, castanha do Pará, madeira e borracha, sendo esta última especialmente crucial para a economia regional no final do século XIX e início do XX.

Os autores Becker e Stenner (2008, p. 16) analisam o “ciclo da borracha” e afirmam que esta atividade “gerou um efetivo povoamento regional, por meio de uma cadeia produtiva que se iniciava na floresta e era transportada, por via fluvial, até os grandes portos concentradores da produção – Belém e, a seguir, também Manaus.” Os autores também discutem a desigualdade social e territorial, caracterizadas, principalmente, pelo “ciclo da borracha”. De fato, o contexto, representa as consequências das ações autoritárias da “intervenção-reconquista” da Amazônia.

Conjuntamente à violência da Reconquista da Amazônia discutida por Oliveira (2009), as transformações produzidas na região se apresentaram com uma diversidade de respostas de formas espaciais e de conteúdos, que evidenciaram a complexidade das relações responsáveis pela nova dinâmica regional, revelando o espaço como sobreposição de temporalidades distintas, acumulação de tempos e de técnicas diferentes.

A nova dinâmica na Amazônia oriental é expressa notadamente pelos grandes empreendimentos econômicos e de infraestrutura que foram direcionados pelo Estado brasileiro. Como em Carajás, a empresa Vale articula o espaço local àqueles de comando dos processos mundiais, definindo, assim, verticalidades de fluxo e de produção. Essas verticalizações só se tornaram possíveis por meio de horizontalizações, da qual o Projeto Grande Carajás corresponde ao exemplo mais evidente que viabilizou as redes de circulação no território para a sua integração às redes mais distantes do capitalismo nacional e internacional.

A resposta da região a essa nova dinâmica de integração se deu, simultaneamente, pela fragmentação de seu espaço. A nova regionalização, decorrente dessa dinâmica, representa a superposição de ações e de fluxos que acabam por diferenciar o território. Nesse contexto, a Amazônia oriental e por conseguinte, Parauapebas, tem seu espaço definido, em especial, para a

atuação do Projeto Grande Carajás. A integração territorial e a fragmentação do espaço fazem parte do mesmo processo dialeticamente. Seguiremos adiante nossa discussão a fim de compreender o cenário desse movimento.

3.1.1. Projeto Grande Carajás (PGC) e a reestruturação territorial

As várias estratégias territoriais implementadas pelo Estado brasileiro na Amazônia para a apropriação física, ocupação regional e controle do território por meio de uma rede geográfica exemplifica a “produção do espaço” investida, violentamente, pelo Estado. Neste contexto, não estamos separando o espaço da prática social, mas sim examinando a prática social de uma sociedade específica dentro de um processo histórico e temporal determinado.

A produção do espaço geográfico amazônico resulta, portanto, de uma prática social (movimentos migratórios, atividades econômicas) e intervenção estatal, que impôs uma dinâmica urbana capitalista, sobrepondo-se às práticas tradicionais locais e que se reproduz pela ordem capitalista.

Considerada uma fronteira a ser integrada ao processo de crescimento econômico, sob a orientação do modelo desenvolvimentista dominante durante os governos militares (1964-1985), a Amazônia passou a concentrar estrategicamente investimentos e projetos no âmbito federal que iriam transformá-la, definitivamente, espacial, social, econômica, urbana e culturalmente. (RODRIGUES, 2002, p. 118)

Em meio às múltiplas condições estratégicas de modernização da Amazônia através de programas governamentais, que preconizavam a necessidade da intervenção direta do Estado como forma de induzir o desenvolvimento em áreas geográficas específicas, consideradas com ampla “vantagem comparativa” (SEPLAN, 1982) por intermédio da concentração espacial de capitais, deu-se o Programa Grande Carajás na década de 1980.

As primeiras pesquisas para o mapeamento do potencial geológico já haviam começado na década de 1950 através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão criado em 1946 e que iniciou suas atividades em 1953 (TRINDADE; OLIVEIRA, 2014). Já na década de 1960, com as incursões de pesquisas geológicas, o órgão estatal identificou

a presença do minério de ferro na Serra de Carajás. O governo brasileiro naquele período elaborou o Programa Grande Carajás.

O programa de desenvolvimento regional “Grande Carajás”, intensamente discutido, foi analisado por Orlando e publicado no livro sob o título “Planejamento da destruição” (1989a). Tendo estudado os “polos industriais” no que se refere às considerações teóricas e pragmáticas da localização com relação a experiências internacionais no setor, ele reconheceu o desafio perigoso do fornecimento de energia e apresentou os problemas ecológicos e socioeconômicos de megaprojetos. Suas conclusões e recomendações mostram seu profundo conhecimento da euforia de planejamento falha sem consideração com a população atingida no Maranhão. (KOHLHEPP, 2017, p. 175)

O geógrafo Orlando Valverde analisa as ações do governo militar, o cenário político e os impactos ambientais e sociais previstos com a elaboração e execução do Projeto Grande Carajás na Amazônia oriental no seu clássico livro “Grande Carajás: planejamento da destruição”. O geógrafo relata na entrevista dada a Revista GEOSUL (1991) a falta de conhecimento da comissão ministerial sobre a realidade amazônica e a ignorância dessa mesma comissão em relação aos estudos realizados que alertavam sobre os impactos com a instauração do projeto.

Na época da ditadura militar, o projeto Grande Carajás era dirigido por uma comissão interministerial, lei de Brasília, que conhecia os problemas amazônicos tanto quanto eu conheço os de astronáutica. O fato é que ela fez na Amazonia oriental um mundo de besteiras. Deflagraram violências incríveis, degradação ambiental, grilagem de terras (...) (VALVERDE, 1991, p. 244)

Entretanto, o governo militar estava obcecado em pagar a dívida externa com as exportações de minérios a serem explorados na Amazônia e além da realização de pesquisa geológicas na região para identificar as características físicas do potencial mineral e indicações de possíveis alternativas para a construção de estradas e hidrelétrica através do Projeto Radares da Amazônia (RADAM), o governo modernizou as instituições públicas. Criou em 1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia (BASA) para dar suporte às políticas de desenvolvimento e executar a exploração mineralógica na região.

Os autores Becker e Stenner (2008, p. 91) afirmam que “o Estado brasileiro não só colaborou, mas também planejou, financiou e executou em

grande parte a logística das corporações. Basta lembrar que a própria Vale era empresa estatal quando iniciou a política de polos minerais na Amazônia.” E através de ações dirigidas retirou e ainda retira, agora como transnacional privatizada – Vale S/A, proveito das especificidades territoriais (recursos mineralógicos) da região onde está instalada.

Ainda que no plano ideário e aparente, vale destacar os objetivos do governo brasileiro ao iniciar o Projeto Grande Carajás para além da mineração, abrangendo outros setores. Segundo SEPLAN (1982), os objetivos eram: alcançar um crescimento harmônico e equilibrado das diversas regiões do país (ainda há disparidade regional); promover a descentralização da indústria (houve uma desconcentração); propiciar, pela geração de empregos, o direcionamento dos fluxos migratórios internos; e aumentar a capacidade de pagamento externo via venda de minério de ferro, minerais não ferrosos, produtos siderúrgicos, florestais, rurais e agroindustriais, agregando o máximo possível de elaboração com vistas a proteger o trabalho nacional (ainda somos um país economicamente dependente e socialmente frágil).

Na prática, o projeto minero-metalúrgico implementado em Carajás teve como objetivo principal explorar e comercializar os recursos minerais abundantes na região, como minério de ferro, cobre, ouro e outros minerais, a fim de ampliar a reprodução capitalista do Estado. A exploração dos recursos minerais acontece sob a perpetuação de várias formas de violência por vezes, estrategicamente, camufladas. Desde a destruição do meio ambiente até a opressão social, as estratégias de acumulação de capital são impostas pela lógica capitalista, favorecendo sobretudo as grandes empresas, como a Vale.

Desse modo, o Projeto Grande Carajás (PGC) foi uma iniciativa controversa de desenvolvimento econômico implementada na região amazônica do Brasil, especialmente nos estados do Pará e Maranhão. Criado na década de 1980, o programa faz parte do planejamento de intervenção nas ações da “Reconquista da Amazônia”, no qual a exploração dos recursos da Amazônia possibilita ao Estado brasileiro integrar-se à economia capitalista global.

Sobre os dois lados da mesma moeda, a implantação do PGC promoveu a geração de riqueza na região da Amazônia oriental e, contraditoriamente, a ampliação das desigualdades sociais e econômicas na região. A integração econômica pela exploração dos recursos desencadeia, simultaneamente, um

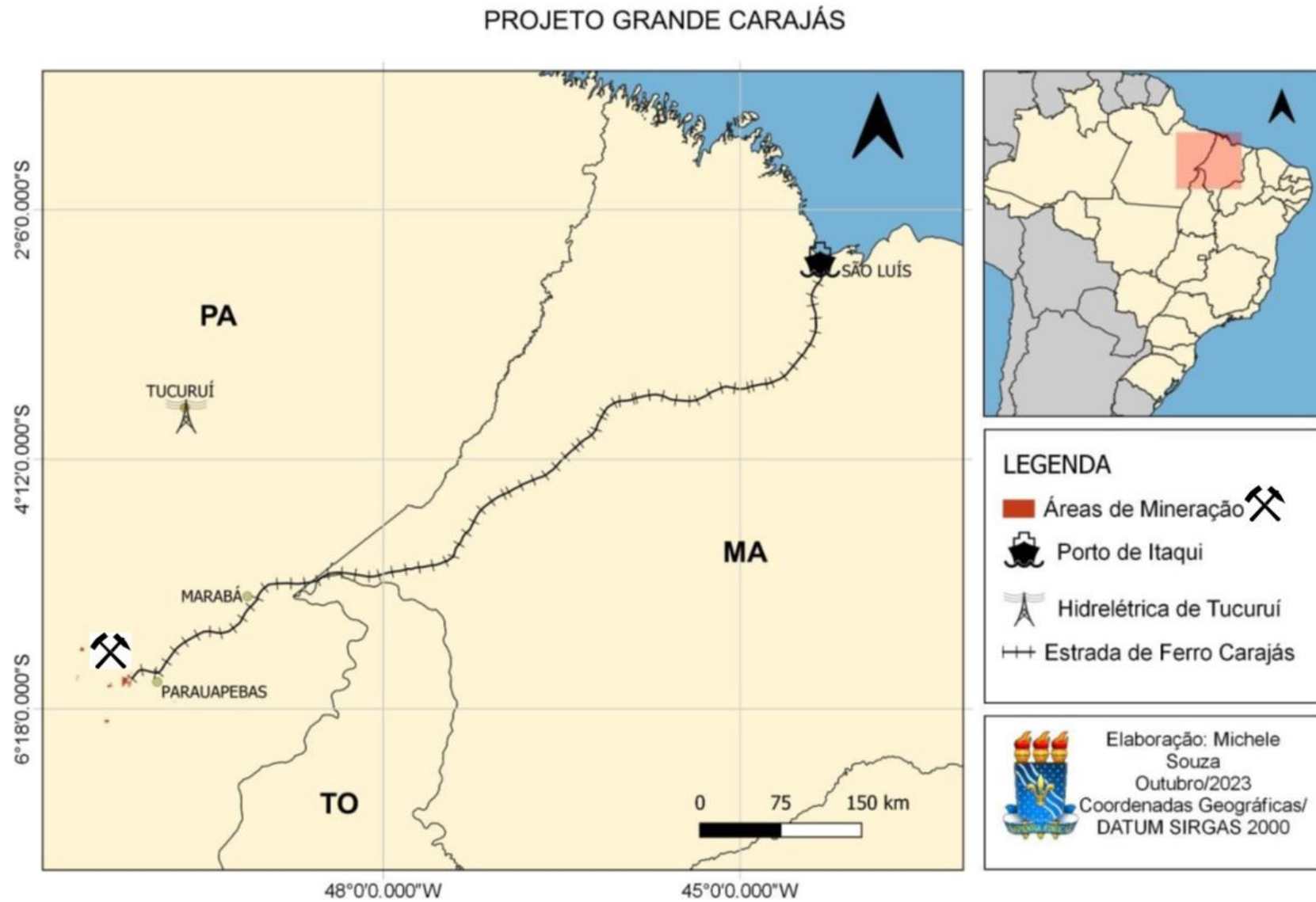
processo de fragmentação espacial com a regionalização e intensifica a desigualdade social, pois a riqueza gerada é também concentrada e acumulada, além de ser produzida a partir de expropriações de povos originários e extensiva exploração do trabalho de migrantes vulneráveis vindos de outras regiões do país.

Quanto à forma, o Programa Grande Carajás foi estabelecido na Amazônia oriental englobando serviços de infraestrutura (ferrovia Serra dos Carajás-São Luís, corredores de exportação, sistema portuário, aproveitamento hidrelétrico) e minero-metalúrgicos – bem como projetos agroindustriais. Durante o período de introdução dessa estrutura, deu-se concomitante, uma produção diferenciada da condição do urbano com a produção das *company towns* vinculadas aos polos mineradores.

O Projeto Carajás se apresenta com a construção de uma extensa infraestrutura para o transporte e escoamento dos recursos mineralógicos. Isso inclui a Estrada de Ferro Carajás, que liga a região de Carajás (em Parauapebas) ao porto de Itaqui em São Luís, no Maranhão, conforme podemos visualizar, a seguir, na figura 33 – Mapa do território do Projeto Carajás. Também, na referida figura, é possível observarmos a localização da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como base no fornecimento de energia para a execução do projeto de exploração.

Ainda que a área de mineração em Parauapebas esteja representada de forma relativamente pequena na figura 33 – Mapa do território do Projeto Carajás, a seguir, não significa uma minimização dos seus impactos econômicos, urbanos e sociais. A escala do mapa considera uma ampla região que envolve os estados do Pará e Maranhão. Mas, quando analisamos na escala local, a área de mineração tem uma relevante magnitude na dinâmica da cidade e da região de Carajás.

Figura 33 - Mapa do território do Projeto Carajás



Toda a infraestrutura produzida no território do Projeto Carajás foi fundamental para viabilizar a exploração e a exportação em larga escala dos minérios, impulsionando a concentração econômica (de riquezas) da região. A criação de estradas, porto, ferrovias e outras instalações foi essencial para tornar possível a exploração intensiva desses recursos naturais e sua exportação em grande escala. Essa infraestrutura não apenas facilitou a extração e exportação dos minérios, mas também contribuiu para a formação de um cenário econômico onde os recursos e riquezas se concentraram em determinadas áreas ou grupos sociais, favorecendo empresas e setores específicos. Isso indica um potencial aumento das desigualdades sociais e econômicas na região.

Foi na Serra dos Carajás, no atual município de Parauapebas, através do Projeto Grande Carajás (PGC), que se instaurou um sistema para explorar o minério de ferro através da antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale S/A com a privatização em 1997. O sistema englobou minas, instalações de beneficiamento, um pátio de estocagem, as instalações portuárias e a Estrada de Ferro Carajás, cujos 892 quilômetros de extensão interligam a Serra dos Carajás ao terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

A área do Projeto Ferro Carajás representa uma província mineral privilegiada, pela possibilidade de exploração da imensa jazida de ferro e por todas as demais jazidas identificadas em área e mesmo próximas. As condições de localização foram modificadas pela construção de uma infraestrutura que lhe garante o controle de todo o processo, que vai desde a mina até o transporte final em seus próprios navios. (RODRIGUES, 2002, p.119-120)

Na figura 33 – Mapa do território do Projeto Carajás, acima, podemos observar a integração do território da mineração. A presença de reservas de minerais na Serra de Carajás, em Parauapebas, a extensa estrada de trem que interliga o município da mineração a São Luís (MA), onde a Vale S/A tem um terminal de escoamento no Porto de Itaqui, terminal Ponta da Madeira, e a Usina hidrelétrica de Tucuruí, que fornece energia ao projeto e região, formam todo o conjunto de grandes projetos necessários para a exploração econômica projetada para a região. Dessa forma, configura-se uma rede geográfica para atender as demandas do grande capital.

Atualmente, a Estrada de Ferro Carajás é gerenciada pela Vale e se encontra duplicada com o transporte de passageiros, além dos minérios. Os

trens de passageiros da Vale, ferrovia Carajás, funcionam às segundas, terças, quintas, sextas, sábados e domingos, ligando São Luís, no Maranhão, à Parauapebas, no sudeste do Pará, segundo o site da Vale trem de passageiros (<https://vale.com/pt/trem-de-passageiros>). Já no transporte de carga, a viagem do trem carregado com cerca de 21 toneladas de minérios parte diariamente de Parauapebas a São Luís a cada meia hora, incessantemente.

O PGC teve um impacto devastador na região de Carajás afetando o ambiente e as populações locais. A própria mineração contaminou o ar e a água, causando doenças respiratórias à população. Com isso, o projeto enfrentou forte resistência dos moradores da região, que se mobilizaram em movimentos sociais para contestar o projeto. Esses grupos conseguiram trazer à tona a questão na opinião pública e exercer pressão sobre o governo para que reavaliasse a situação. Em 1988, o governo brasileiro anunciou a suspensão do PGC²⁶.

Diante das razões expostas, o Projeto Grande Carajás foi a maior expressão de grandes projetos minerais e hidrelétricos com financiamentos externos, que se voltaram para a exportação de recursos naturais explorados. O funcionamento deste sistema de exploração, escoamento e exportação começou em 1985, encerrou 1988, mas continua a exploração de minérios pela empresa Vale de maneira integrada e com elevados investimentos em tecnologia.

A dinâmica de integração na Amazônia oriental se deu, simultaneamente, pela fragmentação de seu espaço. A regionalização, decorrente dessa dinâmica, representa a superposição de ações e de fluxos (dinâmica econômica) que acabam por diferenciar o território. Nesse contexto, a Amazônia oriental tem seu espaço definido, em especial, para a atuação do Projeto Grande Carajás, conectando o lugar à economia global.

A integração territorial e a fragmentação do espaço fazem parte do mesmo processo dialeticamente. Concomitante à integração territorial elaborada pela produção das vias de circulação de mercadorias (commodities), ocorre a fragmentação espacial pela diferenciação da dinâmica dos lugares. A Amazônia

²⁶ A suspensão do Projeto Grande Carajás teve grande repercussão devido a diversas questões ambientalistas, sociais e políticas. Um dos principais motivos para a suspensão do projeto foi a intensa pressão de organizações não-governamentais, populações indígenas e locais, que levantaram preocupações sobre os impactos ambientais devastadores que a mineração estava a causar na região. Entretanto, a atividade nunca cessou e ganhou forças com a privatização da Vale em 1997. A exploração de minérios continuou e se afirmou na região de Carajás.

oriental já possuía uma localização privilegiada e uma infraestrutura estratégica (uma rede geográfica) - devido a implantação do Projeto Carajás - para a acumulação e circulação de capitais na região.

3.2. As redes geográficas na Região de Carajás

O Programa Grande Carajás previa a construção de uma série de grandes projetos, como usinas hidrelétricas, ferrovias, rodovias e indústrias de mineração. O projeto também previa a construção de uma cidade-empresa, chamada Carajás, que seria a sede residencial dos funcionários da empresa estatal CVRD.

A região de Carajás passou a possuir uma extensa rede geográfica de infraestruturas de transporte, energia e comunicações que viabilizaram, especialmente, a exploração e exportação dos minérios presentes na região, como também da soja produzida no Maranhão e no Tocantins. O controle dessas redes técnicas funciona como “instrumento” para uso do território por agentes privados.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC), construída pela antiga CVRD, é um dos principais elementos da rede geográfica na região. Essa ferrovia, com cerca de 892 quilômetros de extensão, liga a região de Carajás ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA), por onde o minério de ferro é embarcado para exportação. Além disso, a região também é cortada por rodovias, como a BR-155 e a PA-150, que conectam Carajás a outros estados e municípios da região.

Localizado no interior do território de Carajás, distante 12 Km do núcleo urbano de Carajás e 18 Km do centro da cidade, encontra-se o Aeroporto de Carajás. Inaugurado em 1982, o aeroporto conta com uma pista de 3.200 metros de comprimento e capacidade para atender a aeronaves de grande porte. Nota-se que, o aeroporto se localiza em meio a Floresta Nacional de Carajás (FLONACA) mais próximo do núcleo urbano de Carajás. Sua localização já revela as intenções de sua implantação, atender as dinâmicas da empresa Vale.

Atualmente, o aeroporto de Carajás oferece voos comerciais regulares para o transporte de passageiros e cargas, com 7 voos diários para 4 destinos diferentes: Ourilândia do Norte (PA), São Luís (MA), Belém (PA) e Belo Horizonte

(MG), conforme podemos observar, adiante, na figura 34 – informações de voos diários – Aeroporto de Carajás.

Figura 34 - informações dos voos diários – Aeroporto de Carajás

10:05	ACN5108		OURILÂNDIA DO NORTE
12:25	AZU9578		SAO LUIS/MARECHAL CUNHA MACHAD
12:35	ACN5109		BELEM/ VAL DE CANS
13:30	AZU4800		BELEM/ VAL DE CANS
14:40	GLO1983		BELO HORIZONTE/TANCREDO NEVES
16:45	AZU9579		BELO HORIZONTE/TANCREDO NEVES
17:30	AZU2811		BELO HORIZONTE/TANCREDO NEVES

Fonte: <https://www.aenabrasil.com.br/pt/aeroportos/aeroporto-carajas/informacoes-de-voos.html>

É importante destacarmos que a ligação de Carajás a Belo Horizonte, com 3 voos diários, evidencia os interesses privados da Vale, superando até mesmo a conexão com a capital do Pará, Belém. Os estados do Pará e Minas Gerais são os principais exportadores de produtos do setor mineral no Brasil (FIEPA/CIN, 2024), sendo áreas de exploração mineral da Vale. Além disso, cabe ressaltar o voo para Ourilândia do Norte, município onde a empresa também atua na exploração mineral e já possui uma cidade-empresa instalada para atender à dinâmica econômica de exploração. A conexão com São Luís, por sua vez, demonstra a importância das relações que sustentam a atividade mineral, conectando o centro de controle da ferrovia e o porto de escoamento de produtos para exportação e inserção no mercado global.

Os funcionários da Vale recebem benefícios exclusivos na compra de passagens aéreas através do programa AeroVale. Esse programa proporciona benefícios aos funcionários da empresa com a possibilidade de adquirir passagens a preços bem mais acessíveis em relação ao que é praticado no mercado. O AeroVale também beneficia os familiares dos funcionários, permitindo que eles também possam utilizar esses descontos ao viajar para Belo

Horizonte. Atualmente, os voos disponibilizados através do programa AeroVale são operados pela Gol Linhas Aéreas²⁷.

Além da infraestrutura de transporte, os municípios da região de Carajás são abastecidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que já não fornece mais energia elétrica para as operações da empresa mineradora. Atualmente, o Complexo industrial da Vale para a mineração produz a própria energia independente do fornecimento precário da empresa concessionária Equatorial Energia Pará. O fornecimento de energia precário marcado por constantes faltas, quedas e apagões atinge a população local.

A rede geográfica do território de Carajás engloba transporte, rodovia, aeroporto, ferrovia e porto, energia, usina hidrelétrica e comunicação. Entre os elementos técnicos, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) é o elemento estratégico para a empresa Vale e demais grupos hegemônicos que atuam na região que interliga os estados do Pará, Tocantins e Maranhão. A EFC é um elemento capaz de articular a dinâmica de integração territorial de acordo com o funcionamento de uma lógica econômica e dos interesses dos grupos hegemônicos.

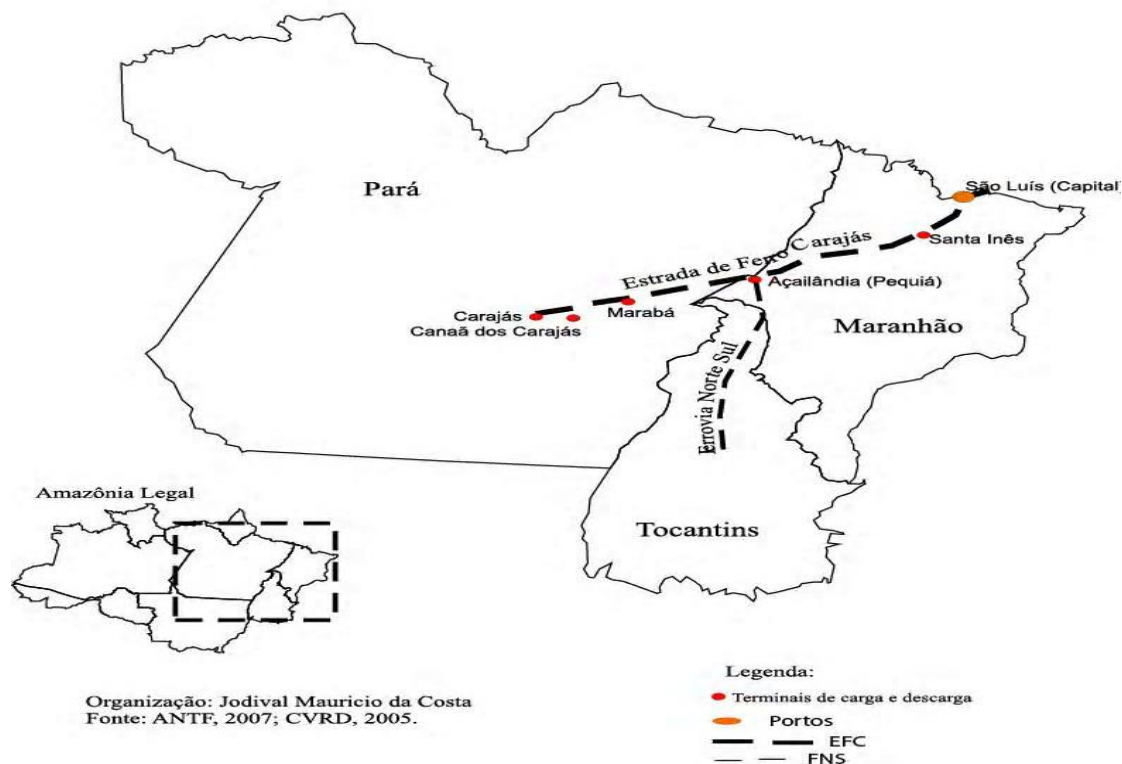
Na figura 35 – Localização da EFC no território de Carajás, a seguir, podemos visualizar o território de localização da Estrada de Ferro Carajás pelos estados do Pará e Maranhão, interligando-os com o Tocantins pela Ferrovia Norte Sul. Enquanto a Estrada de Ferro Carajás conecta os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, possibilitando a circulação de capital, principalmente com a economia global, as regiões ao redor que não estão diretamente envolvidas na produção ficam distantes dos benefícios e uso desse sistema técnico.

Devido à sua integração crescente com a lógica global do mercado e ao uso intensivo de inovações tecnológicas, a EFC, enquanto sistema técnico, tem se tornado, gradativamente, parte de uma rede global de conexões, deixando de pertencer principalmente ao local onde foi implantada como elemento técnico. A principal finalidade das redes técnicas é facilitar a circulação de capital entre os

²⁷ Até final do ano de 2023, a Vale possuía uma aeronave Embraer 190, que era chamado de “AeroVale” e que fazia frequentemente a rota Belo Horizonte-Carajás. A aeronave ficava baseada no aeroporto da Pampulha em BH. O avião foi desativado em 2023 e a empresa passou a fazer acordos com a Gol, que passou a vender os voos do programa AeroVale para os funcionários e familiares da empresa Vale. (<https://ontimeaviation.net/noticias-brasil/mineradora-vale-decide-encerrar-operacoes-com-seu-embraer-190/>)

pontos interligados, priorizando os envolvidos na produção pertencente a essas redes em detrimento dos que não estão diretamente ligados a elas.

Figura 35 - Localização da EFC no território de Carajás



Fonte: Costa, 2008.

Considerando que a região de Carajás que corresponde ao território sob influência do Projeto Carajás, esta constitui um recorte espacial marcado pela presença de recursos mineralógicos e sob influência da empresa mineradora Vale. É uma integração de empreendimentos que se consolidou com a configuração da rede de infraestrutura no território (mina, EFC, complexo portuário). Do outro lado, convivendo e contrastando com a abundância da produção minero-metalúrgica na região, encontra-se a população do entorno da ferrovia, em uma situação social de ampla vulnerabilidade.

Para além da dinâmica de integração territorial, a vulnerabilidade social e ambiental vivida pela população do entorno da ferrovia, foi analisada nos estudos de planejamento para a implantação do Projeto Grande Carajás. O geógrafo Orlando Valverde relatou os prejuízos à saúde e ao ambiente com os subprojetos ligados à construção e funcionamento da EFC.

Outra campanha de Orlando Valverde e da CNDDA foi contra o projeto de carvoejamento para pequenas guseiras, ao longo da E.F. Carajás, no sudeste do Pará e no Maranhão, pois este atingia simultaneamente a saúde da população envolvida e a natureza, destruindo-a. (OLIVEIRA, 2017, p. 114)

Como já mencionado anteriormente, os impactos previstos com o estudo realizado pelo geógrafo Valverde e outros foram ignorados. Dialeticamente, a integração territorial é acompanhada pela fragmentação espacial e a fragmentação espacial é marcada pela desigualdade social. Ou seja, a população do entorno da EFC e do PGC não está fora do processo de produção, mas está integrada de uma forma muito precária.

A rede geográfica na região de Carajás se destaca como materialidade técnica no território, tornando-se um instrumento eficiente no processo de integração territorial e fragmentação espacial. Como consequência desse movimento dialético, as redes são recursos de apropriação e controle do espaço, principalmente porque grandes empresas, como a Vale, passaram a monitorar desde a implantação até a administração das redes técnicas como uma forma de construir e/ou ampliar seu controle territorial.

O processo de privatização dos instrumentos das redes técnicas no Brasil, principalmente nos anos de 1995-2002, resultou na transferência do controle destas redes do Estado para o setor privado. Um exemplo claro dessa mudança foi a privatização da EFC da CVRD, que passou para as mãos da empresa Vale. No entanto, o Estado ainda permaneceu atuante na promoção da infraestrutura, seja na construção de novas redes que beneficiam o setor privado, como a Ferrovia Norte Sul nos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará (BNDES, 2005), ou na regulamentação para o funcionamento dessas redes.

Dessa forma, a parceria entre o Estado e as grandes empresas indica que o poder público continua exercendo sua influência em áreas estratégicas da economia, tanto na produção quanto na circulação. Porém, a atuação do Estado nesses setores não visa controlá-los, mas sim, favorecer a dinâmica das grandes empresas. Como exemplo desse processo, dentro do alcance da EFC, o Governo Federal realizou investimentos na Ferrovia Norte Sul, com o intuito de fortalecer o sistema de transporte na região e assegurar o transporte de produtos agrícolas do Tocantins e Maranhão pela Estrada de Ferro Carajás.

De forma semelhante, a atuação do Estado na urbanização capitalista na região de Carajás se deu através da implantação de uma dinâmica urbana como condição para a realização das atividades de exploração mineral pela CVRD na região, ainda na década de 1960. O Estado, politicamente, criou as condições estratégicas para a produção do espaço na lógica capitalista. Adiante, discutiremos os meios e formas da ação estatal para a urbanização de Carajás.

3.3. A Política estatal na urbanização capitalista na Região de Carajás

O Estado interveio no processo de urbanização em Carajás ao implementar um modelo urbano que viabilizasse as atividades de mineração realizadas pela CVRD na região nos anos de 1960, produzindo formas e produtos essenciais para impulsionar a dinâmica econômica. Politicamente, o Estado criou as bases necessárias para a produção do espaço de acordo com os interesses de reprodução do capital.

O Projeto Grande Carajás estabeleceu uma nova regionalização, a Amazônia oriental, com as diferenciações no território pela implementação das redes, produziu o urbano e o processo de urbanização como elementos indispensáveis para a valorização econômica que o Estado buscava implementar na região para explorar a reserva de recursos minerais. Estes espaços urbanos da Amazônia possuem uma densidade técnica que os diferencia do entorno local e do contexto regional. Em Carajás, obras de infraestrutura dispendiosas foram executadas para viabilizar a exploração do ferro e do manganês.

Para fins de conduzir o processo de urbanização na Amazônia oriental, o Estado, na década de 1970, viabilizou as redes de infraestrutura – construção da rodovia Transamazônica, asfaltamento da Belém-Brasília e da PA-150, e a expansão das redes de telecomunicação e energia elétrica –, multiplicando perspectivas de ocupação da população migrante. Como já analisado, logo após a abertura de estradas, deu-se uma política de ocupação com base no estímulo à grande empresa e aos proprietários de terra, através da política de incentivos fiscais.

Como política governamental, o POLAMAZÔNIA, lançado na segunda metade da década de 1970, consistia em um pacote de incentivos fiscais e demais estímulos aos polos de mineração como Carajás e Trombetas, dentre outros de diferente natureza. Com estes polos, visava-se à reorganização do espaço regional em benefício da acumulação de capital por meio da mineração e da agropecuária. (COELHO, 2002, p. 144-145)

A autora explica importantes aspectos da ação política do Estado em favorecimento à dinâmica das grandes empresas e proprietários de terra, criando meios de produção de um espaço urbano capitalista. Nesse sentido, a exploração mineral em Carajás, a Estrada de Ferro Carajás e o garimpo de Serra Pelada na década de 1980, por exemplo, constituíram elementos fundamentais de conteúdo urbano na Amazônia oriental, para onde convergiram fluxos populacionais.

O processo de urbanização em dimensão política, econômica e social veio da instalação de formas de conteúdo urbano que possibilitaram a integração do território na escala regional, ao mesmo tempo, em que gerou uma fragmentação espacial nos núcleos urbanos e cidades que se formavam. Em Carajás, refletindo historicamente o processo, de um lado a rede técnica e a cidade planejada da empresa (*company town*) e do outro as cidades às margens da rede técnica, como Parauapebas, que se desenvolveram segundo as possibilidades da lógica capitalista no processo de sua expansão nas fronteiras econômicas da Amazônia.

Enquanto cidade capitalista, Parauapebas tem sua dinâmica orientada na lógica do processo de acumulação de capital. A fragmentação espacial (intraurbana) é de certa forma inerente à ordem capitalista da dinâmica urbana. A partir da lógica da indústria de mineração e da dinâmica de migração populacional, Parauapebas vivenciou uma intensa expansão urbana marcada pela fragmentação do espaço urbano, fruto de uma urbanização associada às dinâmicas de mineração, que articulam diretamente os territórios de extração aos circuitos globais de acumulação.

Essa urbanização na Amazônia se revela associada às particularidades do lugar, inserida em “modelos econômicos e políticos de ordenamento territorial concebidos normalmente fora do espaço regional e que atendem a interesses distantes das demandas sociais locais” (TRINDADE JR, 2015, p.94), exatamente como no caso da atividade da indústria de mineração na região de Carajás. É

inquestionável a atuação da indústria de mineração como elemento que contribuiu para a produção do espaço urbano nas áreas de implantação de seus projetos.

A cidade de Parauapebas, onde está instalada a Vale e sua *company town* (Núcleo urbano de Carajás), ou cidade-empresa, revela-se como significativo exemplo de espaço urbano produzido na lógica capitalista em meio à Amazônia. Em 1980, com o início do Projeto Ferro Carajás, a CVRD içou a construção dos núcleos habitacionais para seus funcionários no alto da Serra de Carajás e no sopé, diferenciando a força de trabalho socialmente e espacialmente.

No alto da serra, foi construída a vila residencial N5, destinada a abrigar os trabalhadores da obra, e o Núcleo urbano de Carajás para residência dos funcionários e familiares. Já no sopé da serra, foi edificado o núcleo residencial (denominado Parauapebas) para os que iriam trabalhar na ferrovia, a Estrada de Ferro Carajás e para a instalação das empresas subcontratadas pela CVRD. Vejamos que o urbano se fazia necessário para a realização da atividade de exploração mineral na região.

Para isso, foi preciso dotar Parauapebas da infraestrutura de um município, já que o núcleo urbano de Marabá dista cerca de 200 km da Serra dos Carajás. A atividade de comércio foi logo fortalecida à medida que crescia a demanda da população cada vez mais ampliada. (SILVA, 2002, p. 175)

O autor acima nos aponta para o rápido crescimento urbano para além dos núcleos planejados em Parauapebas. O crescente número de migrantes em busca de trabalho nas empresas e também no comércio que se desenvolvia era responsável pelo intenso crescimento populacional urbano. Com a finalidade de atender à dinâmica operacional da empresa de mineração, a CVRD produziu uma infraestrutura urbana, como escola, hospital, serviços de rede e abastecimento de água e pavimentação de ruas. A urbanização promovida pelo Estado, pelo grande capital e pela força de trabalho se fazia fundamental para acumulação de capital no espaço que estava sendo produzida.

Conforme discutimos no capítulo anterior, grande parcela da população migrante que buscava trabalho em Parauapebas deu origem ao povoado Rio Verde pelo rápido crescimento populacional e atividades comerciais que se desenvolveram. Em pouco tempo, o Rio Verde tornou-se o núcleo urbano com a

maior concentração populacional de Parauapebas. Segundo Silva (2002, p. 176), “Em 1983, surgiu o povoado de Rio Verde com características iniciais de uma grande favela, apresentando grande índice de prostituição e de desemprego.”

Atualmente, o bairro de Rio Verde é reconhecido como um dos mais populosos na cidade de Parauapebas – juntamente com Complexo VS-10, Cidade Jardim e Tropical. A urbanização do bairro ainda apresenta condições precárias, assim como outros bairros que foram produzidos pelo processo de expansão urbana da cidade. A verdade é que a expansão urbana capitalista se realiza com a reprodução da desigualdade socioespacial.

O autor Silva (2002) apresenta um quadro de “serviços oferecidos por núcleos urbanos no trecho Minas-Marabá em 1985”, a fim de ilustrar a precariedade dos serviços urbanos oferecidos à população na região de Carajás naquele período. O quadro presente na figura 36 - Quadro de serviços oferecidos por núcleos urbanos no trecho Minas-Marabá em 1985, a seguir, permite realizarmos uma comparação, no contexto histórico, entre os núcleos urbanos surgidos em função das atividades de mineração.

Figura 36 - Quadro de serviços oferecidos por núcleos urbanos no trecho Minas-Marabá em 1985.

Localidade	Distância em relação à EFC	Principal atividade econômica	Principais acessos	Rede de água	Energia elétrica	Esgoto	Limpeza urbana
Vila Residencial N5	10 km	Serviço de Mineração	PA-275	Sim	Sim	Sim	Sim
Parauapebas	12 km	Serviço de apoio a mineração	PA-275	Escasso	Escasso	Escasso	Parcial
Rio Verde	13 km	Serviço de apoio a mineração	PA-275	Não	Não	Em implantação	Não
Curionópolis	20 km	Serviço de apoio ao garimpo	PA-275	Não	Não	Não	Não
Eldorado	50 km	Serviço de apoio ao garimpo	PA-275	Não	Não	Não	Não
Marabá	Atravessa a área urbana	Entrepósito de produtos primários (castanha, madeira, gados) centro de serviços	PA-275 PA-150 BR-230 BR-222	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Silva, 2002, p.177

Avaliando as informações do quadro quanto à localização dos núcleos urbanos no trecho Mina-Marabá e sua principal atividade econômica, vemos Marabá como único município que possuía atividades extrativistas não ligadas à mineração naquele período. Sua rede de infraestrutura urbana se apresentava

mais diversificada que os núcleos que surgiram em função da mineração pela concentração populacional dos trabalhadores migrantes, como, exemplo, Rio Verde, Curionópolis e Eldorado. Estes com uma infraestrutura urbana precária.

Somente Marabá e a Vila Residencial N5, construída no alto da Serra de Carajás, eram dotados de serviços urbanos de melhor qualidade. O núcleo Parauapebas, no sopé da serra, atual bairro Cidade Nova apresentava uma rede de serviços urbanos intermediária quando comparamos aos outros três, Rio Verde, Curionópolis e Eldorado.

O crescimento populacional e a ampliação de serviços ao longo do trecho da PA-275 propiciaram a origem dos núcleos urbanos pelo estabelecimento de trabalhadores em busca de emprego na região diante da dinâmica econômica da mineração. Como resultados dessa nova dinâmica, a região sofreu vários desmembramentos a partir de Marabá.

O município de Marabá deu origem a Parauapebas – onde se situa a província mineral de Carajás – e Curionópolis – inclui a mina de ouro de Serra Pelada -, desmembrados de seu território em 1988. Esta foi a primeira geração de municípios, seguida por uma segunda geração, caracterizada pelo surgimento de municípios desmembrados dos municípios da primeira geração, como Eldorado dos Carajás, desmembrado de Curionópolis em 1988 e Água Azul do Norte, desmembrado de Parauapebas em 1991. Em 1993, Canãa dos Carajás desmembrou-se de Parauapebas. (SILVA, 2002, p. 179)

As dimensões políticas, sociais e econômicas do surgimento de novos municípios estão imbricadas à reorganização da estrutura de poder que exigiam outros espaços político-administrativos de atuação. A nova dinâmica política, social e econômica configura novos espaços urbanos na região de Carajás.

Nesse sentido, com a reprodução ampliada do capital na produção do espaço urbano nos locais que surgiram em função das atividades mineradoras na região de Carajás, verifica-se uma tendência no processo de urbanização. De acordo com Silva (2002, p. 176), “um rápido crescimento populacional, uma vez que suas economias estavam ligadas às áreas de garimpo e de atividades de mineração relacionadas com a CVRD.” A tendência do crescimento populacional acelerado demandou estruturas urbanas na ordem capitalista.

A atuação do Estado na urbanização capitalista, portanto, revela-se pelo movimento dialético da presença e ausência na produção do espaço. Na região de Carajás, a atuação estatal pela presença, deu-se através da política de

“intervenção-reconquista” na Amazônia oriental como, por exemplo, a implantação do Projeto Ferro Carajás na integração do território, juntamente com as cidades-empresa. Já a atuação pela ausência pode ser identificada, exatamente, pela desigualdade socioespacial materializada na fragmentação espacial e na precariedade de infraestrutura disponibilizada de forma desigual nos diversos espaços urbanos da região de Carajás.

Na urbanização capitalista da região de Carajás, a CVRD representa a empresa e o Estado, simultaneamente, na atuação da produção do espaço. A CVRD produziu e é parte de um espaço político complexo em função das redes técnicas que interligaram as áreas de atuação e modificaram as funções dos núcleos urbanos, especializando-os de acordo com os próprios interesses da empresa. O poder político e econômico de conectar os lugares à escala internacional, ainda permanece com a empresa Vale (antiga CVRD).

Portanto, a política estatal elaborada para a urbanização capitalista da região de Carajás deu-se pela execução das redes técnicas no território, transformando-o em espaço de acumulação de capital. O projeto estatal em parceria com o grande capital para a “integração-reconquista” da Amazônia oriental se consolidou pelo Projeto Grande Carajás de atuação da CVRD. Assim, a produção do urbano, enquanto conteúdo e forma, foi enclavada na região com a dinâmica das *companys towns* e, dialeticamente, com o povoamento espontâneo dos núcleos urbanos que se consolidaram nos arredores.

A mineração não é apenas uma operação econômica isolada, mas está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento urbano e à dinâmica social e econômica da região. Considerando que a atividade de mineração da empresa estatal (CVRD) demandou a condição urbana e o processo de urbanização da região para reprodução de sua dinâmica, discutiremos adiante a metodologia da mineração da empresa Vale no estado do Pará.

3.4. Polos mineradores da Vale S/A no Pará: Amazônia oriental

A CVRD iniciou suas atividades no Projeto Ferro Carajás em 1985, compreendendo em sua estrutura mina, ferrovia, porto e cidade-empresa. Em 1988, o Projeto Grande Carajás que o Projeto Ferro Carajás foi extinto por

questões políticas, ambientais e sociais. Entretanto a atividade de exploração mineral recebeu uma nova dinâmica, em 1997, com a privatização da CVRD e a Vale S/A passou a controlar o maior complexo minerador do Brasil com capital privado e subsídios governamentais, no estado do Pará.

O complexo minerador da Vale no estado do Pará abarca a maior reserva mineralógica do mundo, encontrada nas unidades de Serra Norte (Carajás/Parauapebas), Serra Leste (Curionópolis) e Serra Sul (Canaã dos Carajás). Em Serra Norte, além do ferro, também é extraído o manganês. Já a exploração de cobre e níquel é realizada nas minas do Sossego, Salobo e Onça Puma, que se encontram nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Ourilândia do Norte²⁸.

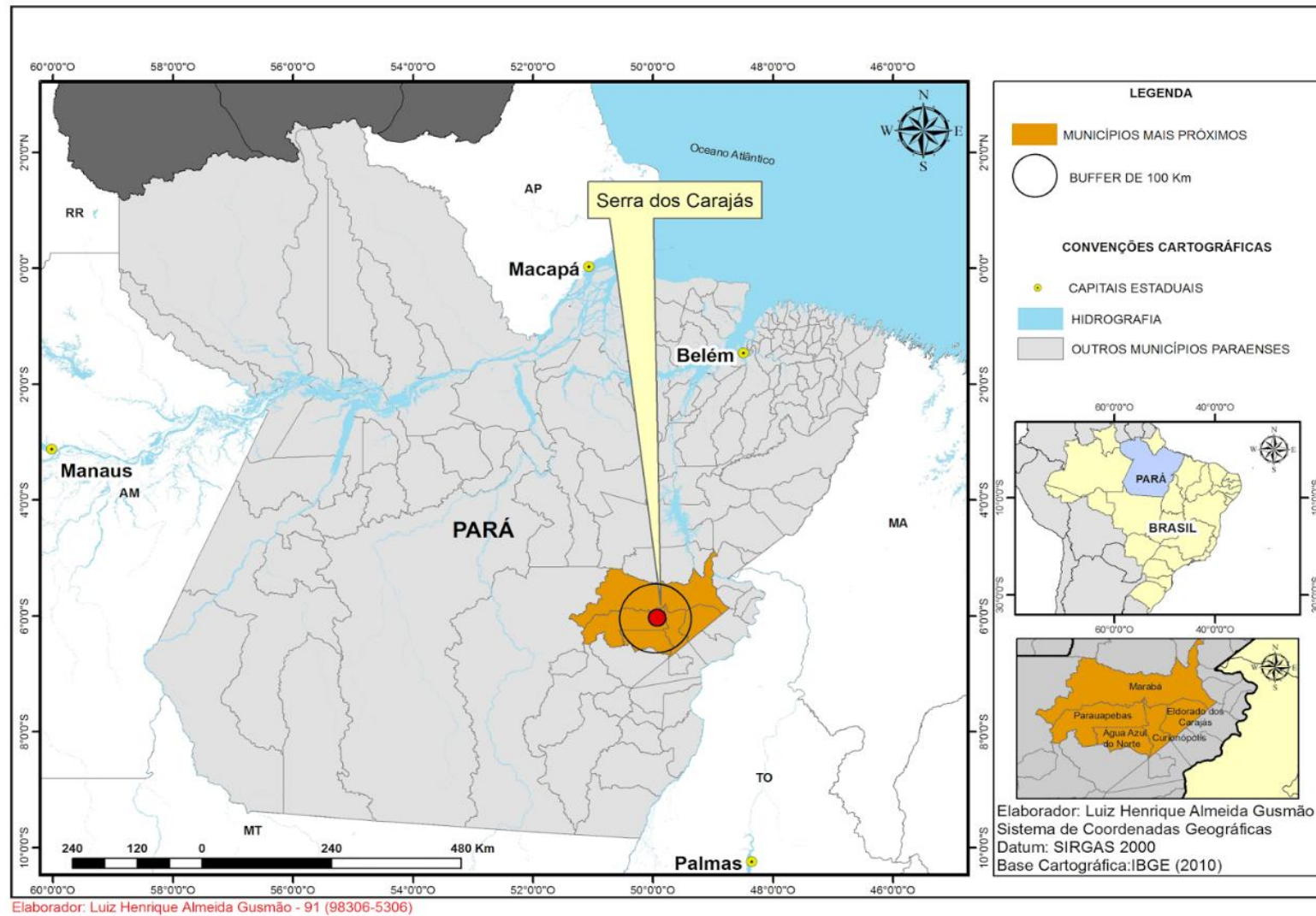
De acordo com as informações no site da Vale – operações no Pará -, no Complexo mineral de Carajás/Serra Norte, localizado em Parauapebas, a Vale opera a maior mina de minério de ferro a céu aberto do planeta. Atualmente, esse complexo extrai anualmente 150 milhões de toneladas de ferro. Ainda no complexo Carajás, desde 1985, a Vale explora o minério manganês na mina Azul.

Integrada às atividades realizadas no município de Parauapebas, a mina de Salobo, em Marabá, possui uma reserva mineral de 1,15 bilhões de toneladas de cobre. A logística de exploração integra lavra a céu aberto, beneficiamento, transporte e embarque da rodovia, na mina, até o terminal ferroviário de Parauapebas (PA). Entretanto, a Mina do Sossego, localizada em Canaã dos Carajás, representa a maior reserva explorada de minério de cobre pela empresa, segundo informações no site <https://vale.com/pt/para>.

Já a reserva de níquel, é explorada na mina Onça Puma no município de Ourilândia do Norte/PA. E mais recentemente, em 2014, a empresa Vale passou a explorar a mina Serra Leste, no município de Curionópolis, próximo a Serra Pelada, extraindo ferro.

²⁸ Conforme informações coletadas no site <https://vale.com/pt/para>.

Figura 37 - Mapa de localização geográfica da Serra dos Carajás/PA



Fonte: <https://www.minasjr.com.br/descoberta-da-serra-carajas/>

No mapa da Figura 37 - Mapa de localização geográfica da Serra dos Carajás/PA, acima, podemos visualizar a localização da Serra dos Carajás no município de Parauapebas, próxima à divisa com os municípios que integram a região, Marabá, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte.

A descrição das atividades de mineração da Vale no estado do Pará, realizada acima, serve para estimular o pensamento quanto às práticas de exploratórias executadas em área de floresta para a acumulação ampliada de capital, subvertendo o território da floresta em território de exploração/acumulação. O território de Carajás recebe esse nome com destaque para os recursos mineralógicos a serem inseridos na economia global sob a lógica do processo em que se deu pela “intervenção-reconquista” da Amazônia na produção capitalista do espaço.

Como um dos efeitos da atuação do capital privado na exploração de recursos ambientais e sociais o discurso ideológico da sustentabilidade tem ganhado destaque nas últimas décadas. No entanto, esse discurso frequentemente esbarra em contradições quando alinhado à exploração do capital privado, especialmente em setores como a mineração. Faremos a seguir uma breve análise sobre o discurso ideológico da sustentabilidade alinhado às práticas exploratórias da empresa Vale, tomando como referência sua atuação em Carajás e vivência em congresso científico realizado em Parauapebas sobre a temática.

3.3.1. CGBio e as ponderações necessárias de um olhar geográfico

A reflexão construída neste item se baseia na vivência no Congresso de Gestão do Conhecimento e Sociobiodiversidade das Áreas Protegidas de Carajás, o CGBio. O evento foi realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro de 2023 em Parauapebas, com objetivo aparente de estratégia para a conservação da sociobiodiversidade amazônica sob o slogan “Onde os saberes se encontram!”. Evento foi organizado pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), com apoio da Prefeitura de Parauapebas e patrocínio da empresa Vale.

Primeiro aspecto a ser revelado, o evento foi patrocinado financeiramente pela Vale. Os temas ligados à mineração na região giram em torno da ideia “sustentabilidade”. O que seria o termo, se não mais uma ideia a ser produzida e vendida para e pelas as empresas na economia global? A “mineração sustentável” nesse sentido: extrair minerais de maneira que minimize os impactos ambientais e maximize os benefícios sociais.

Portanto, o discurso é contraditório com a realidade, ou seja, esconde a realidade concreta, sendo uma ideologia, o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Somente nos rearranjos para a acumulação ampliada do capital, essa ideologia faz sentido, uma empresa com selo de sustentabilidade.

Segundo aspecto que merece ser discutido é o próprio tema proposto ao evento “Congresso de Gestão do Conhecimento e Sociobiodiversidade das Áreas Protegidas de Carajás”, por si só, já é intrigante. Considerar a Gestão do Conhecimento e da Sociobiodiversidade nas Áreas Protegidas de Carajás envolve uma série de aspectos que contemplam a intersecção entre conservação ambiental, saberes locais, práticas de manejo sustentável e a atuação das comunidades tradicionais. No entanto, essa intersecção é marcada por conflitos de interesse.

A intersecção entre a exploração do capital privado e o discurso da sustentabilidade produz um cenário de promessas de desenvolvimento econômico trazidas pela mineração seja pela dinâmica urbana, seja pelos *royalties* de compensação, o fato é: a quem realmente serve este “desenvolvimento”? Porque a realidade das comunidades locais em Carajás deu-se em declínio. O discurso de sustentabilidade, nesse contexto, torna-se uma ferramenta de legitimação para as práticas exploratórias, criando uma narrativa que situa a exploração econômica como um bem maior, apesar das suas consequências devastadoras.

Assim ocorre na região de Carajás, mesmo dispondo de uma sociobiodiversidade singular, a natureza dos processos de interesses econômicos dos agentes de capital privado e não-privados se sobressaem aos interesses dos povos tradicionais, que circundam majoritariamente às margens dos verdadeiros interesses, revelando os reais interesses hegemônicos. As ações por trás da cortina da sustentabilidade são as práticas “preservacionistas”,

que engendram caminhos que se equilibram entre retirar as riquezas minerais, com a "supressão vegetal" – compensar o desmatamento de uma área com novas áreas verdes ou com projetos sociais para a população local. Além da palavra sustentabilidade, “supressão” foi a mais repetida pelos palestrantes convidados no evento.

Pensando de maneira crítica essa questão, o fato é que a maneira "sustentável" como a empresa Vale se posiciona, imbuída na prática da “supressão”, não reverbera em mudanças substanciais da sua prática de exploração. Os trabalhos técnico-científicos apresentados no congresso pelos pesquisadores pareciam convencidos e convencedores de “como a mineração em Carajás trouxe vantagens exclusivas para a preservação da floresta através da Vale”, essa era ordem das falas dos palestrantes do congresso.

Em outro espaço do evento, de acesso restrito vigiado por seguranças, destinado somente a pessoas autorizadas, aconteciam as reuniões entre os povos indígenas da região e representantes da empresa de mineração, ICMBio e Prefeitura de Parauapebas. Observamos um fato interessante, que a frente deste espaço restrito foi usada para exposição dos trabalhos científicos em torno da temática do evento e uma confusão de sons não permitia que as falas no espaço restrito pudessem ser entendidas do lado de fora.

Apesar da temática do evento trazer o slogan “Onde os saberes se encontram!”, somente os “saberes” que reproduzem a dinâmica do capitalismo estiveram protagonistas no evento. A atuação parceira da Vale com o ICMBio, as pesquisas da UFRJ sobre as práticas de sustentabilidade e “supressão” em Carajás e a produção da associação extrativista do jaborandi para a indústria prevaleceram sobre os saberes sociais locais. Os indígenas presentes no evento – levados em vans e ônibus pela prefeitura - estavam envolvidos na venda de artesanatos, nas pinturas corporais ao público e (poucos) nas reuniões de espaço restrito.

Lembro-me da “Conferência especial: SABERES TRADICIONAIS COMO BASE PARA A SUSTENTABILIDADE”, único momento previsto de fala dos indígenas durante os três dias de programação. Seriam apenas duas horas da programação com líderes indígenas de Carajás, mas, infelizmente, a fala do líder Xikrin foi interrompida pela chegada do governador do estado do Pará e uma comitiva de políticos pré-candidatos na eleição de 2024. A cena foi entristecedora

e de profunda revolta! Os fotógrafos e o público em geral se voltaram para a entrada conturbadora dos políticos no auditório cumprimentando as pessoas em detrimento do silêncio e o Karangré Xikrin não conseguiu continuar com a sua fala. Encerrou dizendo: “Nós Xikrin também importa!”

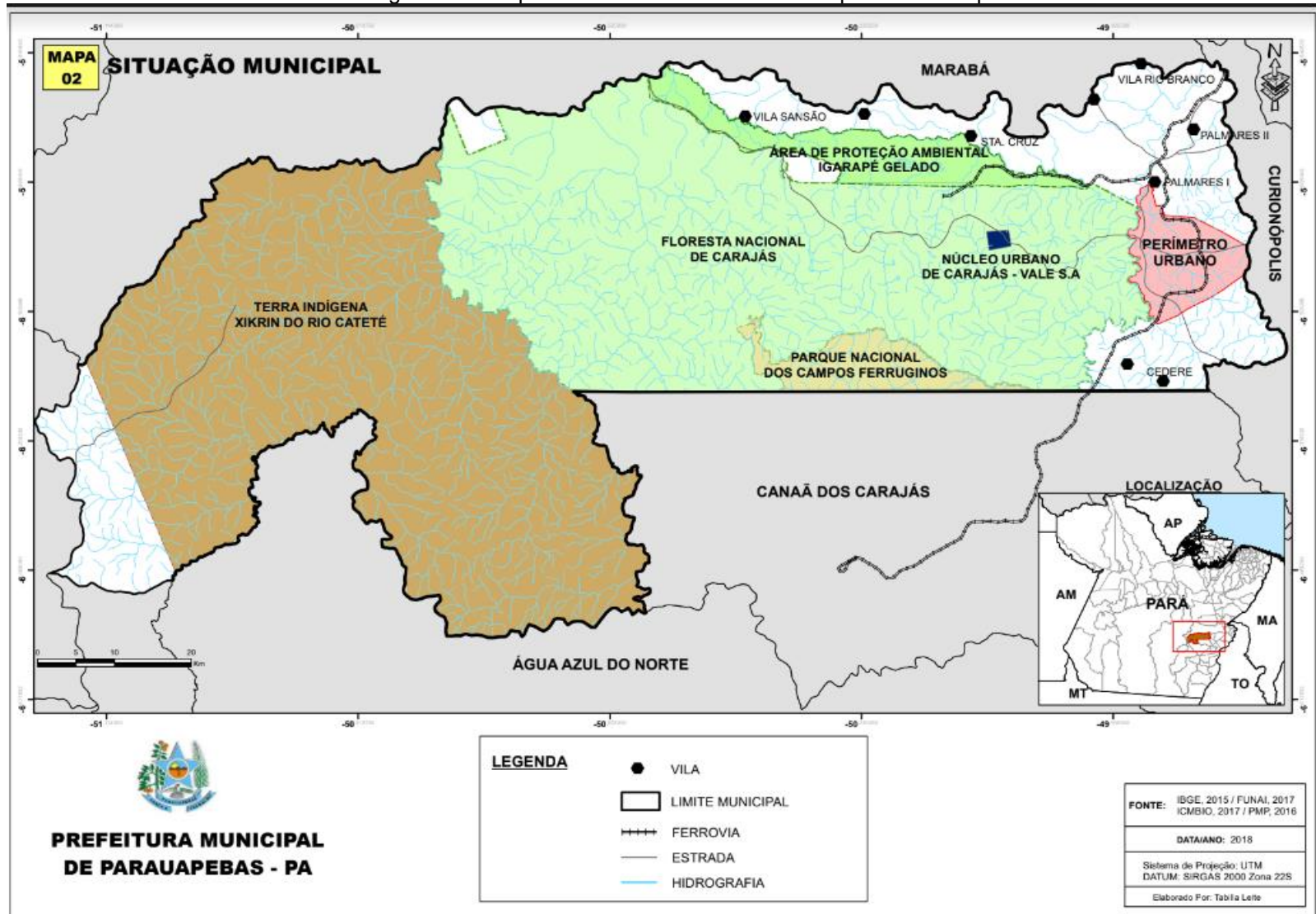
Com o olhar perspicaz que podemos construir através da Geografia foi possível perceber uma participação módica dos povos tradicionais no evento, submetidos, possivelmente, de maneira intencional a uma posição irrelevante, onde na verdade deveriam ter uma participação mais valorizada, visto que o evento, em teoria, envolvia a valorização de saberes tradicionais pela “gestão da sociobiodiversidade”. Seria, talvez, apenas uma mera participação para dissimular um processo inclusivo?

Pode-se afirmar que foi uma participação fictícia, instrumentalizada para os interesses da produção mineral. Nesse momento da história, o neoliberalismo se coloca como ideologia capaz de passar a ideia de que tudo deve estar posto dentro dos limites da acumulação capitalista e nunca fora dela. Ou seja, o neoliberalismo se apresenta como uma ideologia que defende que todas as questões devem se encaixar nos parâmetros da acumulação capitalista, sem jamais sair desse escopo. São questões complexas que merecem mais reflexões sociais, políticas e econômicas. Impossível de ser tratadas em totalidade nessa tese, mas necessárias de serem mencionadas aqui.

As ponderações geográficas sobre CGBio, servem, primeiramente, para evidenciar que o Estado atua em favor da dinâmica privada em áreas estratégicas. Sob a justificativa das especificidades mineralógicas de Carajás, o território de Parauapebas – enquanto cidade, forma do urbano - foi criado o território da mineração e os povos tradicionais tiveram que recuar seu território de vivência e se confinar nas novas terras demarcadas. Assim os “Xikrin de Cateté” foram excluídos para o interior da FLONACA, convivendo ao lado da mineração da Vale.

Os “Xikrin de Cateté” foram diretamente (violentamente) afetados pela mineração. Eles foram deslocados para o interior da FLONACA, onde convivem próximo à mineração da empresa Vale, conforme podemos observar no mapa da figura 38 – Mapa de divisão territorial do município de Parauapebas, adiante. Essa situação evidencia uma perda de autonomia territorial e um impacto em suas tradições e modos de vida.

Figura 38 – Mapa de divisão territorial do município de Parauapebas



Fonte: Plano Diretor de Parauapebas.

O mapa da figura 38 – Mapa de divisão territorial do município de Parauapebas, acima, mostra a diversidade complexa do município “enquanto território de floresta e mineração”. Com a expansão da atividade de mineração e crescimento urbano em Parauapebas, o povo Xikrin teve a demarcação de sua Terra Indígena no extremo interior do município, quando antes, conforme narrado nos documentários, os Xikrin viviam na área que corresponde ao atual perímetro urbano, próxima a Portaria da FLONACA.

A análise do mapa da figura 38 – Mapa de divisão territorial do município de Parauapebas permite identificarmos outros territórios relevantes no município, como a FLONACA (já mencionada), o Parque Nacional dos campos ferruginosos²⁹ e a Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado. Exatamente nas mediações após o núcleo urbano de Carajás, dentro da FLONACA, ocorre a mineração. Portanto, a TI se localiza após o complexo minerador Serra Norte (Carajás) de exploração da empresa Vale.

A análise do modelo de desenvolvimento na lógica capitalista se revela contraditório, violentamente, exploratório e aponta para a importância de compreendermos a urbanização e a mundialização da Amazônia, com foco especial na cidade de Parauapebas. A cidade se caracteriza por um intenso dinamismo econômico, impulsionado principalmente pela mineração, que ocorre em território floresta. Essa realidade levanta questões sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos dessa forma de “desenvolvimento”.

As ponderações realizadas sobre o CGBio, que no final englobam mineração, floresta, capital privado e atuação estatal na região de Carajás, norteiam o pensamento para avançarmos a discussão sobre a urbanização e a mundialização da Amazônia enquanto processo que insere Parauapebas como uma “cidade na floresta” de enclave econômico. A expressão “cidade na floresta” indica uma contradição, destacando como a urbanização e a exploração econômica coexistem em território de floresta na Amazônia.

²⁹ Correspondem a extensa área de concreção ferruginosa, a chamada área de exceção (cerrado) por Ab´Saber em meio à Floresta Amazônica. Atualmente é uma local de interesse da Vale em expandir sua área de exploração. Foi a primeira área identificada a presença da concentração ferrífera na região, entretanto por estratégias logísticas, a CVRD, na década de 1980, optou por iniciar a exploração em torno da Serra Norte. Hoje a Vale já documentou a manifestação de exploração dessa área, em contrapartida, à supressão.

CAPÍTULO 4 A URBANIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: dimensões política, econômica e social

Este capítulo está alicerçado na análise de Parauapebas como parte integral da Amazônia e do Brasil. A análise da dinâmica urbana, econômica e social considera o contexto histórico da construção política da ideia de “fronteira”. Esta ideia foi fundamental para entender a urbanização de Parauapebas e sua interação com processos mais amplos de colonização e desenvolvimento estatal, especialmente durante o período militar, quando as políticas visavam integrar e colonizar a Amazônia.

Desse modo, retornamos a discussão quando o Estado, em resposta aos interesses do capital global, especialmente na exploração mineral, promoveu a ocupação da região, com destaque para os Projetos Grande Carajás e POLOAMAZÔNIA.

A exploração mineral em Carajás iniciada nos anos 1960 resultou, vinte anos depois, em uma intensa urbanização em Parauapebas, consolidando a cidade como um importante polo econômico, com crescimento acelerado associado a uma migração significativa, principalmente de nordestinos. Essa urbanização capitalista atrelou Parauapebas aos circuitos globais de acumulação, evidenciando as desigualdades sociais espacializadas na cidade, fruto da lógica capitalista.

Considerou-se o processo histórico na análise. A Amazônia, ao longo dos séculos, foi integrada à economia global capitalista, influenciada por fatores econômicos e políticos sistêmicos. Hoje, a região desempenha um papel crucial nesse cenário, sendo um importante fornecedor de recursos naturais para exportação, refletindo um padrão de exploração que a classifica como periferia na hierarquia econômica global.

Nesse sentido, a dinâmica Amazônica é marcada por um modelo de "economia de fronteira", que trata o progresso como crescimento econômico ilimitado, baseado na extração de recursos naturais, como evidenciado em áreas como Carajás, no Pará. Hoje, a região é percebida como uma reserva estratégica de recursos naturais, refletindo a contínua transformação do espaço amazônico em função das demandas do capitalismo global.

As dinâmicas intrínsecas ao processo de urbanização de Parauapebas são relacionadas a ideia de "cidade na floresta", para se referir a cidades que emergem dentro do processo de urbanização na região amazônica, fortemente associado à dinâmica do capital. Esse fenômeno vai além de um simples crescimento urbano; trata-se de uma transformação que envolve a imposição de uma lógica capitalista na produção do espaço, orientada não apenas pelo Estado capitalista, mas também por empresas de grande porte, como a Vale S/A, que controla a economia local por meio da exploração mineral.

Desse modo, consideramos na discussão realizada que a dinamicidade de Parauapebas está intimamente ligada a interesses externos, que priorizam a exploração capitalista em detrimento de considerações sociais e ambientais. A relação direta entre o processo de urbanização de Parauapebas e os fluxos econômicos globais evidenciam práticas capitalistas no espaço amazônico. Essa realidade não apenas produz a cidade, mas contribui para um fenômeno de mundialização que afeta seu desenvolvimento.

Por fim, são apresentadas algumas questões importantes que emergem a partir das condições que o processo de urbanização de Parauapebas se articula com o capital explorador (mineração) e com o Estado capitalista. São questões pensadas a partir do contexto ambiental, urbano e econômico da cidade, sobretudo em razão das transformações geradas pela atividade mineradora.

4.1. “Fronteira econômica” no território amazônico: o que o aporte teórico tem a ver com a dinâmica econômica e urbana de Parauapebas?

No movimento do processo histórico, reconhecer Parauapebas como parte integrante da Amazônia e do território brasileiro implica entender a dinâmica urbana, econômica e social dessa cidade a partir de uma base teórica que contemple a totalidade e heterogeneidade dos fenômenos. A construção da ideia de “fronteira” só é viável quando se pode contemplar uma região ou área como parte de um conjunto maior, fundamentando-se nas diferenças que a caracterizam.

As particularidades do lugar são essenciais na compreensão dos fenômenos, porém, isoladamente, não nos permitem entender as dimensões política, econômica e social da urbanização de Parauapebas; somente relacionando-as às generalidades, que apontam as semelhanças e diferenças no território brasileiro, apontam-nos a ampla apreensão.

A base de compreensão para a os processos que se realizam na Amazônia deve situar-se como parte do processo de formação política e econômica do Brasil. A atuação do Estado na região, durante o período militar, tinha como principal foco discursivo a política de integração, desenvolvimento e colonização. A concepção de um novo Brasil e a promoção de uma unidade nacional, vista como solução para os problemas enfrentados pelo país, foram aspectos centrais das ações estatais.

A compreensão da expansão da fronteira amazônica está intrinsicamente ligada à inserção do Brasil no sistema capitalista global no final do século XX, em relação aos interesses do capital industrial e financeiro, mediado pelo Estado (BECKER, 1990). Isso se deve ao fato de que a fronteira exerce influência no espaço global, funcionando como um local de manobras. Sua continuidade como um espaço alternativo é um conceito ideológico que é cuidadosamente cultivado para futuras ações do Estado.

Assim, o Estado estabeleceu, fundamentado em dados empíricos, que a Amazônia representava uma fronteira aberta, destinada a fortalecer a unidade nacional e servir como cenário para as “políticas de integração”. A fronteira amazônica é fruto de um processo histórico, fundamentado na concepção de fronteira e na narrativa colonizadora que buscava estabelecer unidade e homogeneidade.

Ao situar sua tese de “fronteira” na “integração-reconquista” da Amazônia, Oliveira (2009) relembra a natureza cíclica da história, em que eventos históricos muitas vezes seguem padrões semelhantes, mas com diferentes resultados e impactos, citando a famosa frase de Marx “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. A violência está contida na ideia da “fronteira amazônica”, assim como se deu nas práticas de ocupação, “integração” e “reconquista” da Amazônia para a reprodução ampliada do capital.

Na lógica da reprodução capitalista, a ocupação da Amazônia regida pela “intervenção”, orientou-se conforme efeito de períodos históricos distintos na

fronteira. O que parece ser uma novidade na fronteira é, na realidade, uma manifestação complexa da combinação de diferentes tempos históricos em processos sociais que reconfiguram modos antigos de dominação e reprodução ampliada do capital. A exploração de recursos minerais em Carajás como meio de inserção do Brasil na economia mundo demonstra-se como forma da reprodução ampliada do capital.

As condições da produção econômica e social que se verificam na urbanização de Parauapebas se inserem no cenário de países periféricos, contexto da economia urbano-industrial, com o domínio de forças político-militares e depois econômicas, de outros países que já dominavam a grande indústria. Sobre o controle de forças econômicas externas, Ariovaldo Umbelino de Oliveira ratifica a influência do imperialismo norte-americano no Brasil, liderado pelas indústrias do setor de mineração.

A tese de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, sobre a ocupação da Amazônia, apresenta-se no contexto das disputas políticas durante o período militar e examina a postura desse regime em relação ao capital internacional. Sua análise fundamenta-se na divisão internacional do trabalho e no imperialismo. A partir dessa base teórica, o autor investiga, desde a República Velha até os governos militares, como se estabeleceu o imperialismo norte-americano no Brasil, liderado pelas indústrias do setor de mineração. (RABELLO, 2013, p. 213)

A tese de Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre a ocupação da Amazônia, elaborada em 1993, propõe uma análise crítica da forma como a região foi explorada e incorporada ao contexto nacional e internacional. Para isso, ele contextualiza sua discussão no período da ditadura militar no Brasil, que ocorreu de 1964 a 1985, e investiga como esse regime político se relacionou com interesses econômicos externos.

Ao destacar as "disputas políticas do período militar", Oliveira (1993) aponta para a complexidade dos interesses em jogo, tanto internos quanto externos, que influenciaram a ocupação da Amazônia. O regime militar buscou promover a integrações econômica e política da região, vendo-a como um recurso estratégico para o desenvolvimento do país. No entanto, essa dinâmica foi marcada por uma série de conflitos, incluindo questões de direitos das populações indígenas e o impacto ambiental decorrente da exploração dos recursos naturais.

A referência à "Divisão Internacional do Trabalho", o autor realiza uma crítica à forma como a Amazônia foi inserida em um sistema global de produção e comércio, em favor de países mais desenvolvidos. Isso implica que a região foi utilizada como um espaço de extração de recursos para atender à demanda internacional, sem considerar as necessidades locais.

O "Imperialismo" na tese de Oliveira (1993) indica que a ocupação da Amazônia não é entendida apenas como uma questão de desenvolvimento interno, mas como parte de um fenômeno maior de dominação econômica e política por potências estrangeiras. Isso leva a uma reflexão sobre os impactos dessa exploração em longo prazo, tanto para a Amazônia quanto para o Brasil como um todo, considerando as implicações sociais, ambientais e econômicas dessa relação desigual.

Nesse sentido, no cenário da década de 1960, a Amazônia se tornava local de interesse de empresas mineradoras estrangeiras e as forças econômicas dos países industrializados se faziam presentes no Brasil, como a empresa United States Steel – maior siderúrgica do mundo naquela década. A empresa realizava buscas exploratórias pelo território amazônico e, por volta de 1967, identificou a existência das “clareiras de ferro” na região de Carajás e seu potencial econômico para o mercado mundial. Assim, deu-se a possibilidade de inserção do território de Carajás à economia mundial, com as posteriores criações das condições políticas, econômicas e sociais da urbanização de Parauapebas.

A cidade de Parauapebas, integrante da Amazônia oriental, vivenciou uma intensa expansão urbana marcada pela produção capitalista do espaço, fruto de uma urbanização associada às dinâmicas de mineração na “fronteira amazônica”, que articulou diretamente os territórios de extração aos circuitos globais de acumulação. A dinâmica urbana produzida integra a totalidade da urbanização brasileira e a heterogeneidade posta a esta região durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

Sem dúvida, os interesses sobre os minérios da região amazônica chamaram a atenção do capital internacional para explorar a região, mas a possibilidade de aquisição de terras representava o anseio do sistema econômico-político que circunda a Amazônia durante aquele período.

As políticas adotadas na Amazônia para a ocupação e o desenvolvimento conceberam o vazio demográfico, o risco para a segurança nacional, o eldorado, a necessidade de conhecer o território e suas riquezas, produzindo assim uma representação de fronteira e consequente adoção de medidas para efetivar as políticas planejadas para a nova fronteira. Dentro da política planejada, estava o Projeto Grande Carajás para a Amazônia oriental, que incidiu sobre a produção capitalista do espaço urbano de Parauapebas.

O processo de ocupação regional, marcado pelo planejamento governamental e crescente intervenção do Estado na economia e no território, acelerou-se a partir de 1950. Entretanto, a partir dos anos de 1940, já se pode afirmar que a produção (exploração) mineral (e alguns anos depois a agropecuária) se tornara central para a dinâmica da região amazônica, principalmente na parte oriental do Estado do Pará, área que abrange o sudeste do Pará onde está situada Parauapebas.

Esse cenário se acentuou na década de 1950 quando a extração e a transformação industrial de minerais estabeleceram, em vastos segmentos sociais, expectativas de rápida modernização e desenvolvimento de áreas da Amazônia oriental brasileira, estimuladas pela demanda global de mercadorias de origem mineral. Tais convicções fundamentaram o cumprimento de ações estatais para estimular a exploração industrial de minérios na região (MONTEIRO, 2005).

No contexto histórico, político e econômico, a partir de 1960, o Estado brasileiro acelerou o processo de ocupação regional notado pelo planejamento governamental com a execução do moderno aparelho Estatal e sua crescente intervenção na economia e no território, através da instauração de políticas de incentivo ao estabelecimento de grandes empresas mineradoras na Amazônia. A implantação do POLOAMAZÔNIA e as redes técnicas do Projeto Grande Carajás na Amazônia oriental exemplificam essa prática estatal.

O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi uma iniciativa do governo brasileiro durante o período da ditadura militar. Seu principal objetivo era a criação de polos agrícolas regionais que promovessem a fixação da população em áreas de mineração e de interesse estratégico. Com isso, buscava-se estabelecer zonas de integração, facilitar a concentração de capitais e criar novos espaços na lógica capitalista.

Com as novas dinâmicas, acentuou-se a migração que já se efetuava em direção à Amazônia. A população migrante era, predominantemente, de nordestinos que se dirigiam para a Amazônia oriental, movida pela expectativa de trabalho e como alternativa de redução da pressão pela reforma agrária no nordeste do Brasil, transferindo a mesma para o norte e o centro-oeste do Brasil, regiões ainda com "elevada oferta de terras". Assim, era o discurso da propaganda governamental. Também haviam migrantes garimpeiros da própria região, tendo como exemplo principal o grande garimpo de Serra Pelada, que se deslocaram para Parauapebas.

Nesse período, também ocorreu um intenso apoio do Estado para que os minérios lavrados na região possuíssem sua cadeia de produtiva consolidada na Amazônia oriental (MONTEIRO, 2005). Por conseguinte, o Estado brasileiro "buscou" uma integração nacional incorporando a Amazônia ao Brasil com vistas ao crescimento econômico.

É entre 1966-85 que se inicia o planejamento regional efetivo da Amazônia. O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico num projeto geopolítico para a modernidade acelerada da sociedade e território nacionais. (BECKER e STENNER, 2008, p. 23).

Desenvolvido na década de 1980, o Projeto Grande Carajás integrou o planejamento de intervenção nas iniciativas de "Reconquista da Amazônia". Esse projeto, como já discutido no capítulo 3, visou à exploração dos recursos da Amazônia, permitindo que o Estado brasileiro se promovesse na economia global capitalista. Sua implementação resultou na criação de riqueza na região da Amazônia Oriental, mas também acentuou as desigualdades sociais e econômicas.

Com os militares no poder, o quadro de exploração dos recursos naturais na Amazônia mudou significativamente e conforme alguns setores que faziam parte do governo (MONTEIRO, 2005), era necessário ocupar a Amazônia e isto efetuou-se através de políticas de desenvolvimento articuladas com interesses privados de grandes mineradoras. Portanto, as ações do Estado não eram neutras. O mesmo é influenciado pelos interesses de uma classe dominante através de alianças traçadas entre eles para a efetivação das estratégias de controle e poder.

Em Carajás, o Estado produziu através do capital estatal (CVRD), serviços de infraestrutura, como redes técnicas no território, desenvolveu atividades minerais e metalúrgicas, e projetos agroindustriais. Durante a fase de implementação dessa estrutura, ocorreu simultaneamente a produção das condições urbanas, associada à criação de cidades empresariais ligadas aos polos de mineração, como o Núcleo urbano de Carajás e a própria demanda imbricada na dinâmica econômica que se desenvolvia.

Esse conjunto de projetos e políticas de desenvolvimento voltados para a exploração de minério na Amazônia nas últimas décadas fez com que o Estado do Pará ocupasse a 1ª posição da região Norte na produção do PIB, atingindo uma contribuição de 46,2% do PIB nacional. E Parauapebas, de acordo com o IBGE (2021), possui o maior PIB nominal entre as cidades do Pará, com R\$ 49,7 bilhões e o quarto no ranking nacional.

Conjuntamente à concentração de riqueza, advinda da exploração dos recursos mineralógicos, Parauapebas é quarto município do Estado do Pará em quantitativo populacional (IBGE, 2022). Com base na relação da atual dinâmica econômica, social e política, um dos impactos da mineração na cidade de Parauapebas é a expansão urbana capitalista.

As políticas de desenvolvimento e ocupação da região a partir de 1960 demonstraram o interesse do Estado em utilizar as riquezas da Amazônia sob justificativa de recursos capitais para o desenvolvimento, criando a ideia de uma “fronteira econômica” viável a ser explorada. Essencialmente, as dimensões política, econômica e social para esse processo já eram urbanas. A seguir, trazemos um debate sobre a configuração da “floresta urbanizada” para a expansão econômica-capitalista no contexto da urbanização brasileira.

4.1.1. A floresta urbanizada como condição para a expansão econômica-capitalista

A década de 1950 marcou a intensa urbanização no Brasil que modificou padrões sociais e culturais da população do país, independentemente de sua localização geográfica. Na Amazônia não foi diferente. A urbanização na Amazônia ocorreu de maneira não homogênea e vinculada às relações das lógicas de povoamento que marcam tempos-espacos contemporâneos. A

urbanização na Amazônia se revela na forma, mas especialmente em conteúdos urbanos que virtualmente se realizam na vida da sociedade urbana.

Para entendermos o processo de urbanização na Amazônia, temos que relacionar as diversas perspectivas para as várias configurações espaciais e territoriais que coexistem no espaço regional amazônico e sua integração regional na Divisão Territorial (econômica e social) do Trabalho. A inserção da região no mercado capitalista passou por intervenções estatais na área logística e da mineração, que intensificaram sua urbanização, ainda que a partir das pequenas aglomerações, das novas formas socioespaciais de organização dos núcleos populacionais.

O Estado expansionista com os projetos de integração na Amazônia criou condições na área da logística e da mineração, que intensificaram a urbanização e possibilitou a inserção da região no mercado capitalista. As dinâmicas econômicas de ocupação e logística em Carajás configuraram a inserção econômica do Brasil na economia global, ainda que como exportador pela exploração de recursos minerais.

A urbanização espalhou-se pelo território brasileiro ao passo que a acumulação continuada advinha de condições socioespaciais essenciais oriundas das relações de produção e forças produtivas capitalistas. Contextualizando, o processo da reprodução do espaço dentro da dinâmica da acumulação capitalista e a relação com o papel do Estado foram fundamentais para as estratégias de avanço do espaço capitalista no país. Segundo Santos (2013),

A partir da década de 1950, o Estado, ao urbanizar o território, criava as condições de investimento do excedente de forma imediata ou antes mesmo, muitas vezes, que eles pudessem ter sido gerados, atuando em favor, simultaneamente, da acumulação presente e futura. A produção de infraestruturas territoriais, a produção e oferta de insumos produtivos a preços abaixo dos de mercado, a expansão da oferta de força de trabalho, a elaboração de um efetivo de demanda que crescia sempre à frente da oferta, os incentivos fiscais, a eliminação de nós de estrangulamento e a valorização imobiliária apareciam como condições da valorização num regime dependente da criação *full time* de economias externas. Tudo isso, contudo, tinha como pressuposto e resultado, num primeiro momento, a produção do espaço urbano a partir de uma dinâmica tipicamente expansionista. Efetivamente, até os anos 1980, o Estado produziu o urbano como condição da acumulação de capital em território brasileiro. (SANTOS, 2013, p.2)

O autor destaca as estratégias de atuação estatal na configuração do espaço urbano brasileiro, destacando como essa intervenção foi direcionada para produzir um espaço propício à acumulação de capital e ao crescimento econômico, refletindo uma dinâmica de desenvolvimento que estava intimamente ligada à expansão das cidades e à interdependência com economias externas.

A urbanização se estende para além da metrópole – primeiras compreensões – que adentra virtualmente os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais e consequentemente retrata a forma socioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações.

Na Amazônia essa urbanização se encontra relacionada a processos exógenos à própria região, devendo ser compreendida em associação aos novos nexos de modernização do território, orientados pelos planos de Estado. Esses nexos ordenaram transformações territoriais relacionadas à difusão de um dado modo urbano de vida e, mais do que isso, uma produção do espaço, necessária para a mineração.

A urbanização exprimiou espaços dinâmicos economicamente em meio a floresta amazônica como derramamento dessa em espaços mais amplos de nível regional e territorial, revelando-se para além das tradicionais aglomerações urbanas mais concentradas (metrópole) e atingindo outros espaços até então diminutamente notado pelo estabelecimento do modo de produção urbano.

Ainda que seja a metrópole o espaço por excelência de materialização da sociedade urbana, esse processo, referente ao modo de vida urbano que nasce da industrialização e de seus valores, não se confina apenas a essa forma espacial. Ganha relevância e se manifesta como conteúdo também em formas urbanas não metropolitanas, bem como em outros espaços tidos inicialmente como não urbanos. (TRINDADE JR., 2015, p. 95)

Portanto, pode-se falar que a urbanização no Brasil transborda não apenas nas regiões circunvizinhas da metrópole, mas também sobre as periferias mais distantes no território, como a fronteira agromineral na Amazônia. Em Carajás, novas ocupações do espaço e novas formas de povoamento se efetivaram, como a *company town* para os funcionários da CVRD e outras

empresas e as ocupações espontâneas dos migrantes (força de trabalho) para o garimpo, comércio e serviços na região.

Estes espaços, como em Carajás, que se configuraram do transbordamento urbano, receberam intensos níveis populacionais e novos conteúdos urbanos, demandados, fortemente, às necessidades de modernização do território e às inéditas questões econômicas dominadas de conteúdos urbanos. A migração populacional, direcionada ou não pelos governos da época, estavam veementemente imbuídas de expectativas urbanas, no sentido de melhores condições de vida oriunda das oportunidades de trabalho.

A urbanização de Parauapebas pela e para a mineração tornou-se uma realidade concreta devido às ações de um Estado desenvolvimentista que corroborou para essa forma de expansão em nível regional e no território nacional, como um movimento exclusivo para a acumulação de capital, no contexto do território, no interior do qual o urbano se tornou condição de realização desse mesmo processo de acumulação.

Nesse sentido, ao pensarmos a relação da urbanização com a modernização na Amazônia, cabe a proposição teórica de Becker (1990) da “fronteira urbana” como parte da fronteira econômica. Segunda a autora, os recentes conteúdos socioespaciais definiram a lógica territorial no espaço amazônico, a partir de ações determinantes do Estado que promoveram, juntamente com a expansão da fronteira econômica, um fluxo migratório urbano voltado para o trabalho. À medida que a cidade recebia os migrantes, ela se expandia e novos núcleos populacionais espalhavam-se; igualmente, ocorria a propagação de valores urbanos e de formas novas e renovadas de reprodução de capital e controle social.

Para Becker (1990) o processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX se interrelaciona à acentuada mobilidade da força de trabalho, tanto justificado pela expropriação e contrariedade de acesso à terra, como também pela migração, entendida como condição de povoamento e de formação da força de trabalho para as novas relações que se constituíam em nível regional. Ou seja, a expansão da fronteira ocorre dentro de um contexto urbano, que envolve a estruturação do mercado de trabalho regional e a ocupação do espaço territorial.

Esse movimento deu-se fortemente na escala regional em Carajás. O garimpo em Serra Pelada já vivenciava uma crise social marcada pela violência comandada pelo major Curió e pelo esgotamento do ouro. A voracidade das relações de exploração em Serra Pelada recaiu no fluxo migratório para a nova área de atuação do Estado voltada para a mineração, que era Parauapebas. Concomitantemente, nordestinos, em maioria maranhenses, deslocavam-se para Parauapebas, povoando e organizando as atividades de comércio e serviços na crescente ocupação, e juntavam-se ao fluxo de garimpeiros ao longo da PA-160.

Enquanto, a migração regional se intensificava, a *company town* era instalada pela CVRD no alto da Serra de Carajás e outras migrações se realizavam com a vinda de trabalhadores especializados para a empresa de mineração. O fluxo migratório direcionava-se para atividades econômicas com novos aspectos urbanos. Assim, as condições da urbanização se consolidavam e rapidamente a cidade de Parauapebas se expandia.

A criação de núcleos urbanos, para Becker (1990), desempenha um papel essencial na organização do território, servindo como base para a mobilidade da força de trabalho, do capital e da informação. O núcleo urbano atua como um mediador da ação político-ideológica do Estado e, de forma restrita, também exerce uma função geradora na região.

Portanto, a expansão da fronteira econômica se deu, inicialmente, no interior do contexto urbano, pois o fluxo migratório se voltava para atividades econômicas com novos conteúdos urbanos. No centro dessa dinâmica, podemos afirmar que o urbano, enquanto conteúdo socioespacial, transfigurou-se numa estratégia de ocupação do território e sob determinada lógica de reprodução econômica e social, e por conseguinte, em um complexo movimento de organização do espaço.

Na Amazônia oriental, região em que Parauapebas se localiza, a fronteira já nasceu urbana. O embasamento para essa afirmação é que o urbano se realiza, não apenas na reprodução da cidade enquanto forma, mas associado à expansão de atividades econômicas e servindo de base para elas, enquanto conteúdo de uma sociedade capitalista.

A urbanização na região de Carajás se amplia cada vez mais, integrando pontualmente os espaços regionais às redes globais com relação aproximada

entre urbanização e mineração. Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Ourilândia do Norte e Marabá compõe estes espaços (cidades) de integração, urbanização e mineração, às redes globais pela dinâmica econômica e política de exploração dos recursos mineralógicos.

Os projetos de mineração criaram conexões diretas entre os locais de extração mineral e o sistema financeiro mundial, de tal forma que o local e o global, tornaram-se dialeticamente interligados pela circulação e acumulação de capital. Estas dinâmicas, no interior das cidades da região de Carajás, estão na base do processo de urbanização, não apenas na esfera mais ampla das relações político-econômicas, mas também em termos da produção do espaço na lógica capitalista.

Parauapebas, a exemplo da malha urbana que se reforçou nas décadas de 1960, 1970, 1980, advém da criação, instalação, implantação e dinamização de diversas ações e instituições de capital estatal e privado que convergiram politicamente para a região de Carajás. As ações políticas atraíram grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivaram projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, concomitante ao processo de produção controlada do espaço por meio do fluxo migratório para o trabalho e da política de colonização.

Desse modo, considera-se que os fatores que atualmente conectam a Amazônia à economia global capitalista estão intimamente relacionados à sua trajetória de ocupação e às transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas. Isso se deve, em grande parte, à dinâmica agroindustrial que envolve a região. Esse aspecto é determinante porque as iniciativas do Estado na Amazônia se manifestam principalmente através da construção de infraestruturas de transporte e comunicação que desempenharam um papel crucial na penetração e ocupação da área, inserindo a Amazônia na economia-mundo.

4.2. As facetas da Amazônia na economia-mundo

A Amazônia foi incorporada ao longo dos séculos na dinâmica da economia global capitalista. Esse processo foi moldado por determinantes

econômicos e políticos de caráter sistêmico. Nos dias de hoje, considerando os avanços tecnológicos e os interesses econômicos em nível global, além de iniciativas políticas e econômicas em âmbito nacional, a região apresenta, sem dúvidas, uma relevância singular nessa economia global.

As múltiplas dimensões da Amazônia na economia global devem ser compreendidas como distintas fases econômicas ao longo da história de sua ocupação e integração regional, assim como a inserção do Brasil na economia mundial. Um aspecto constante dessa participação da Amazônia na economia global é a sua função como produtora para exportação a partir de exploração de recursos naturais.

Nesse sentido, a Amazônia, assim como o restante do Brasil, é moldada por padrões que permeiam seu processo de ocupação pela lógica da exploração. Essas áreas podem ser vistas como periferias da economia global capitalista, no sentido de sua contribuição na hierarquização das economias globais. O padrão de ocupação do espaço amazônico apresenta redes de conexão externa, formadas por rotas de circulação e seus pontos centrais, que garantem a produção e sua aglomeração voltada para exportação.

Desde o início da colonização até os dias atuais, prevalece um padrão econômico orientado para a exportação, que tem sido a principal força motriz na ocupação das regiões. Nesse contexto, Becker (2001) afirma a emergência de um paradigma de relação entre sociedade e natureza chamado de “economia de fronteira”, no qual o progresso é interpretado como um crescimento econômico ilimitado e uma prosperidade incessante, baseado na exploração de recursos naturais considerados igualmente inesgotáveis.

O progresso imposto sobre a Amazônia, interpretado erroneamente como crescimento econômico ilimitado e uma prosperidade incessante, pode ser exemplificado na exploração de recursos naturais em regiões como Carajás, em Parauapebas, no estado do Pará. Essa localidade é um dos maiores depósitos de minério de ferro do mundo e sua exploração representa como a busca por “desenvolvimento” pode levar à extração intensiva de recursos naturais.

A lógica que permeia essa interpretação de progresso sustenta de forma imediata a acumulação de riqueza como sinônimo de avanço social e econômico. Entretanto, essa visão ignora as limitações dos recursos naturais e as consequências ambientais e sociais dessa exploração. Em Carajás, a força do

capital para a exploração transformou a dinâmica social, econômica e produziu o espaço urbano para atender a ordem da acumulação.

No que diz respeito à Amazônia, a sua ocupação ocorreu em episódios intensos de exploração, impulsionados pela valorização temporária de produtos no mercado internacional, seguidos de prolongados períodos de estagnação. Historicamente, a região amazônica permaneceu longamente marcada pela economia extrativista. Nesse sentido, o autor Lins (2013) comenta sobre a frágil inserção da região na economia globalizada,

Sugere-se um persistente caráter de exterioridade de grande parte da Amazônia à economia-mundo europeia. Mas, de um modo geral, os produtos florestais e seus espaços de extração nunca estiveram de fato inseridos, até o final do século XIX, nas malhas de cadeias mercantis que interligassem diferentes tipos de agentes em distintas localizações, sob o “comando”, numa trama de vínculos que evidenciassem divisão do trabalho em grande escala, de acontecimentos no nível do mercado mundial com reflexos intensos nas áreas de produção. (LINS, 2013, p.8)

O autor sugere que a Amazônia, por um longo período, teve um papel secundário e marginal dentro da economia global europeia. A ideia de “caráter de exterioridade” indica que a região foi tratada como um espaço distante e separado das dinâmicas econômicas dominantes, com suas riquezas florestais (como madeira, “drogas do sertão”, borracha, entre outros) não sendo plenamente integradas às redes comerciais globais.

Até o final do século XIX, os produtos florestais da Amazônia e os locais onde eram extraídos não faziam parte de uma rede complexa de comércio que conectasse diferentes agentes econômicos em várias regiões. Isso implica que havia uma falta de articulação e organização nas cadeias produtivas que envolvessem trabalho em grande escala e que refletissem as mudanças nas demandas do mercado mundial.

A articulação e a organização espacial só ocorreram na segunda metade do século XX, quando a Amazônia foi objeto de importantes intervenções protagonizadas, em primeiro lugar, pelo Estado brasileiro através da implementação das redes técnicas (rodovias, energia e telecomunicações) no território.

Após o Plano de Metas de 1950, que visava a integração regional, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, implementado na década de 1970,

direcionou a atuação do Governo Federal na região por meio do POLAMAZÔNIA. Ao longo de seu período de funcionamento, apenas um pouco menos da metade dos recursos disponíveis foi alocada no Pará, refletindo uma forte conexão com uma das iniciativas do Governo Federal que teve grande impacto na Amazônia: o Programa Grande Carajás, que se tornou um símbolo do envolvimento dessa região na economia global capitalista.

Exemplificando algumas das estratégias do Estado brasileiro no planejamento regional efetivo da região, a autora Becker (2001) comenta que

Procurando reduzir a despesa pública, aumentar rapidamente as exportações e desenvolver tecnologia, o planejamento passou a concentrar recursos em poucas e grandes áreas selecionadas e também a ampliar a ação militar entendida como necessária à solução dos conflitos, como foi o caso, respectivamente, do Programa Grande Carajás (PGC) (1980) e do Projeto Calha Norte (PCN) (1985), último grande projeto dessa fase. (BECKER, 2001, p.139)

A autora analisa uma estratégia de planejamento econômico e militar, enfatizando a ação do governo em direcionar recursos públicos para setores considerados prioritários. Para isso, o planejamento passou a se concentrar em algumas áreas específicas, que contribuíssem com as exportações. Os exemplos citados, como o Programa Grande Carajás (PGC) e o Projeto Calha Norte (PCN), ilustram essa abordagem de concentração de recursos, revelando como as políticas públicas estavam interligadas às necessidades de desenvolvimento e controle territorial.

Becker (1988) examina o PGC através dos resultados de ações sistemáticas de prospecção de minérios na Amazônia durante a década de 1960. Conforme a autora, essa iniciativa foi realizada em colaboração entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e as empresas multinacionais Union Carbide e United States Steel (USS). As prospecções conjuntas do DNPM e das multinacionais levaram à exploração dos recursos mineralógicos utilizados na indústria, especialmente na Serra de Carajás, não muito distante das intersecções das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica.

O Programa Grande Carajás, lançado em 1980, com a aprovação do Governo Federal, pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), teve inicialmente, a exploração de ferro, dentro do Projeto Ferro Carajás, como uma parceria entre a CVRD e a USS. Posteriormente a CVRD adquiriu a participação

da USS, assumindo a gestão exclusiva do projeto. Conforme discutimos no capítulo anterior, o processo de criação de Carajás foi bastante complexo, assim como a urbanização em Parauapebas.

O referido projeto industrial, fundamentado na extração dos recursos mineralógicos, apresenta uma configuração espacial singular, que abarca uma ampla escala espacial, marcado por um isolamento e desconexão com as dinâmicas locais, interligação com economias globais e a construção de ferrovias voltadas para a exportação da produção, além da coexistência de núcleos emergentes ao lado do núcleo planejado, refletindo a segmentação da força de trabalho.

O protagonismo da CVRD na apropriação do espaço amazônico foi continuado pela empresa Vale, possibilitando a reprodução da capital privado. O território que a empresa ocupa em Carajás, em meio a floresta, abriga além das minas, o núcleo de Carajás. A gestão do território envolve vigilância e controle, sendo executada de maneira quase autônoma pela empresa. Neste lugar (núcleo urbano de Carajás), possivelmente mais do que em qualquer outra parte dessa vasta região, a Amazônia revela-se completamente integrada à economia global capitalista.

De qualquer forma, esse extenso e intenso processo se traduz em um aumento significativo da urbanização, com um crescimento mais acelerado nas últimas décadas. Isso justifica a afirmação de Becker (1990), de que a floresta Amazônica é considerada uma floresta urbanizada. Nesse contexto, novas cidades surgiram e as que já existiam, principalmente as de pequeno e médio portes, passaram por um processo de expansão, acompanhadas por fluxos migratórios. A autora sugere que há uma transformação do socioespacial pela intensificação do conteúdo urbano, dinamizando a urbanização pela Amazônia.

O papel da Amazônia na economia global capitalista passou por uma transformação significativa atualmente, resultando em uma valorização estratégica que apresenta duas dimensões: a preservação da vida humana e a exploração do capital natural, especialmente no que se refere às florestas, à megabiodiversidade e aos recursos hídricos. O interesse e as ações do capital concentrado, assim como das estruturas estatais aliadas, estão fortemente voltados para esses recursos, com ênfase especial na vasta riqueza em biodiversidade da região.

Sua extensão, que deve ser encarada em conjunto com a Amazônia sul-americana, constitui incrível patrimônio de terras e de capital natural, sua posição geográfica é estratégica entre os grandes blocos regionais, e a biodiversidade é base da fronteira da ciência na biotecnologia e biologia molecular. Configura-se, então, uma forte disputa entre as potências pelo controle do capital natural da região, ao mesmo tempo em que movimentos sociais pressionam por sua preservação. (BECKER, 2001, p. 143)

A Amazônia se destaca como a principal reserva de recursos naturais do mundo, abrigando a maior diversidade biológica em uma escala global. No contexto tecnoprodutivo atual, essa condição torna a região, segundo Becker (2006), uma verdadeira “fronteira do capital natural em âmbito global”. A expressão “fronteira do capital natural em nível global” sugere que a Amazônia é vista como um local estratégico para a exploração e a utilização de recursos naturais, especialmente em um contexto de crescente demanda global de exploração por esses recursos.

Essa é a questão importante. Trata-se de uma reinvenção impulsionada pela própria dinâmica do capitalismo, que transforma a Amazônia em uma nova mercadoria. Dessa forma, surgem novas maneiras de exploração, que podem ser extrativistas, como a extração dos recursos da floresta, ou relacionadas à mineração de recursos minerais, ou ainda ao aproveitamento do conhecimento biológico da região. Assim, o saber local e o conhecimento tradicional passam a integrar o discurso sobre capital natural, buscando inserir a Amazônia na economia global. Contudo, essa mudança não altera sua condição de produtora voltada para a exportação. O conhecimento e a sabedoria locais também são explorados para esse fim, especialmente por meio da tecnologia e da biotecnologia.

Diante da reflexão, podemos inferir que na lógica de reprodução do sistema capitalista, a formação e ocupação da Amazônia orientaram-se conforme o impacto dos períodos históricos de transformação da economia mundo capitalista que, embora motivados pela mesma finalidade, tiveram marcas diferentes em termos de avanço na Ciência, Tecnologia e Inovação no território amazônico (BECKER e STENNER, 2008).

A produção do espaço na Amazônia tem seguido a ideia de progresso, entendido como crescimento econômico e prosperidade, baseados na exploração de terra e recursos naturais percebidos ilusoriamente como infinitos.

Nessa perspectiva, criou-se um espaço periférico na economia-mundo capitalista, fundamentado na relação sociedade-natureza denominado “economia de fronteira”.

Os autores Becker e Stenner (2008, p. 11) destacam que a economia de fronteira na Amazônia possui uma contradição territorial constante: “a fronteira móvel, isto é, o deslocamento contínuo do povoamento e da produção do espaço” conforme novas possibilidades de exploração de terras e recursos naturais são viabilizadas, novas fronteiras são estimuladas.

A dinâmica da economia de fronteira na Amazônia se destaca pela contradição intrínseca relacionada ao seu próprio espaço territorial. A expressão “fronteira móvel” refere-se ao movimento constante de povoamento e produção que acompanha o avanço das atividades econômicas na região. Isso implica que, à medida que novas áreas se tornam acessíveis para exploração de terras e recursos naturais, há um deslocamento das populações e das atividades produtivas para essas novas localidades.

Considerando que a “fronteira móvel” ilustra a complexidade da economia amazônica, os autores, Becker e Stenner (2008, p. 11) afirmam que “é a partir da valorização de recursos de seu imenso potencial natural que se inserem a apropriação e o povoamento na Amazônia”. Deste modo, o rebatimento das práticas econômicas exploratórias sobre o espaço urbano, condicionou o avanço da economia mundo capitalista na Amazônia. Sob essa condição há um rápido crescimento urbano com rupturas do cotidiano culturalmente estabelecido para um outro cotidiano inserido na lógica dominante da produção.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano de Parauapebas se consolidou através da migração da população e das atividades produtivas da mineração e outras para a mineração. Parauapebas teve um rápido crescimento urbano que se configurou com rupturas do cotidiano estabelecido para um outro cotidiano na lógica da “cidade na floresta”, conforme o processo é analisado pelo autor Trindade Jr.

4.3. As “cidades na floresta”: reinterpretações de Parauapebas como espaço produzido para e pelo capital.

Construir reflexões sobre Parauapebas como uma “cidade na floresta” necessariamente exige a compreensão a partir da produção do espaço urbano para e pelo capital conduzindo um processo de urbanização. A urbanização da cidade de Parauapebas abarca os processos econômicos e sociais que moldaram essa dinâmica, especialmente sob a influência do grande capital (estatal e privado).

Dentre os municípios paraenses, atualmente, Parauapebas se destaca com o maior PIB de R\$ 49,7 bilhões, representando 18,9% do PIB estadual, seguido por Canaã dos Carajás e Belém. Juntos, os municípios analisados concentraram 59,5% do PIB do Pará e 34,5% da população do estado. O crescimento de 35% na indústria de mineração em 2021 foi impulsionado pela valorização do minério de ferro no mercado global (Fapespa, 2021) e ainda de acordo com a Fundação de Pesquisa, outros setores importantes para a economia local incluem os serviços profissionais, a administração pública, o transporte e o comércio.

A dinâmica urbana vivenciada em Parauapebas está fortemente relacionada às políticas econômicas da região, com a exploração mineral sendo o principal motor da migração e da acumulação de capital. Apesar do aumento das atividades de comércio e serviços, a mineração continua a dominar a economia local e a insere em nexos globais pela exploração e exportação de recursos minerais.

Considerando a dinâmica das relações urbanas em diversas escalas e dos conteúdos socioespaciais que se fazem presentes em Parauapebas, o autor Trindade Jr. (2021) nomeia as cidades surgidas no interior da Amazônia, e no caso na região sudeste do Pará, pela dinâmica de produção de um espaço modernizado como “cidades na floresta”.

Criadas ou transformadas para esses fins, essas cidades contribuem para a urbanização do território na Amazônia, proporcionando uma estrutura urbana relativamente moderna e, na maioria das vezes, altamente conectada aos circuitos globais de produção e de informação. (TRINDADE JR., 2021, p. 316)

O autor aborda o papel das cidades na Amazônia em relação à urbanização da região, destacando a importância dessas cidades amazônicas na inserção da região no contexto global. Ele menciona que essas cidades, criadas recentemente ou transformadas para atender a novas demandas de mercado, desempenham um papel significativo na urbanização do território amazônico.

Além disso, a expressão "estrutura urbana relativamente moderna" sugere que essas cidades possuem características e infraestruturas que as tornam mais desenvolvidas em comparação a outras áreas do entorno. O termo "altamente conectada aos circuitos globais de produção e de informação" indica que essas cidades estão integradas a redes econômicas e de comunicação que vão além das fronteiras locais, possibilitando o acesso a informações e mercados globais.

A reflexão nos possibilita pensar no quanto Parauapebas tem sua origem imbricada à construção do Projeto Grande Carajás e influenciada por ele para a exploração dos recursos mineralógicos demandados pelo mercado mundial. Com isso e para isso se produziu a malha programada, que representava o advento da técnica no espaço com a rede de telecomunicação, satélite, aeroportos, portos, hidroelétricas e estradas e significou, conseqüentemente, um cotidiano programado dentro da lógica capitalista global.

Podemos entender Parauapebas como um lugar com vários caminhos para o mundo, lugar onde a essência dos processos externos aparece como delineamentos diversos e inovadores, contraditoriamente, e como lugar de demonstração da complexidade que envolve o local e o global na exploração dos recursos geológicos, como o ferro, para o mercado global.

As "cidades na floresta" são formações urbanas recentes, que caminham junto com a propagação de atividades econômicas modernas no interior da região e que, por consequência, estabelecem um rompimento mais intenso com o passado tradicionalmente regional. Por diversas vezes estas cidades se colocam sob o comando de uma ou mais empresas de forte relevância para a vida local.

Assim como Parauapebas, cidade de 36 anos, que ao produzir um o espaço modernizado, mesmo que pontualmente, no interior da floresta, representa a dinâmica de uma "cidade na floresta" constituindo um cotidiano

programado para a reprodução do capital sob grande influência da empresa Vale S/A. Apesar de ser relativamente nova, a cidade de Parauapebas vivencia a lógica capitalista da produção do espaço. A cidade se insere no espaço regional estruturado de maneira a favorecer a "reprodução do capital".

A influência da empresa Vale S/A, uma das maiores mineradoras do mundo, é central para essa dinâmica. A presença da Vale rege a economia local intimamente ligada à exploração mineral, proporcionando impactos significativos quanto à influência do capital e das grandes empresas na produção do espaço urbano de Parauapebas.

As "cidades na floresta", como Parauapebas, podem ser entendidas como cidades que surgiram através de uma dinâmica econômica durante as frentes de ocupação da Amazônia seja pela exploração mineral seja pela produção e exportação de produtos agrícolas. Estas cidades estão vinculadas essencialmente à lógica capitalista mundial.

Diferem, portanto, das "cidades da floresta" que, segundo Becker (1990) possuem uma vida tradicional ribeirinha com um conteúdo socioespacial que apresenta fortes elementos do mundo rural e da floresta, ainda que o urbano se faça presente em muitas realidades, pois estas cidades não estão alheias ao mundo globalizado. Nestas cidades, o que prevalece são os estreitos vínculos regionais e locais com a vida da floresta, enquanto que naquelas cidades, são os vínculos externos que se fortalecem a partir de sua inserção nos grandes circuitos globais de produção.

Quanto a essa reflexão para entender a dinâmica que se realiza nas cidades amazônicas, Trindade Jr. (2021, p. 321) escreveu "Cidades *da* floresta e cidades *na* floresta são apenas tipos ideais, são abstrações. As primeiras, são resíduos de uma vida urbana do passado e que estão em mutação; as segundas, são pontuais e inserem espaços específicos". Entendemos esses espaços específicos, por aqueles que possuem particularidades que contribuem em potencial para a acumulação capitalista e estabelecimento de nexos globais, como em Parauapebas e região sudeste paraense com a presença de recursos minerais.

As particularidades do lugar, com a presença de riquezas exploradas não apenas favorecem a acumulação de capital, mas também estabelecem interconexões que refletem as dinâmicas da globalização econômica. A

mineração em Parauapebas cria uma teia de interconexões que se alinham com as dinâmicas mais amplas da globalização econômica, que demandam recursos minerais sob o discurso da “sustentabilidade”. A teia de interconexões se dá materializada no território (redes técnicas) e também de forma virtual.

Em Parauapebas, assim como em outras “cidades na floresta”, há uma certa sujeição ao gerenciamento estabelecido por empresas e empreendedores interessados na exploração econômica regional. Nestas cidades, onde encontram-se localmente instaladas empresas de exploração mineral, como a Vale em Parauapebas, observa-se um ritmo intenso muito mais relacionado ao mundo globalizado, que propriamente com os espaços locais, “a estes proporcionando pouco ou mesmo nenhum retorno econômico; ao mesmo tempo em que tais espaços passam a arcar com os impactos provocados pelas atividades econômicas nelas ou no seu entorno instaladas.” (TRINDADE JR., 2021, p.317).

A Amazônia se insere em nexos globais e reafirma a sua condição de servir aos grandes investimentos de capitais no interior da região através da exploração de seus recursos naturais. Cidades como Parauapebas surgiram e cresceram para responder à dinâmica da produção do entorno direcionada para as demandas e circuitos econômicos do capital em nível nacional e internacional.

Nesse sentido, há uma interdependência entre a Amazônia e os fluxos econômicos globais, onde embora a região seja rica em potencial cultural e ambiental, ela é moldada (reproduzida) por interesses externos que priorizam a exploração econômica em detrimento de questões sociais e ambientais.

Cidades como Parauapebas, com específica riqueza, surge como resultado dessa dinâmica, servindo como centro de extração e produção que alimentam as necessidades do capitalismo em escalas maiores. Isso implica que o crescimento da cidade está diretamente ligado não apenas às suas condições locais, mas também à lógica do sistema econômico global, que procura maximizar lucros e otimizar cadeias produtivas.

Esta dinâmica coloca em risco a conservação e a preservação dos recursos naturais locais, que são considerados principalmente como mercadorias a serem exploradas sob a lógica capitalista. Nesse caminho, Parauapebas é afetada por processos de transformação urbana que não apenas reproduzem o espaço da cidade, mas também a conectam às tendências

globais, refletindo um fenômeno de mundialização que influencia a forma como a cidade se desenvolve e o conteúdo que orienta o processo.

4.4. Diálogo para o futuro: Parauapebas enquanto território de floresta e de mineração

Situar a análise da dinâmica urbana de Parauapebas enquanto território de floresta e de mineração envolve uma complexidade de aspectos que interligam o urbano e a atividade de mineração na exploração dos recursos geológicos. A cidade não apenas enfrenta os desafios comuns de um ambiente urbano, mas também lida com as consequências e complexidades que vêm da exploração mineral.

Posterior à política estatal dos anos de 1960 a 1980, deu-se ampliação da reprodução capitalista na Amazônia e a empresa Vale dominou o território da floresta e da mineração, dialeticamente. A empresa explora as riquezas da região e “cuida” e fiscaliza em parceria com o ICMBio.

O fato é que a mineração se apresenta como principal atividade econômica que moldou não apenas a economia local, mas também o crescimento populacional e a infraestrutura da cidade. Isto porque a cidade vivenciou um rápido crescimento populacional devido à migração de pessoas em busca de empregos nas minas e nas atividades relacionadas. Esse fluxo migratório resultou em um aumento populacional que, segundo dados do IBGE (2022), ultrapassou os 260 mil habitantes (267.836 pessoas).

O crescimento acelerado trouxe demandas, especialmente na infraestrutura urbana. A relação entre infraestrutura e urbanização é condicionada pelas ações estatais (presença e ausência) na reprodução da desigualdade social na cidade. Os aspectos sociais da cidade mostram uma complexa realidade, onde convivem tanto a riqueza gerada pela exploração mineral quanto a pobreza. A ação do capital privado na produção da expansão urbana é regida pelas condições proporcionadas pelo Estado.

A urbanização capitalista depende das condições estabelecidas pelo Estado. Assim, as políticas e intervenções podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento urbano, afetando diretamente a distribuição de riqueza e as condições de vida dos habitantes. Em suma, a relação entre infraestrutura,

urbanização e desigualdade social é profundamente influenciada pelas decisões e políticas estatais, que produzem o acesso e a qualidade dos serviços e recursos disponíveis para a população.

Nesse sentido, o pensamento acima, traz à tona as modificações urbanas vivenciadas, atualmente, na cidade de Parauapebas pelas obras do PROSAP. O programa sob a égide na melhoria da infraestrutura de saneamento e na promoção de condições de vida adequadas, tem o potencial de transformar a dinâmica urbana da cidade. A questão é, para quem de fato são as obras propostas? Porque reproduzir a lógica da acumulação ampliada na produção espaço urbano pode intensificar a desigualdade social.

As mudanças na infraestrutura na ordem capitalista beneficiam mais os grupos que já são privilegiados, ao mesmo tempo em que marginalizam aqueles que estão em situação de vulnerabilidade, que já residem no lugar em condições precárias. Portanto, mesmo com o objetivo de melhorar as condições de vida, existe uma preocupação de que os benefícios dessas intervenções possam ser realmente para a população que necessita.

A valorização das áreas urbanas com obras de infraestrutura para dinamizar o mercado imobiliário gera, contraditoriamente, a precariedade de condição de vida da população que ali residia anteriormente à reprodução ampliada do capital pela urbanização. Pois essa população não consegue mais residir no mesmo lugar devido à valorização dos serviços urbanos naquele local.

Há uma contradição nas práticas de valorização urbanística e suas consequências sociais, pois a melhoria das áreas urbanas através de investimentos em infraestrutura, embora tenha o objetivo construir obras de saneamento básico, também contribuem para estimular o mercado imobiliário, resultando em um aumento nos custos de vida na região. Como resultado, a população que vivia nessas áreas enfrenta dificuldades para permanecer, pois os preços se tornam inacessíveis devido à valorização dos serviços e propriedades.

Essa dinâmica contraditória é realidade na urbanização de Parauapebas, como as obras de serviços de infraestrutura e saneamento básico nos bairros União, Liberdade, Rio Verde e Beira Rio I e II que promoveram, paralelamente, a construção do Complexo Turístico de Parauapebas (“cartão-postal da cidade”) e o Parque Linear Igarapé Ilha do Coco.

Na figura 39 – Obras de infraestrutura e construção do Complexo turístico de Parauapebas, a seguir, podemos verificar a mudança no espaço urbano pelas obras de saneamento e macrodrenagem do Igarapé Ilha do coco para a criação do Complexo turístico de Parauapebas, um parque de eventos e lazer. O Complexo turístico tem sido um espaço de eventos comemorativos no calendário turístico da cidade.

Figura 39 - Obras de infraestrutura e construção do Complexo turístico de Parauapebas



Fonte: Portal Pebinha de açúcar, 2024.

Com as transformações urbanas, a população que vivia ao longo do Igarapé Ilha do Coco foi removida e alocada em novas casas na área periférica da cidade. Por que essa população não pode continuar no local agora que a infraestrutura urbana foi implementada? A princípio, a desigualdade socioespacial precisa continuar no contexto da reprodução ampliada do capital. As áreas periféricas, para onde a população é deslocada, carecem de serviços básicos urbanos, reproduzindo as precárias condições urbanas para essa parcela da população.

Então, vejamos que as obras de transformação urbana não eliminam a condição precária de vida da população mais carente, apenas a transfere para um local mais distante, por vezes, não visível na região mais dinâmica em termos econômicos da cidade. O exemplo acima é básico para ilustrar outros casos que ocorrem não apenas em Parauapebas, mas nas diversas cidades de ordem capitalista.

Como resultado do PROSAP, houve uma valorização urbana desses locais e a população foi realocada para moradias construídas em regiões periféricas da cidade, que carecem de infraestrutura básica. Essas áreas são distantes e não possuem serviços essenciais, como escolas, hospitais, creches ou transporte público, reforçando a materialização da contradição da produção capitalista do espaço e das políticas de espaço, que ao valorizar o espaço, produzem novos processos de desigualdade socioespacial³⁰.

Considerando outras questões que emergem da dinâmica da mineração em Parauapebas, como processo de exploração capitalista das riquezas naturais e que ao mesmo tempo cria atividades econômicas necessárias à sua execução, observa-se que a mineração tem impulsionado diversos setores da economia, especialmente o comércio e os serviços. Contudo, essa forte dependência da mineração revela um futuro incerto para a cidade. Essa situação está ligada à contínua necessidade de dependência das atividades mineradoras na região, entretanto esta atividade é finita, ainda que haja previsão de continuidade por algumas décadas.

³⁰ Esse fenômeno pode ser uma importante questão a ser aprofundada em outras pesquisas na realidade urbana em Parauapebas, especialmente no que diz respeito às condições de moradia e à qualidade de vida da população que está sendo deslocada para as periferias mais afastadas da cidade.

Nesse sentido, como atividade econômica pós mineração, há um planejamento inicial relacionado ao desenvolvimento de atividades turísticas no município, que visa edificar sua dinâmica econômica voltada para o turismo. Mas o que exatamente envolve essa atividade? A atividade turística implica na transformação do espaço, que é produzido com o intuito de torná-lo uma mercadoria. Dessa forma, o espaço passa a ser também produzido e consumido dentro da lógica da reprodução capitalista.

Atualmente, Parauapebas conta com algumas rotas turísticas que estão sendo desenvolvidas, ainda que de maneira incipiente, principalmente em termos de divulgação. Essa iniciativa é resultado de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o ICMBio, por meio da Secretaria de Meio Ambiente. Contudo, a localização geográfica do município ainda apresenta desafios. O acesso à cidade se dá principalmente por rodovias ou por meio de um aeroporto, cujos preços das passagens são bastante elevados.

Ainda no âmbito das rotas turísticas, podemos destacar a Rota das Águas, localizada na região das águas termais, mais especificamente no município de Marabá. O acesso a essa rota se dá por Parauapebas, que é a cidade mais próxima. Outra rota é a Rota dos Búfalos, que está relacionada às fazendas que criam búfalos e à produção de queijo. Além dessas, existe a Rota Carajás, que se insere na Floresta Nacional de Carajás e permite explorar as cavernas ferruginosas nas áreas de solos de canga (cerrado), áreas excepcionais identificadas por Ab'Saber como enclaves na Amazônia, e cachoeiras no Parque Natural dos campos ferruginosos. Por fim, há a rota turística de Serra Pelada, que enfoca o contexto histórico (tragédia) desse local e também oferece acesso a cachoeiras, dialeticamente.

O turismo enquanto atividade base de sustentação econômica a longo prazo, representa uma atividade que perpetua o caráter explorador sobre os recursos naturais, como também se apropria de tragédias sociais, como no caso do garimpo em Serra Pelada, colocando-as como atrativos turísticos mediante naturalização da violência marcada na paisagem do lugar e ainda mistificada pelos banhos de cachoeira.

Assim, a produção voltada para o turismo representa uma dinâmica econômica que possui suas vulnerabilidades. Isso se deve tanto a questões logísticas quanto à sua instabilidade, uma vez que depende de um fluxo

constante de turistas para consumir os serviços e espaços produzidos. Portanto, o desenvolvimento do turismo como atividade econômica pós mineração em Parauapebas representa uma relevante questão que surge como consequência articulada à dinâmica urbana e da mineração.

A mineração enquanto processo de exploração capitalista das riquezas naturais, gera, simultaneamente, atividades econômicas essenciais para sua realização, como a urbanização em Parauapebas, caracterizada pela homogeneização do espaço, exemplificada pela construção de condomínios residenciais. A expansão urbana de Parauapebas marcada com a produção de condomínios ao longo das rodovias PA 160 e PA 275, revelam reflexões sobre a relação entre a forma e o conteúdo dos condomínios como produtos de moradia de homogeneização do espaço urbano.

Compreender a complexidade e as especificidades que permeiam a dinâmica urbana e a dinâmica econômica em Parauapebas, torna-se necessária a interseção de uma análise com os impactos ambientais e sociais mediante. A expansão urbana e das atividades econômicas, mineração, comércio, serviços e turismo em território amazônico demanda uma totalidade que envolve capital, Estado e trabalho no processo histórico da produção.

Nesse processo histórico da (re)produção capitalista, considerando as particularidades do lugar, o povo Xikrin de Caeté enfrentou as consequências da instalação da mineradora CVRD, atual empresa Vale, para a exploração das riquezas mineralógicas, tendo inclusive que se “afugentar” no extremo limite do território de Parauapebas, convivendo com a mineração. A dinâmica de integração econômica e política da região, exploração-exportação, foi marcada por uma série de conflitos, incluindo questões de direitos das populações indígenas e o impacto ambiental decorrente da exploração dos recursos naturais.

A questão acima retrata um cenário em que o avanço do capitalismo, simbolizado pela exploração mineral pela mineradora Vale, provoca tensões e desafios significativos para o povo Xikrin de Caeté, que teve que lidar com os efeitos dessa exploração em seu território e sua cultura.

A contínua discussão sobre a interação entre urbanização e mineração em Parauapebas traz à tona a necessidade de um debate mais profundo sobre o verdadeiro significado de desenvolvimento, justiça social e direitos dos povos

tradicionais. À medida que avançamos nesta discussão, se faz imprescindível uma crítica à ideologia neoliberal que permeia as políticas de desenvolvimento e conservação, desafiando-nos a repensar modelos que, sob a bandeira da sustentabilidade, perpetuam relações de poder e exploração.

Portanto, em relação ao “Diálogo para o futuro: Parauapebas enquanto território de floresta e mineração”, as questões que emergiram como base da discussão abarcaram o contexto ambiental, urbano, social e econômico da cidade e região. Especialmente em função da transformação urbana decorrente da mineração evidenciou-se que a urbanização de Parauapebas é parte integrante do processo de exploração das riquezas naturais, que está integrada num processo histórico, onde capital, Estado e trabalho fazem parte da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo sobre o processo de urbanização de Parauapebas revelam a complexidade e a interconexão entre a dinâmica local, a exploração mineral e a política econômica do Estado. Parauapebas, enquanto lugar de contradições da urbanização na Amazônia, exemplifica como a acumulação ampliada de capital se entrelaça com a produção do espaço urbano, refletindo as desigualdades socioespaciais geradas por um modelo de desenvolvimento que priorizou a exploração de recursos naturais.

Afirma-se que a urbanização de Parauapebas é parte integrante do processo de exploração das riquezas naturais, no qual sua produção deu-se pela mineração e para atender aos interesses de estruturação dessa atividade. O processo de urbanização de Parauapebas se integra ao processo histórico de (re)produção, onde capital, Estado e trabalho se articulam.

O documentário “A história de Parauapebas” como pesquisa documental revelou a complexidade da história da cidade de Parauapebas, que, entrelaçada à dinâmica econômica da mineração e aos interesses do capital, traz à tona questões cruciais sobre a identidade do município e a memória coletiva de seus moradores. O documentário analisado não apenas registra as narrativas dos moradores, mas também enfatiza a relação intrínseca entre a formação do espaço urbano e a intervenção da Companhia Vale do Rio Doce, que, sob a alegação de progresso e desenvolvimento, promoveu uma transformação significativa no território, frequentemente à custa dos povos originários que habitavam a região.

A partir dos relatos dos moradores, percebemos que Parauapebas nem sempre teve uma história linear de progresso, mas sim uma trajetória marcada por conflitos, migrações populacionais e a exploração de recursos minerais. As intervenções políticas e econômicas que culminaram na emancipação do município foram impulsionadas não só pelos direitos da população local em busca de melhores condições de vida, mas também pelos interesses estratégicos da mineradora, que viu na região (Serra dos Carajás) uma oportunidade para expandir suas operações e ampliar a reprodução capitalista pela exploração dos recursos minerais.

Nesse sentido, no cenário mais amplo da urbanização de Parauapebas, a inserção do Núcleo Urbano de Carajás, como uma representação da *company town* implantada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), não se limita à sua configuração física, mas ressoa com os processos de grande escala que definem a exploração dos recursos mineralógicos na região. Ao longo do tempo, a estrutura urbana de Carajás se consolidou como um reflexo direto das diretrizes da empresa, vinculando-se intimamente à lógica da exploração mineral e à capacidade de controle exercida pela Vale sobre seus trabalhadores e sobre o espaço urbano.

A cidade planejada em Carajás se destaca pela sua homogeneidade e pela estrita hierarquização das residências, que espelham as relações de trabalho e poder dentro da empresa. Essa organização espacial, definida por padrões rígidos, visa não apenas atender às necessidades dos funcionários, mas também manter um controle social que limita a espontaneidade e a diversidade presentes em localidades adjacentes como, a cidade de Parauapebas, no sopé da Serra dos Carajás.

O crescimento constante de Parauapebas desde a década de 1980 reflete um complexo processo de urbanização que envolve não apenas transformações espaciais, mas também profundas mudanças sociais e econômicas. A localização estratégica da cidade, com a existência do complexo mineralógico de Carajás, aliada à presença de infraestruturas de transporte, como rodovias e ferrovias, potencializou a condição urbana para atender a dinâmica da mineração. Contudo, a intensificação das dinâmicas urbanas, econômicas e sociais trouxe à tona desafios significativos, especialmente relacionados à desigualdade socioespacial.

Os dados demográficos apresentados demonstraram um aumento exponencial da população, impulsionado principalmente pelas migrações da “força de trabalho” para o setor econômico mineração, especialmente, mas também o comércio e serviços. Essa dinâmica, embora tenha contribuído para a expansão econômica da cidade, também evidenciou disparidades na distribuição de infraestrutura e serviços básicos. A análise dos diferentes bairros de Parauapebas revela uma desigualdade socioespacial marcada pelo acesso desigual à infraestrutura, somado à especulação imobiliária.

As reflexões de Rodrigues (2007) sobre a desigualdade social e a atuação do Estado ressaltam a ambivalência do papel governamental na urbanização. Se, por um lado, a presença do Estado pode ser vista como um agente de desenvolvimento, por outro, a falta de uma abordagem equitativa nas intervenções urbanas perpetua a exclusão social.

Das complexas interações entre os Projetos de Estado na Amazônia Oriental e suas consequências socioeconômicas e ambientais, o Projeto Grande Carajás, símbolo da exploração mineral na região, ilustra como as iniciativas governamentais, sob a égide do desenvolvimento econômico, podem perpetuar práticas de extrativismo.

A narrativa do "desenvolvimento" frequentemente utilizada pelos agentes estatais mascara um panorama de exploração e de autoritarismo que se repete ao longo da história brasileira. O conceito de "reconquista" da Amazônia evidencia uma continuidade nas práticas de dominação, que se manifestam na apropriação violenta de espaços, no desrespeito aos povos originários e na marginalização das comunidades que habitam essas terras.

Além disso, a construção de infraestrutura, embora possa parecer um avanço, representa, na prática, a integração da região aos interesses do capital global, levando a um processo de fragmentação espacial que acentua as disparidades econômicas em escala regional e local. Enquanto um pequeno grupo se beneficia da riqueza gerada pela exploração mineral, a maioria da população local enfrenta as consequências ambientais e sociais da mineração.

No Projeto Grande Carajás, a interligação das redes de transporte, comunicação e energia não apenas facilitou o fluxo de capital e a exportação dos recursos minerais, mas também consolidou o domínio da Vale (antiga CVRD) sobre o território, relegando as cidades ao seu entorno a uma posição subalterna e precarizada. Isso evidencia a lógica de que o crescimento econômico na região não se traduz em desenvolvimento equitativo, mas em um sistema que prioriza os interesses das grandes empresas e do capital.

A análise de Parauapebas enquanto uma "cidade na floresta" revela uma complexa intersecção entre os processos de urbanização contemporâneos e a dinâmica global de exploração de recursos naturais. A partir da exploração mineral, especialmente pela atuação proeminente da Vale S/A, a cidade se configura como um espaço de intensa atividade econômica que, por sua vez,

molda suas características urbanas e sociais. Essa relação intrínseca entre o local e o global destaca como o crescimento urbano é fortemente influenciado por interesses externos, que priorizam a maximização do capital.

A criação e o desenvolvimento do município de Parauapebas revelam a complexa interrelação entre as dinâmicas econômicas, sociais e migratórias que moldaram esta localidade ao longo do tempo. A trajetória de Parauapebas, inserida no contexto mais amplo da Amazônia, evidencia a influência decisiva da exploração mineral (pelo Projeto Carajás) e da expansão agropecuária (pelo POLOAMAZÔNIA), que, desde a década de 1960, reconfiguraram não apenas o espaço urbano, mas também as relações sociais e as estruturas econômicas da região.

Ainda que os referidos projetos de Estado, vigentes durante o governo militar, tenham sido extintos, a expansão e a intensificação das atividades econômicas não cessaram. O agronegócio se faz presente na região de Carajás, bem como, a mineração impulsionada pela empresa Vale.

A urbanização de Parauapebas não pode ser dissociada do contexto das migrações internas, impulsionadas pela busca por melhores condições de vida e pelas expectativas de trabalho, atreladas a atividade de exploração mineral. O fluxo migratório trouxe um contingente significativo de trabalhadores do Nordeste brasileiro e especialmente do estado do Maranhão.

Além disso, o papel do Estado se mostra ambíguo e central neste processo, atuando como promotor e facilitador da exploração econômica, ao mesmo tempo em que definia os contornos da urbanização. A formação de núcleos urbanos planejados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como parte da estratégia do Projeto Grande Carajás ilustra a duplicidade de interesses entre a acumulação de capital e a condição urbana.

Desse modo, as Políticas de Estado definiram a ocupação e a urbanização de Parauapebas, e foram influenciadas por interesses privados de grandes empresas mineradoras, como a Vale (antiga estatal, CVRD) evidenciando como o Estado, longe de ser neutro, atuou como um agente de configuração do espaço urbano em favor do capital. A análise demonstrou como a urbanização de Parauapebas foi indissociável do Projeto Grande Carajás, no qual o Estado brasileiro exerceu um papel estratégico na promoção do

crescimento urbano atrelado à mineração e do fluxo migratório, servindo como uma mão-de-obra de reserva dentro da lógica capitalista.

Concluiu-se que o processo de urbanização de Parauapebas está intrinsecamente ligado à exploração do capital mineral e à atuação do Estado capitalista. Essa urbanização foi diretamente influenciada pelos interesses econômicos do setor mineral e pela intervenção estatal, evidenciando uma relação complexa entre o capital, a sociedade e a ação política. A análise crítica guiada pela teoria da Economia Política da Urbanização possibilitou interpretações das dimensões políticas, econômicas e sociais do processo de urbanização de Parauapebas.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, A. N. **A Amazônia: do discurso à práxis**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

A história completa de Parauapebas 2021. Direção: Jarbas Lemos. Narração: Leonardo Chaves. Parauapebas: Pebas na TV, 2021. (31 min 49). (documentário). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=a8B6F9pCrZU&t=614s> Acesso em 04/04/2024.

A criação de um município chamando Parauapebas, rios de águas rasas. Parauapebas: RC filmes, 2023. (26 min 14). (documentário). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=T_2SYMDsjFE Acesso em 04/04/2024.

AGÊNCIA PARÁ. Fapespa. **Relatório PIB Municipal – 2021. PIB apresenta crescimento em 134 municípios do estado do Pará**. Disponível em <https://www.fapespa.pa.gov.br/2023/12/27/pib-apresenta-crescimento-em-134-municipios-do-estado-do-para/> Acesso em 10/07/2024.

BECKER, B. K. **Carajás: gestão do território e territorialidade na Amazônia**. **Espaço & Debates**, v. 7, n. 25, p. 77-89, 1988.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parcerias Estratégicas - número 12 - setembro 2001 (p.135-159)

BECKER, B. K.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de textos, 2008

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**. São Paulo: Edusp, 2000

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CASTRO, Edna. **Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho**. Belém, Papers do NAEA, Nº 23, 1994.

COELHO, Maria Cecília N. **Territórios, cidades e entornos no espaço da mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental**. In: TRINDADE JR., S.-C. C. da; ROCHA, G. M. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. (p. 137-169)

COSTA, Jodival Mauricio da. **REDES TÉCNICAS E USO PRIVADO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA: o caso da estrada de ferro carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 a 2006)**. UFRGS/PPGG: 2008. (Dissertação mestrado) p. 116

FREITAS, Eleusina. L. H. **Loteamentos fechados**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em

<https://doi.org/10.11606/T.16.2008.tde-18012010-230029> Acesso em 05/06/2020

HOMMA, A. K. O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Disponível em <http://bit.ly/2XYb82E> Acesso em 20/02/2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Censo 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama Cidades.

IBGE | Biblioteca | Detalhes | Unidade Executiva do [Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis]: Imperatriz, MA. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=429424> Acesso em 09/04/2024

KOHLHEPP, Gerd. **Orlando Valverde (1917-2006): um geógrafo brasileiro de renome internacional – entusiasta e entusiasmante**. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes et al. (orgs). **Orlando Valverde: o geógrafo e sua obra**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017. 217p. (p. 157-188)

KZAM, Áthila Lima. **PARAUPEBAS: na capital do minério, expansão das atividades terciárias**. Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia. Número 60. Ano 2023. Disponível em <https://doi.org/10.4000/confins.53715> Acesso em 02/07/2024

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. (tradução de Sérgio Martins). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal. Lógica dialética**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Ed. Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro: 1991.

LINS, H. N. **A Amazônia na economia mundial: uma abordagem no marco da Economia Política dos Sistemas-mundo**. In: XVI Encontro de Economia da Região Sul, 2013, Curitiba. XVI Encontro de Economia da Região Sul. Curitiba, 2013. v. 1. p. 1-25.

MELO, Ana Carolina Campos de. **Mineração e urbanização no Sudeste Paraense: notas sobre a produção do espaço urbano e a financeirização da vida cotidiana**. 2016. Disponível em https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/276-462-1-RV_2016_10_09_00_35_21_251.pdf Acesso em 14/02/2023.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 8, n. 1, jun. 2005. Disponível em <https://bit.ly/2uHLUZV> Acesso em: 20/02/2023.

MORA, C. de La. RIWILIS, V. **Politiques urbaines et implantation des gated communities in América latine: les cas des barrios cerrados (Buenos Aires), condomínios fechados (São Paulo) et fraccionamientos (Puebla). L'espace politique**. Reims. v.17. p.1-16. 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/espacepolitique/2374> Acesso em 05/07/2024

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia agrária na obra de Orlando Valverde**. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes et al. (orgs). **Orlando Valverde: o geógrafo e sua obra**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2017. 217p. (p. 65-122)

OLIVEIRA, Francisco de. **A reconquista da Amazônia**. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFGA)/Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2009. (p. 83-93)

PEREIRA, Raimundo Miguel dos Reis. **“O QUE ESSA GENTE VEIO FAZER AQUI?” MIGRAÇÃO E SOCIABILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO “DESQUALIFICADA” PARA PARAUPEBAS-PA**. Tese de doutorado. UFGA, 2016. p. 182

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PARAUPEBAS. **Plano Diretor do Município de Parauapebas**. 2021.

RABELLO, Antônio Cláudio. **AMAZÔNIA: uma fronteira volátil**. Revista Estudos Avançados 27 (78). Ano 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000200014> Acesso em 25/07/2024

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Desvendando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás**. In: TRINDADE JR., S.-C. C. da; ROCHA, G. M. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. (p. 113-136)

RODRIGUES, Arlete M. **Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade**. Revista CIDADES, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88. Disponível em <https://irp-cdn.multiscreensite.com/b422576b/files/uploaded/DESIGUALDADES%20SOCIOESPACIAIS.pdf> Acesso em 07/07/2024

SANTOS, César Ricardo Simoni. **A Nova Centralidade da Metrópole: da urbanização expandida à acumulação especificamente urbana**. USP/PPGG: 2013 (Tese de doutorado) p.321

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Programa Grande Carajás: um desafio lançado a sociedade**. Brasília, DF, 1982. Disponível em <http://bit.ly/2JJMrDd> Acesso em 20 de maio de 2023.

SILVA, João Márcio Palheta da. **Reestruturação sócio-espacial e gestão do poder local: o uso do território em Carajás**. In: TRINDADE JR., S.-C. C. da; ROCHA, G. M. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002. (p. 171- 191)

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008.

TRINDADE JR., S.-C. C. da; ROCHA, G. M. **Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE, JR.; OLIVEIRA, W. P.; SPVEA: **O Estado na Crise do Desenvolvimento**. In: TRINDADE, J. R. B. (org.) Seis Décadas de Intervenção Estatal na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2014.

TRINDADE JR., S-C. C. **Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93-106, dez. 2015. ISSN 1984-2201. DOI: 10.4215/RM2015.1404. 0007

TRINDADE JR., S-C. C. **Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia**. Revista Ciência Geográfica - Bauru - XXV - Vol. XXV - (1): Janeiro/Dezembro – 2021. p.312 -324. Disponível em https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXV_1/agb_xxv_1_web/agb_xxv_1-23.pdf. Acesso em 12/02/2023.

VALVERDE, Orlando. **Entrevista com o Professor Orlando Valverde**. GEOSUL- n 912/13- Ano VI - 2ºsem. 1991 e 1ºsem. 1992. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12796/11981> Acesso em 26/07/2024